

JOÃO PSZYMUS

**EDUCAÇÃO E PODER: A Democracia nas
Organizações Populares.**

Dissertação apresentada no Curso de Pós-Graduação em Educação, do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Lilian Anna Wachowicz
Co-Orientadora: Prof.^a Onilza Borges Martins

CURITIBA
1989

SUMÁRIO

RESUMO

ABREVIATURAS

AGRADECIMENTOS

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO 1 - METODOLOGIA

POR QUE O CAMINHO DIALETICO?

SÍNTESE ESTRUTURAL DA TEMÁTICA

CAPÍTULO 2 - ESTUDO TEÓRICO PARA FUNDAMENTAÇÃO DE QUESTÕES REFERENTES A: DEMOCRACIA, PODER, SABER E ALGUNS CONCEITOS

DEMOCRACIA EM GRAMSCI

DEMOCRACIA EM MARX

DEMOCRACIA EM MICHEL FOUCAULT

DEMOCRACIA EM ENRIQUE DUSSEL

PODER

O PODER EM MARX

O PODER EM ANTONIO GRAMSCI

O PODER EM MICHEL FOUCAULT

O PODER EM ENRIQUE DUSSEL

SABER

O SABER EM MARX

O SABER EM ANTONIO GRAMSCI

O SABER EM MICHEL FOUCAULT

O SABER EM ENRIQUE DUSSEL

ALGUNS CONCEITOS

CONCEITO DE MOVIMENTO POPULAR

CONCEITO DE IDEOLOGIA

CONCEITO DE EDUCAÇÃO DE BASE

CAPÍTULO 3 – CONTEXTO HISTÓRICO DOS MOVIMENTOS POPULARES

ORIGEM DOS MOVIMENTOS POPULARES NO CONTEXTO GLOBAL

CONTEXTO HISTÓRICO E EVOLUÇÃO DOS MOVIMENTOS POPULARES NO

BRASIL A PARTIR DE 1930

HISTÓRICO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE CURITIBA

UMA HISTÓRIA DE CONFLITOS

A AÇÃO POPULISTA E DEMOCRACIA NA BASE

CAPÍTULO 4 – O PROCESSO EDUCATIVO NO INTERIOR DAS ORGANIZAÇÕES

POPULARES

A ORGANIZAÇÃO INTERNA DAS ASSOCIAÇÕES

O PROCESSO EDUCATIVO PARA A DEMOCRATIZAÇÃO

A REPRODUÇÃO DO PODER PELA ESTRUTURA VIGENTE

O PODER VIGENTE REPRESENTADO PELO PADRÃO HIERÁRQUICO ESTABELE-CIDO

O AGENTE EXTERNO E O PODER NAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES

A REPRODUÇÃO DO PODER PELO BAIXO NÍVEL DE FORMAÇÃO NA BASE

A AÇÃO NA BASE

RELAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES COM A POLÍTICA

CAPÍTULO 5 – A PROPOSTA DE DEMOCRACIA

A DEMOCRACIA NA ESCOLA

A DEMOCRACIA E A PRÁTICA RELIGIOSA

A DEMOCRACIA E O MOVIMENTO SINDICAL

A DEMOCRACIA NO PARTIDO POLÍTICO

A DEMOCRACIA NAS LUTAS DO Povo

CONSIDERAÇÕES FINAIS

NOTAS E REFERÊNCIAS

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÍNDICE

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de mostrar como se exerce o poder e de que forma se estabelece a democracia no interior dos movimentos populares. A democracia é vista numa dimensão de conflito que nasce a partir das lutas populares. Este conflito é considerado como algo positivo que produz uma dinâmica de equilíbrio que impulsiona o crescimento, desenvolvimento e amadurecimento de tais movimentos. Desta forma é impossível pensar a democracia como algo completamente harmonioso, pacífico e sem dificuldades. A partir daí, a democracia se expressa como uma luta constante em favor da justiça e da honestidade em qualquer situação.

Nesta luta, são infinitas as estratégias para se tentar alcançar este objetivo, porém, o melhor e talvez mais seguro caminho, é o diálogo aberto e franco. Onde há diálogo, surge espaço para que as diversas posições e ideologias possam ser ouvidas, avaliadas e respeitadas, quando tem em vista o bem comum do povo. Desta maneira, pode-se definir a democracia como uma política aberta para acolher, trabalhar e conviver com os conflitos.

SUMARY

The object of this work is to show how power is exercised and how democracy is established within popular movements. Democracy is looked at within a situation of conflict within these popular movements. Conflict in this sense is considered something positive, which helps to bring these groups to a new maturity and development. Democracy is never totally harmonious, peaceful and without difficulties. Democracy is seen as the constant struggle for honesty and justice in whatever situation.

There are many diverse ways to arrive at this object, however the best and probably the most secure way is thorough open and honest dialogue. Where there is dialogue, diverse opinions and positions can be listened to, looked at and respected if their main concern is the common good. In this way, democracy may be defined as an open means to accept, work and live within situations of conflict.

ORIENTADORA

**Professora Doutora Lilian Anna
Wachowicz**

CO-ORIENTADORA

**Professora Doutora Onilza Borges
Martins**

LISTA DE ABREVIATURAS

- IPPUC - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
- CEB - Comunidade Eclesial de Base
- SAC - Sociedade de Amigos da Cidade
- CPC - Centro Popular de Cultura
- UNE - União Nacional de Estudantes
- MEB - Movimento de Educação de Base
- COHAB - Companhia de Habitação Popular de Curitiba
- MAB - Movimento de Associação de Bairros.
- JUC - Juventude Católica
- PUC - Pontifícia Universidade Católica
- BNH - Banco Nacional da Habitação
- AMP - Associação de Moradores do Capanema
- MOCLAM - Movimento Comunitário de Liderança de Associação de Moradores de Curitiba e Região Metropolitana
- CUT - Central Única dos Trabalhadores
- INAMPS - Instituto Nacional de Previdência Social

AGRADECIMENTO

A todos os professores que com grande responsabilidade e competência abriram novos horizontes e me incentivaram nesta trajetória. Em especial dirijo meu agradecimento à orientadora e co-orientadora deste trabalho, que não mediram seus esforços para que o objetivo do mesmo fosse alcançado. E de inesquecível memória tenho presente a Professora Sonia Maria Kenski que tão inesperadamente e em plenas atividades foi levada de nosso convívio. Aos colegas de turma pela grande amizade cultivada e o apoio recebido. Igualmente quero recordar o grande companheiro Paulo Esmanhotto que da mesma forma como Sonia, partiu deixando em todos nós sentimentos de dor e saudades.

"A velha pátria é sempre nova
quando vivemos conscientemen-
te". (Franz Kafka)

"Quero viver num mundo em que
os seres sejam somente huma-
nos, sem outros títulos a não
ser estes, sem serem golpeados
na cabeça com uma régua, com
uma palavra, com um rótulo".

(Pablo Neruda)

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento deste trabalho tem o objetivo de elucidar a partir das práticas e dinâmicas do Movimento de Associação de Moradores da Região Metropolitana de Curitiba, como se caracteriza o projeto de democracia que vai nascendo através destas iniciativas e na continuidade de desenvolvimento organizacional das mesmas.

A intenção desta abordagem é situar as Associações urbanas no plano da totalidade conjuntural histórica, ou seja, no plano das relações sociais contraditórias da sociedade capitalista. Pois, tal proposta, busca apreender no seio dos mesmos movimentos, a origem de determinadas orientações ideológicas; a forma de práticas organizativas; o crescimento dos níveis de consciência; o comportamento dos membros do grupo em relação aos demais, e, consequentemente, como se articula o movimento em relação à conjuntura global da sociedade brasileira.

Neste processo infinitamente complexo das relações humanas e grupais, buscaremos entender como acontece a democracia neste segmento da sociedade que são as Associações. E como veremos mais adiante, pelo fato de estarem inseridas nesta sociedade, são também infinitamente complexas em suas relações humanas. Vemos que é sem dúvida uma tarefa desafiadora...

E para enfrentar este desafio partimos do pressuposto de que a democracia se apresenta como uma situação permanente de conflito; ou seja, dizendo em outras palavras, que onde a democracia vai nascendo os conflitos vão surgindo. Sob este ponto de vista Marilena Chauí afirma que "*a democracia consiste em admitir que se trata de uma forma política não só aberta aos conflitos, mas essencialmente definida pela capacidade de conviver com eles, de acolhê-los, legitimando-os pela institucionalização dos partidos e pelo mecanismo eleitoral*" (1). "Isso significa, segundo ela, que a aceitação das divergências, por outro lado, enquanto multiplicidade de posições, é apenas um signo da possibilidade democrática". Ou ainda como nos mostra Luiz Eduardo Wanderley referindo-se à democracia popular, afirma que "dentro do capitalismo esta tem limites claros e possibilidades concretas. Ela se forma das lutas das classes populares em um processo histórico mais longo ou curto, numa posição dominada-subordinada nos níveis econômico-político e ideológico" (2). E nesta mesma linha Wanderley menciona outro autor Herbert de Souza e nas suas palavras diz que "para a vertente democrático-popular a questão da Democracia define um campo de luta que engloba, como negação, as dimensões ideológica, econômica e política impostas pelo regime, e por outro lado supõe a afirmação de um projeto alternativo com vocação hegemônica".

Considerando estas afirmações e a realidade das Associações de Moradores, não se pode desconhecer que a diversidade de tendências e organizações político-ideológicas em interação com os movimentos sociais, imprimem ritmos, comportamentos, e até mesmo desfechos diferentes para movimentos da mesma natureza histórico-estrutural.

Vemos que é de fundamental importância considerar as contradições urbanas e da sociedade como um todo, como categorias que devem necessariamente ser tomadas como referência ao se abordar esta questão. Pois tais contradições podem ser consideradas como um "pano de fundo" indispensável com poder explicativo de situar o campo potencial de emergência dos conflitos.* Uma das razões desta afirmação é que na maioria das vezes os Movimentos e Associações surgem espontaneamente como expressão direta das contradições urbanas. Assim podemos dizer que a nova democracia vem nascendo a partir da crise que se vive nas formas de acumulação sobre as quais está assentada a dominação capitalista no nosso continente que se manifesta nos bairros de cidades, na constante e histórica ausência de soluções aos problemas principais e necessidades fundamentais dos moradores suburbanos. O déficit habitacional, a ausência ou deficiência contínua na prestação de serviços básicos: água, luz, transporte, educação e saúde tem provocado o surgimento das Associações de Moradores entendidos como movimentos ativos de contestação popular, conscientes de que a solução dos seus problemas e satisfações das necessidades básicas dependem do nível de sua organização e luta.

Os fatos demonstram que via de regra os moradores se articulam em função das contradições oriundas do desenvolvimento urbano capitalista; no entanto, o panorama dos diversos setores sociais que convergem nas cidades caracteriza-se por desniveis no consumo de bens de serviços necessários à reprodução da força de trabalho, escassa participação, baixo nível de formação e consciência da realidade e outras deficiências que impedem uma participação mais ativa em um nível igualitário.

Essa diferenciação é o reflexo da política dominante que implanta um sistema político urbano condizente com os interesses gerais voltados para si em detrimento dos setores populares urbanos. Em consequência surge uma situação de deterioração em vários níveis:

1. Condições políticas: repressão, coação, entreves à organização que dificulta a elaboração de propostas alternativas.
2. Condição ideológico-cultural: dominação cultural e deterioração da cultura popular.
3. Já mencionadas as condições materiais: precariedade da alimentação, habitação, saúde, transporte e outras dificuldades de sobrevivência.

Para enfrentar esta situação os moradores buscam as formas de organização e reivindicações; trabalho comunitário e outras formas solidárias de participação. Tudo isso só acontece a partir de muitas discussões, tensões frente a posições contrárias e até o uso da força em casos extremos de ocupação de áreas e resistência aos despejos. Vemos um povo que nasceu em meio ao conflito, vive e convive a partir do conflito, reage a partir das marcas deixadas pela sociedade de conflito. É a democracia acontecendo em meio ao conflito da vida.

A partir desta totalidade não podemos ignorar que vivemos

em uma sociedade permeada em todos os seus níveis e espaços por relações de dominação. Estas relações ocorrem como vimos em nível básico (econômico) e se expressam no campo ideológico-jurídico-político. Neste campo as relações de dominação se configuraram como relações entre saber e poder. O saber que diz respeito ao conhecimento, técnicas, artes, etc. O poder que expressa determinadas correlações de forças na sociedade e diz respeito a espaços, instâncias e mecanismos de controle de decisão. A criação, reprodução e distribuição do saber configura o campo da Educação; enquanto que a criação, reprodução e partilha do poder configura o campo da Política. Estes conceitos por sua vez se relacionam dialeticamente e se cristalizam em instituições e Associações. E a esse respeito vale citar a afirmação de Karel Kosik fundamentando-se na posição de Bertalanffy ao traçar um paralelismo do desenvolvimento nos vários ramos da ciência dizendo que "*o estudo das partes e dos processos isolados não é suficiente; ao contrário, o problema essencial consiste em relações organizadas que resultam da interação dinâmica, fazem com que o comportamento da parte seja diverso, se examinado isoladamente ou no interior de um todo*". (3). Segundo ele "as analogias estruturais determinam o ponto de partida de um mais profundo exame da especificidade dos fenômenos. As analogias estruturais entre as várias formas de relações humanas (linguagem, economia, laços de parentesco, etc) só podem conduzir a uma mais profunda compreensão e ilustração da realidade social sob condição de que se respeite tanto a analogia estrutural quanto a especificidade dos fenômenos em causa".

A constatação que podemos fazer a partir da colocação acima é que em cada formação social e conjunturas concretas, suas práticas efetivadas servem a distintos projetos históricos na medida em que criam, reproduzem e reforçam relações de dominação ou

relações de democratização.

Para Enrique Dussel:

A classe popular vive sob uma dependência cultural que é primeiramente externa. Do Império à Elite. Depois há uma dependência interna, aquela que a elite cultural ilustrada exerce ao dominar o povo até por meio das escolas. E ao referir-se ao processo de dominação na AL fala de uma verdadeira pedagogia de dominação por mediação da cultura que perpassa 3 níveis:

- a) A cultura imperial tem uma metodologia pedagógica de dominação como mostra Paulo Freire.*
- b) Projeta na própria consciência do dominado sua cultura como única, negando assim a cultura do outro.*
- c) E por outro lado o dominado produz uma desvalorização da sua própria cultura e valores. (4)*

Dussel enfatiza o aspecto marcante da dominação implantado pelo sistema capitalista autoritário e destaca que o povo vive como bloco social oprimido mas que constrói práticas comunitárias que são externas ao sistema e consideradas por este até como "ninharias", inexistentes e inúteis. Segundo ele além da totalidade do sistema que constitui os dominados como classe, como marginais, ou simplesmente os ignora, encontram-se a experiência da exterioridade do povo. Aspectos que não geram riquezas para o capital são no entanto fundamentos da vida deste povo. Através de sua cultura popular, seu canto, seus costumes, amizade solidária, convivência e comunicabilidade o povo estabelece relações comunitárias. Todos esses aspectos que são periféricos no sistema de dominação constituem a positividade do povo e a afirmação de onde se origina a libertação. Segundo ele, "há ainda toda uma economia subterrânea (como é denominada nos países periféricos e subdesenvolvidos), o modo como o povo se ajeita para sobreviver na superexploração é também exterior ao sistema e tem importância para o povo porque permite que ele ainda exista no momento das lutas libertadoras. Ali aprende na sobrevivência miserável, as artimanhas da guerra prolongada pela emancipação política, economia popular, nacional. (5).

Mesmo quando constatamos a existência de muitos avanços e conquistas por parte das Associações, vemos que dentro do campo econômico e do quadro de crise do capitalismo, dificilmente a população pobre encontrará alternativas para sair em muitos casos de seu estado de miséria, pois as tentativas de auto-solução ou auto-subsistência nos setores urbanos mostram sérias limitações do ponto de vista de sua eficiência. Por outro lado, é indispensável conseguir articular ações nos níveis da subsistência, vida cotidiana e política; pois o desenvolvimento da tomada de consciência no sentido de uma vinculação a objetivos e processos mais gerais abre espaços para uma ação mais direta em questões como:

- a) presença política dentro das instituições responsáveis pela planificação e execução da política urbana, como reflexo de uma relação de forças favorável ao movimento popular urbano.
- b) Influência na definição e implantação da política urbana.
- c) Manutenção da mobilização popular em torno da permanência da organização, da promoção da livre participação e democracia dentro do movimento e o acionamento de mecanismos e processos que possibilitam a recuperação das lutas, a comunicação e os espaços de encontros das diversas experiências.

Como vimos, as formas de organização nos diversos grupos de moradores obedecem à urgência de satisfazer as necessidades vitais. Na maioria das vezes a tentativa é realizar a reivindica-

ção em forma espontânea, devido sobretudo ao nível de deterioração das condições de vida e ao atraso no processo de conscientização e organização que compõem o movimento de bairros.

Posteriormente e de acordo com a experiência inicial, é que vão sendo descobertas as possibilidades de se alcançar resultados positivos. E desta forma a vinculação dos processos organizativos e reivindicativos aos educativos, permite o desenvolvimento que avança no sentido de adquirir um novo aprendizado que deve ser sistematizado no interior da organização. Em síntese, podemos detectar em meio aos avanços e retrocessos, quatro pontos fundamentais sobre os quais esbarra o processo de consolidação democrática nas Associações de Moradores:

- a) Submissão a modalidades de manipulação e consequente desmobilização impedindo o movimento superar inúmeras dificuldades internas.
- b) Baixo nível de formação e de condições de vida que conduzem as Associações a um processo de disputas que via de regra conduzem ao esfacelamento de quadros ativos de liderança provocando um desgaste desnecessário de energias em conflitos internos.
- c) Há uma combinação de manipulação ideológica partidária através de cooptação de liderança para desarticular a organização.
- d) Revela-se uma acomodação e certo conformismo no que diz respeito ao discurso muitas vezes dogmático, demógico e populista feito por lideranças que prometem soluções fáceis dos problemas, isentando e impedindo a participação mais ampla da população.

CAPÍTULO 1 - METODOLOGIA

POR QUE O CAMINHO DIALÉTICO

Tentaremos elucidar o motivo desta opção a partir da concepção do termo DIALÉTICA, ou seja, baseando-nos na explicação deste termo por alguns autores. No desenvolvimento desta etapa, na medida em que o conceito vai sendo elucidado, penso que a relação com a temática em questão irá se estabelecendo naturalmente.

Dentre as várias possibilidades de optar por diferentes métodos de pesquisa é nossa intenção, privilegiar, mais definitivamente um deles, levando em conta o fato de que todos têm suas limitações inevitáveis. De outro lado cada método possui seu valor pelos instrumentos de análise que apresenta e que mais se aproxima e melhor atende às exigências de uma determinada realidade a ser pesquisada.

Constatamos que o método dialético é um método que parte fundamentalmente da realidade concreta para chegar à verdade dos fatos. O estudo em questão é um tema inserido dentro de um contexto histórico concreto e atual, intrinsecamente ligado com a conjuntura nacional e mundial deste século. Esta questão não é isolada e não pode ser compreendida se olharmos apenas a realidade local. Por esta razão, vejo que o método dialético possui

uma certa afinidade maior com este tema ao possibilitar a compreensão a partir de uma totalidade mais ampla e complexa.

Outra razão é o interesse de ir mais além daquilo que é aparentemente o real e que se apreende num primeiro momento. Neste sentido já o próprio Aristóteles atribuía à dialética a função do descobrimento do verdadeiro ser; ou seja, descobrir o que está encoberto a partir do factum (do fato dado a priori), da cotidianidade, descobrir o que está oculto. E descobrir o oculto para ele constituirá o movimento, um discurso através de um caminho que se percorre. No seu entender, praticar a dialética é partir daquilo que "o homem da rua" comprehende cotidianamente. Este é o factum primeiro e a priori: o ponto de partida não é a premissa exata, mas a "opinião cotidiana" (algo que o platonismo julgou desprezível). (6)

Enrique Dussel caracteriza este ponto de partida de Aristóteles como a ENDOXA (ou o compreendido existencialmente), as opiniões sustentadas por todos os homens, pela maioria ou pelos sábios mais notáveis e ilustres (cf. pg.25).

Esta descrição, por sua vez, repetida muitas vezes e de modo idêntico, não revela segundo Dussel a precária plenitude do factum ou do ponto de partida do filosofar. Pois, para Aristóteles, este factum ou o ponto de partida, significa o mundo histórico e concreto dentro do qual o homem vive e supõe o todo do mistério do ser humano.

Segundo ele, "também a ciência parte do cotidiano, mas, estabe-

lece-se uma diferença no caminho a ser percorrido por ambas: a ciência vai em busca da compreensão do ser em si e a dialética procura entre o verdadeiro e o falso estabelecendo contradições, mostrando a impossibilidade, o contraditório ao que é". (7)

Para Dussel, partindo do *factum*, a dialética desvela a contradição que existe no real. Por que? Porque, para que o homem da rua ou o cientista possam captar a mostração argumentativa originária é necessário partir dos dois extremos dos contrários (contradição), dados na cotidianidade; para que mostrando a impossibilidade do contraditório apareça claramente o que se manifesta distinto em sua verdade a partir da ambiguidade superada. A ciência não parte de duas possibilidades mas de um princípio ou axioma. A ciência não se interroga acerca de seus axiomas: considera-os evidente; do contrário não haveria ciência. O dialético é prévio ao apodílico". (8)

Assim uma tese dialética é a necessidade de reiterar expressamente a pergunta que interroga pelo ser; e mais ainda, trata-se de uma interrogação crítica e problemática acerca de algo que se opõe não somente à compreensão existencial (enquanto opinião cotidiana), como também a própria tradição filosófica. É uma tese que arremessa para um âmbito oculto e mais abrangente: DIA-LEGEIN.

Para Dussel o argumento dialético não tem um âmbito definido, não demonstra coisa alguma em particular, nem é de natureza universal abstrata... Ela é pelo contrário crítica (*Peristikē*). E mesmo para quem não possui ciência é possível a capacidade de efetuar um exame crítico adquirido que não é questão científica... Desta forma, para ele, toda pessoa bem-dotada, sem ciência e mesmo analfabeta pode ser culta, sábia e pode argumentar originária-

mente. (9) Vê-se então que a crítica não é um conhecimento epistemico, porque em seu tema tudo lhe é permitido.

O mesmo autor considera também que a dialética não é ainda filosofia, não é ciência, é algo prévio, que antes nega o afirmado com a pretensão de totalidade totalizada, absoluta: pois todo homem faz uso de dialética e da arte crítica, uma vez que todos tentam provar o que pretendem saber... Aquele que critica por meio da arte argumentativo-interrogativa é um dialético. E posto que há muitos princípios que são os mesmos para todas as coisas, sem contudo constituir uma natureza particular, ou um gênero particular de ente, sendo antes negação (hai-apofáseis) nestas condições é possível proceder ao exame de tudo e concluir que é uma arte determinada mas não de natureza demonstrativa. A dialética para ele é negativa; não é nem ascendente nem descendente, mas penetrante ou perfurante (dai o termo im-plantação), já que nega a determinação absolutizante que faz do ente na cotidianidade algo fechado, enclausurado, absoluto. A dialética que não demonstra, lança e relança o processo admirativo que passa do óbvio cotidiano ao ser oculto. Ela é o caminho para sair da ingenuidade, da aparência, saída impossível para a ciência; pois a dialética como arte crítica da interrogação problemática pode pensar o âmbito totalizado do mundo destotalizado, fazendo com que a negação da "clausura" seja a motricidade histórica.

A partir da concepção aristotélica a dialética é vista como uma atitude ou um método pré-filosófico, pré-científico; não por ser uma opinião, mas por ser o pensar que toma como tema de

sua teoria os fundamentos de todas as ciências. Trata-se de um defrontar-se com o horizonte do mundo como totalidade fundante, radical. Supera a metafísica ou a filosofia se esta tem a pretensão de ser ciência. (10). Neste sentido para Aristóteles "*o homem responsável deveria ter esta atitude ou método*"; seja ele cientista, sindicalista, universitário, político, etc. Não se trata da filosofia como ciência, senão de uma sabedoria fundamental, de uma ontologia originária que nos situa ante o factum originário a priori. Na Universidade deveria ser um tema privilegiado que todo estudante deveria cursar. É um saber enfrentar o cotidiano, o axioma da ciência e transbordá-los, desfundá-los e fundá-los sobre o ser.

Com Karl Marx (1818-1883), o método que se inspirava na dialética hegeliana adquire nova modificação, e por seu conteúdo, sua intenção, sua noção de realidade introduz radicais novidades. A genialidade dele consistiu em saber tratar quantitativamente e de maneira estritamente científica o âmbito da economia e em seu nível político a sociedade civil e burguesa. A ele não interessa a ética hegeliana pela doutrina do direito ou da Moralidade, mas centra-se exclusivamente na eticidade em que lhe importa tão somente a questão da sociedade civil burguesa em si frente ao Estado.

Para Marx os indivíduos são reais, bem como sua ação, suas condições materiais de vida; seja aquelas com as quais se encontram ou as engendradas pela própria ação. O condicionamento (o trabalhador no campo ou na cidade, ser operário ou patrão, arrendatário ou peão, possuidor de capital ou trabalhador, conquistado ou conquistador), vai incidir no próprio pensar. A produção

de idéias e representações da consciência aparece no início, diretamente entrelaçada com a atividade material, com o comércio, com a linguagem da vida real etc. Uma visão totalmente contrária do que ocorria na filosofia alemã do seu tempo que "baixava do céu para a terra" aquilo que se ascende da terra ao céu... Para ele não é a consciência que determina a vida mas a vida que determina a consciência...

A clara visão dos condicionamentos materiais é uma das grandes descobertas irreversíveis de Marx. É o mundo cotidiano, nas estruturas concretas, existenciais, que condicionam o pensar teórico. E neste sentido para Enrique Dussel as filosofias são inevitavelmente expressões condicionadas de seus mundos: seu gênio consiste justamente em dar a luz ao cotidiano vigente; sua não verdade ou deformação está, por isso mesmo, em ficar aprisionadas em seu próprio mundo, em suas universalidades, na posição relativa do seu grupo, de sua classe, de seu povo. Indica-se então a historicidade do pensar.

Marx privilegia a economicidade (relação homem-natureza pelo trabalho), por ter descoberto que é efetivamente a经济idade que fornece ao dominador os instrumentos mais eficazes, dos quais a filosofia jamais poderá se esquivar. Caso contrário será uma ideologia encobridora da injustiça e não uma crítica ao sistema pelo descobrimento explícito e explicado de suas articulações e descobrimentos.

Este conhecimento sempre condicionado à realidade da visão do trabalho como materialidade pressuposta, tem acesso ao

real através de categorias: estas categorias expressam, portanto, formas de ser, determinações de existências ou muitas vezes simples aspectos desta sociedade determinada ou deste sujeito. Tais categorias para Marx não são a realidade histórica existencial, mas apenas mediações cognitivas que expressam o que a realidade é. Por isso são algo na "mente". Não são a realidade mesma mas a reproduzem como concreto espiritual.

Para ele, uma é a realidade, outro é o conhecer. O todo, tal como aparece na mente do pensante, é um produto da mente que pensa e se apropria do mundo da única maneira possível; maneira que difere da apropriação deste mundo pela arte, pela religião ou pelo espírito prático. O sujeito real mantém tanto antes como depois sua autonomia fora da mente. "O real é o fora da mente", mas a mente tem uma atividade própria: conhecer teórico, representativo, que Marx de maneira alguma nega. A totalidade do pensamento como um concreto do pensamento é "in fact" um produto do pensamento e da conceituação. O conhecer representa a realidade mas não se identifica nem é um a' priori desta realidade histórica real.

Para Marx, quando a partir do momento abstrato e indeterminado do fundamento (o trabalho enquanto tal), se chega a formular ou explicar uma totalidade orgânica de partes internas, encadeadas, co-implicando-se mutuamente, pode-se dizer que se possui uma "totalidade concreta". O concreto é concreto porque é síntese de múltiplas determinações, portanto, uma unidade do diverso.

A totalidade concreta é para ele o objeto que deve ser corretamente interpretado por categorias adequadas; é a unidade orgânica de diversos momentos que apareciam na antiga economia. Desta maneira o concreto espiritual (conceituação por categorias e sua expressão teórica) reproduziria a realidade do concreto histórico mesmo. Somente assim o caminho do pensamento abstrato que passa do simples (fundamento) ao complexo (totalidade fundada) poderia corresponder ao processo histórico real.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Na abordagem desta temática, sirvo-me do ponto de partida de Karl Marx que vê a realidade cotidiana determinada fundamentalmente por relações econômicas que inegavelmente são hoje o sustentáculo da hegemonia política em qualquer instância da sociedade. Isto significa que o poder econômico determina relações de poder, dentro de uma conjuntura mais ampla da sociedade atingindo os níveis grupais e institucionais da mesma.

Para Marx o ponto de partida da análise econômica é a realidade histórica e empírica da sociedade burguesa. Ele se aproxima dessa realidade com juizo antecipado de que ela é um verdadeiro "desastre", onde se pode constatar um desequilíbrio entre aqueles que detêm os meios de produção e a riqueza (pela mais-valia) e consequentemente o poder. E de outro lado estão os proletários, privados destes meios, da riqueza que produziram e do poder que representa em qualquer esfera. O ponto de partida é o antagonismo entre as classes, que não pode ser negado.

Nesta pesquisa, parto do pressuposto de que há uma situação de conflito na realidade em que vivemos; um antagonismo entre aqueles que detêm o poder, os meios de produção, os meios de comunicação social e a política nas mãos e aqueles que são privados destes direitos, alienados de toda e qualquer participação mais direta nas decisões tomadas em relação a eles; mas que nem mesmo

nesta situação deixam-se vencer, na medida em que lutam pela conquista da sua verdadeira cidadania nesta sociedade em conflito.

Num segundo momento vemos a correta tradução das afirmações gerais de Marx sobre o seu próprio método, onde julga que a tarefa da Ciência consiste em não se deixar enganar pela aparência ilusória dos fenômenos tal como eles se apresentam, cotidianamente, e tentar compreender a realidade que se esconde por detrás daquela aparência. Igualmente nas Associações de Moradores e nos movimentos populares em geral, podemos trocar o ideal pelo real imaginando que todas as relações transcorrem numa "democracia pacífica" sem confrontos e lutas ideológicas marcadas por relações de poder.

Este trabalho tem o objetivo de ir além da aparência, da suposição constatada aprioristicamente. Para tanto, é preciso buscar na totalidade das relações, quais influências engendram a verdadeira democracia nestes meios e que fatores reproduzem e reforçam relações de poder e dominação em tais organizações. Papel importante terão as relações econômicas e políticas em nosso contexto histórico atual, pelo fato de que envolvem amplamente estas organizações e determinam decisivamente a atuação das mesmas no contexto social.

Marx procura em primeiro lugar constatar a interpretação vulgar da realidade cotidiana: procura saber a interpretação daqueles fenômenos pelos capitalistas, economistas políticos, economistas vulgares, pelo homem da rua e pelos próprios operários.

Neste trabalho também procuro conhecer a realidade a partir daqueles que estão inteirados com a temática em questão, especialmente líderes de associações, agentes externos, assessores, pessoas da comunidade e participantes ativos da associação. Este conhecer está baseado em entrevistas com pessoas atuantes e anotações pessoais a partir do próprio trabalho no meio popular durante cinco anos aqui em Curitiba. A pesquisa atinge um limite de 20 associações entre 250 oficialmente cadastradas pelo IPPUC (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba). O critério de escolha das mesmas se dá a partir da proximidade de pessoas ligadas ao meu trabalho e pelo fato de que o conhecimento pessoal mais aproximado aumenta a veracidade dos pareceres ou dados fornecidos. O depoimento diante do estranho, às vezes, é reservado, enquanto não conhece a finalidade objetiva da pesquisa.

Marx qualifica de enganosa ou ilusória a interpretação que fica na superfície aparente dos fenômenos, sem penetrar no seu âmago. Ele se propõe a "furar" a crosta para trazer à luz do dia a verdade escondida sob a mesma. Para alcançar tal objetivo, não inicia da estaca zero sua análise da sociedade burguesa. Antes dele existe toda uma história do pensamento econômico, bem como teorias da economia às quais procura conhecer. Ele se refere às origens, dizendo que a economia começa investigando o real e o concreto a partir de pressuposições reais de toda a economia, isto é população, Estado etc... Para ele este é o caminho seguido pelos economistas do século XVII. Seu estudo a partir daí visa a descoberta de uma série de categorias e relações abstratas tais como: dinheiro, valor, mais-valia, etc. Uma vez que tais categorias se tenham sedimentado, surgem os sistemas econômicos, ou seja, toma o caminho inverso começando por estes elementos

abstratos simples, chega aos mais complexos como o Estado. Este último segundo ele é o método verdadeiramente científico.

Vejo que é importante conhecer aquilo que já foi dito e escrito em relação ao tema em questão especialmente por autores conceituados. Para tanto sirvo-me da literatura existente e acessível, especialmente, de análises e pesquisas científicamente comprovadas; seja no que diz respeito às questões do poder, do saber, da democracia, da ideologia e da educação de base ou no que diz respeito à temática em questão já estudada no meio popular.

Vejo também neste sentido, que é de considerável importância levar em conta a história das Associações de Moradores e do movimento popular tanto à nível de Brasil quanto à nível local. Para se conhecer a totalidade é indispensável conhecer a história especialmente pelas determinações que os acontecimentos provocaram e quais as mudanças ocorridas a partir dos mesmos. A história nos ajuda a analisar com objetividade o momento atual tendo em vista que cada fato possui necessariamente uma ligação com o momento histórico que representa. Não se pode excluir igualmente a ligação e dependência dos mesmos de uma estrutura social, política e econômica mais ampla em que os mesmos estão inseridos. Isto evidencia que a história é indispensável para que se possa perceber todas as dimensões e a totalidade dos elementos que englobam e determinam o agir e as práticas das associações em questão.

O que Marx faz é especificamente repetir um duplo movimento do concreto ao abstrato e do abstrato ao concreto alcançado pela Economia de Ricardo, cujas categorias elaboradas em que se movi-

menta são: concorrência, preços, valores, lucro, renda da terra, etc. Ele sente a incoerência do sistema ricardiano e busca as categorias abstratas do valor no sentido marxista (especialmente a mais-valia) que vão desvendar a verdade que se oculta por detrás da economia burguesa. A verdade que descobre sobre a aparência superficial cotidiana é que há toda uma série de agentes - a grande massa de assalariados que são livres para trocar suas mercadorias porque sua única força é a força do trabalho e que se vêem obrigados a trocá-la sob pena de morrer de fome (reino da escravidão). O salário não é o preço do trabalho, isto é, o operário é explorado pelos capitalistas (reino da desigualdade e da injustiça). Os capitalistas não são livres para produzir o que quiseram, pois estão limitados pela necessidade social com capacidade de pagamento baseadas sobre relações sociais antagônicas e forçadas pela necessidade de ampliar constantemente a escala de produção sob pena de sucumbir. Estas e outras contradições ele as levou em consideração para atingir o concreto real do sistema por ele analisado.

A partir deste enfoque, é minha intenção mostrar neste trabalho que é possível entender a democracia sob diferentes formas. De um lado pode-se entender como a mera participação no sufrágio eleitoral, como escolha dos candidatos. De outro lado pode-se demonstrar as contradições existentes dentro deste princípio e evidenciar que a participação verdadeira diz respeito à satisfação dos anseios e necessidades reais em vista de alcançar um padrão de vida digno, na medida em que os direitos são conquis-

tados e respeitados. E enquanto isso não acontece efetivamente, a democracia é um processo em constante contradição onde a luta dos contrários provoca o movimento.

Dentro desta mesma perspectiva, tencionamos mostrar que todo processo desenvolve-se por meio de contradições que representam ao mesmo tempo a luta e a unidade dos elementos opostos que o constituem. Tal condição real em todos os processos constitui-se dos seguintes aspectos:

1. A luta e a unidade de elementos contrários; ou seja, por luta entende-se o choque entre os aspectos que tendem a se excluir mutuamente.
2. A contradição como unidade dos elementos contrários significa que um não existe sem o outro e em toda a oposição um dos elementos sempre terá a preponderância.
3. A evolução de um processo é condicionada antes de mais nada por suas contradições internas, porém estas sempre sofrem interferência ou até mesmo são determinadas por condições externas.
4. Cada processo ou cada conjunto de processo possui diversas contradições que se entrecruzam e se condicionam mutuamente. Dessas contradições uma é fundamental e responsável pelo sistema.

SÍNTESE ESTRUTURAL DA TEMÁTICA

Delimitado o problema, o objetivo principal do trabalho será de enfocar o tema da democracia a partir da sua dimensão conflitiva no plano da totalidade histórica que envolve os movimentos populares. Esta dimensão de conflito não é vista em si apenas pelo lado negativo, mas igualmente como um dado positivo que provoca a dinâmica e a ação organizativa destes movimentos. Neste conflito a questão do poder aparece como um obstáculo para a instauração da verdadeira democracia, como algo a ser antes de tudo enfrentado para que possa transformar-se em um potencial a serviço dos interesses do povo. Essa transformação não se dá a não ser através de uma luta onde os moradores de bairros procuram formas de organização e reivindicação pelo trabalho comunitário e formas solidárias de organização. Neste processo o movimento popular e urbano busca, num esforço coletivo e organizado da população pobre, uma tentativa de solucionar a seu favor as contradições engendradas pelo desenvolvimento urbano capitalista. Igualmente não se pode esquecer que aí o poder se reproduz a nível interno dos grupos como resultado de uma ideologia que permeia todas as instâncias da sociedade. Por esta razão também a dimensão interna do conflito é de interesse e será vista numa perspectiva de totalidade do contexto social global e conjuntural.

Para que fosse possível uma visão objetiva a partir da totalidade, pensamos que o caminho dialético é o que permite ir

além do fato dado a priori. Além disto o mesmo permite desvelar o processo contraditório que caracteriza a ação dos movimentos inseridos no complexo contexto histórico determinado pela conjuntura política e econômica. Pois só se comprehende realmente uma dada situação na medida em que se possibilita a emergência dos conflitos e contradições latentes e se procura administrá-los em vista do bem comunitário. Para tanto, (como já foi mencionado anteriormente), foi necessário conhecer o real a partir dos depoimentos colhidos e do material documentado por órgãos de pesquisa e acompanhado da minha própria experiência no trabalho popular.

Como o processo contraditório implica necessariamente em questões que dizem respeito ao poder, saber, ideologia, educação de base e especialmente democracia, julguei imprescindível um estudo teórico destas questões baseando-me em autores já conceituados e que possuem certa afinidade com o método, apresentando uma visão ampla, global e aprofundada de tais questões. Tal estudo nos permite verificar que cada autor possui um enfoque diferente da questão, porém há entre eles um denominador comum que é a dimensão de totalidade conjuntural que apresentam concomitantemente.

Foram escolhidos também autores amplamente conhecidos e divulgados em várias disciplinas tanto de áreas humanísticas como técnicas: Karl Marx, Antonio Gramsci, Michel Foucault e Enrique Dussel. Os mesmos foram escolhidos pelas razões anteriormente mencionadas e sobretudo porque suas linhas de pensamento estão intrinsecamente baseadas numa realidade concreta profundamente conflitiva e dialética.

Karl Marx analisa a realidade sob o ponto de vista econômico, que dá origem através da concorrência e da exploração pela mais-valia a uma situação injusta e desigual na sociedade. E na sociedade capitalista aquele que detém os meios de produção e o poder econômico é também aquele que assegura os seus direitos e interesses. Ele considera o dinheiro como um poder inversor de todas as realidades humanas, que atua contra o indivíduo e contra os laços sociais que se dizem essenciais. A força do indivíduo é tão grande como a força do dinheiro que possui. Para ele o estabelecimento da democracia se dá na medida em que desaparecem as diferenças de classe, quando houver a abolição de uma situação na qual as necessidades de alguns são satisfeitas às custas de outros e pela eliminação completa dos antagonismos de classe.

Antonio Gramsci considera que o poder está centrado no Estado Moderno governado pelo partido que define as regras do jogo e as relações decorrentes da ordem política que o mesmo estabelece. Isto por sua vez subordina e limita a participação do proletariado pelo fato de que a hegemonia pertence ao grupo no poder que exerce a função de arbitragem entre os interesses do seu grupo e os grupos em oposição. Para Gramsci, a democracia se estabelece a partir da equivalência entre as classes fundamentais em termos participativos, no domínio ideológico e político da vida estatal. Isto será possível segundo ele, quando houver uma ruptura revolucionária que é a base para a construção de um novo Estado. Este novo Estado seria estabelecido através do poder dos Conselhos populares, onde o Estado que se instaura é um aparelho que internamente funciona democraticamente, garantindo a

todas as tendências anti-capitalistas a liberdade e possibilidade de se tornarem partidos de governo proletário.

Para Michel Foucault o poder central não seria apenas o poder do Estado, mas sobretudo um poder disseminado nos segmentos e instituições que equivale a uma distinção entre um poder a nível macro e micro. Um poder que intervém materialmente, atingindo a realidade mais concreta dos indivíduos, o seu corpo, e que se situa à nível do próprio corpo social e não acima dele. O aparelho estatal é visto como um instrumento específico de sistema de poderes que não se encontra unicamente nele em si, mas o ultrapassa na abrangência de todos os segmentos a ele pertencentes.

Para Foucault a democracia se dá nas situações de desigualdade dentro desta rede complexa de poder, no fato de designar focos de poder, denunciá-los, falar publicamente, onde se travava uma luta. Esta se dá não apenas porque ninguém ainda tenha tido consciência disto, mas porque falar a respeito disto, forçar a rede de informação institucional, nomear, dizer quem fez, o que fez, designar o alvo - é uma primeira inversão do poder, é um primeiro passo para outras lutas contra o poder legalizado.

Enrique Dussel analisa a questão do poder a partir das relações internacionais que historicamente estabelecem (via grandes potências), um processo de dominação sobre os países periféricos. Dominação esta que não se dá apenas a partir da instalação de ditaduras sobre as nações periféricas, como pela instala-

ção de projetos econômicos com finalidade de exploração. E no seu entender os sistemas se reproduzem a partir do sistema macro, afirmando que os sistemas menores nada mais são do que subsistemas do sistema econômico mundial. Tal situação gera a alienação e marginalização das classes populares. Para ele, em decorrência disto, para que se possa alcançar um sistema democrático, é necessário uma libertação de toda periferia; não somente da América Latina, mas de todos os países do terceiro mundo. Tal libertação não deve acontecer apenas no nível conjuntural, mas em todos os níveis que perpassam a vida de cada indivíduo.

Por julgar de fundamental importância e de intrínseca ligação com o poder e democracia, procurei saber sumariamente o que pensam os mesmos autores em relação às questões do saber, ideologia e Educação de Base. Os mesmos termos foram destacados pela importância que estabelecem junto à temática e pela mútua implicância de relações que os condicionam.

Outro momento do trabalho é a realidade das Associações de Moradores, onde inicialmente procurei destacar o histórico dos movimentos populares à nível de Brasil e os localizados na Região Metropolitana de Curitiba. Destaca-se também aí especialmente a dimensão conflitiva tanto frente à conjuntura da sociedade como a nível das práticas internas dos grupos. E neste contexto histórico os moradores vão experimentando possibilidades de ação e conquistas a problemas de dimensões mais abrangentes, especialmente diante da política.

Em meio a esta história conflitiva, procurei compreender

dentro da organização interna das associações, quais são os mecanismos de poder vigentes e de que forma se reproduzem nas práticas políticas e organizativas do movimento. Constatam-se aqui especialmente as formas de cooptação e manipulação das lideranças. Neste sentido é possível visualizar aquilo que os conceitos teóricos apresentam especialmente no que diz respeito à determinação e reprodução do poder a partir da conjuntura global. É possível visualizar a existência de uma rede ampla e complexa que potencializa o dinamismo de uma "verdadeira máquina de poder" que não permite qualquer disfunção nos seus mecanismos.

A estudarmos a democracia no interior das associações compreende-se que este "*mecanismo funcional do sistema vai sendo rompido pelas novas práticas, tanto solidárias, como educativas e organizativas que vão surgindo nas lutas das classes populares*". Verifica-se neste esquema, que também esta nova democracia que vai nascendo tem suas falhas e limitações, e por isso exige uma transformação estrutural do sistema, que deveria proporcionar o espaço para a participação ampla e irrestrita de todas as instâncias da sociedade. E para que isto aconteça é de vital importância que o ser humano seja trabalhado em todos os seus aspectos de relação social e realização pessoal. Para tanto, faz-se indispensável o trabalho de Educação Permanente em todos os níveis e instâncias da sociedade, seja sindicato, partido, Igreja, Escola, Associação, etc. Entende-se aqui a Educação Permanente conforme Pierre Furter, dentro de uma concepção dialética da Educação, "como um duplo processo de aprofundamento, tanto da experiência pessoal quanto da vida social, que se traduz pela participação efetiva, ativa e responsável de cada sujeito envolvido, qualquer que seja a etapa da existência que está vivendo". (11)

É necessário por sua vez que se desenvolva em todos os níveis, uma educação que não reproduza ou reforce esquemas e interesses do sistema dominante que marginaliza e oprime. Toda a Educação Permanente deve visar antes de mais nada construir e defender a dignidade de todos, especialmente das classes marginalizadas. Uma educação essencialmente fundamentada em princípios democráticos que gerem democracia e lutem pela mesma causa em todas as situações. Para tanto a Educação Permanente deve ser sistematicamente submetida a uma crítica e auto-crítica em qualquer projeto que se estabeleça. Esta crítica é, portanto, de fundamental importância pelo fato que naturalmente todo e qualquer projeto de Educação Permanente envolve a defesa dos interesses de determinada organização. Isto não significa porém, que todo projeto de Educação vise sempre os interesses do indivíduo em questão. Desta forma toda Educação Permanente deve estar orientada pelos critérios de defesa da justiça e da dignidade do ser humano em qualquer situação.

**CAPÍTULO 2 - ESTUDO TEÓRICO PARA A FUNDAMENTAÇÃO
DE QUESTÕES REFERENTES A DEMOCRACIA,
PODER, SABER E ALGUNS CONCEITOS**

DEMOCRACIA

A DEMOCRACIA EM GRAMSCI

Ao se tratar da questão da democracia e sempre que se fala da mesma, supõe-se um espaço de participação em qualquer situação ou em qualquer segmento da sociedade. Este espaço por sua vez pode ser cedido, conquistado e organizado de acordo com as possibilidades e exigências da mesma situação.

Verifica-se também que ao se falar em espaço de participação na democracia, implica seguramente numa relação com o conceito de hegemonia que se constitui uma relação de forças entre vários grupos em questão no desenvolvimento do processo político, social e econômico da sociedade.

Sob esta perspectiva Gramsci considera que entre os muitos significados que a democracia possa ter, parece-lhe que o mais realista e concreto é aquele que se pode deduzir em conexão com o conceito de "*hegemonia*". Pois, no sistema hegemônico existe democracia entre os grupos dirigentes e os grupos dirigidos na medida em que o desenvolvimento da economia, e por conseguinte da legislação que exprime esse desenvolvimento, favorece a passagem (molecular) dos grupos dirigidos ao grupo dirigen-

te. (12)

Para Maria Antonieta Maciocchi o conceito de hegemonia representa a contribuição essencial de Gramsci ao Marxismo e sua contribuição mais decisiva até o momento à luta de classes revolucionárias, trata-se da fase da tomada de poder, como é o caso para nós no Ocidente, ou nos países onde a hegemonia já se organizou em Estado socialista. (13) Para ela as implicações do conceito de hegemonia está em estreita relação com o Estado como governo de uma classe, sendo que a abordagem do conceito efetiva-se sob os mais diferentes ângulos: quer se trate do passado histórico que fez das classes burguesas os protagonistas (hegemônicos) da conquista do poder (como no Risorgimento Italiano e no assalto contra o Estado conduzido pelos fascistas, com a criação de um bloco histórico reacionário constituído pelos latifundiários do Sul e os industriários do Norte), ou da fase durante a qual a classe dominada tenta correr as bases da hegemonia burguesa e conquistar sua hegemonia ideológica antes mesmo da tomada do poder. Além disto considera que o conceito de hegemonia diz igualmente respeito ao desenvolvimento do novo Estado proletário, no qual a hegemonia prepara as condições para o "desaparecimento do Estado" e o surgimento do que Gramsci chama de uma "sociedade regulada" do Estado à medida que se afirma seus traços fundamentais. (14)

Segundo Christinne Buci-Glucksmann o surgimento de uma sociedade regulada tem sua base de surgimento nos Conselhos operários que no seu entender são a primeira célula de um novo Estado. Tais conselhos nascidos da própria base da produção, o sindicato e o partido são "associações voluntárias", instrumen-

tos de propulsão do processo revolucionário, "agentes e gerentes da revolução". E nestes Conselhos, os operários realizam sua unidade enquanto produtores e assumem assim consciência de sua "*homogeneidade de classe produtora*". (15). E segundo Christinne, Gramsci considera que é aos Conselhos que caberá então realizar uma primeira unificação entre o econômico e o político a partir da fábrica. Indicando ao partido o "*caminho do poder, o caminho do governo*", eles encarnam ao mesmo tempo o governo do poder industrial e do poder político. Posto que asseguram o controle do conjunto da classe operária sobre a produção, a partir da produção, eles são "*os instrumentos que permitem expulsar os capitalistas do processo de produção*". Mas pelo fato de que eles são a única garantia de ruptura revolucionária, a base para a construção de um novo Estado, eles são também "*os instrumentos da supressão da burguesia como classe dominante*". (16)

Em vista disso, Macciocchi diz que Gramsci formula com muita pertinência os termos essenciais do problema da hegemonia dizendo que: "*o proletariado, para ser capaz de governar tem de se despir de qualquer corporativismo residual, de qualquer preconceito ou resistência sindicalista*". Mas não basta superar a fase corporativo-profissional e adquirir uma consciência de classe; é preciso também chegar a pensar enquanto classe que se propõe a dirigir os campões e os intelectuais, como classe que só poderá ser vitoriosa e instaurar o socialismo, se obtiver o acordo e o apoio da maioria dessas camadas sociais. Se isto não é conseguido o proletariado não pode tornar-se uma classe dirigente, e essas camadas que na Itália representam a maioria da população permanecerão

submetidas à dominação burguesa, permitindo que o Estado resista ao ímpeto do proletariado e o contenha. (17) Conforme a mesma autora é nos Conselhos, portanto, que se encontram todos os princípios de auto-governo ou da auto-gestão como diriam hoje alguns; da direção política social e cultural sobre outras camadas sociais, sobre o conjunto da sociedade, agrupando cidadãos, camponeses e operários.

Vê-se que o conceito de hegemonia significa que não é suficiente a conquista do poder, mas que além disso implica numa multiplicidade de implicações teóricas e políticas para o estabelecimento de um sistema de alianças e reformas, intelectual e moral da sociedade para a afirmação da nova práxis política revolucionária. Com efeito, para Gramsci a força por si só não basta ao exercício do poder, mas só é possível se além das relações de força que as classes antagônicas estabelecem entre si, a classe hegemônica obtém o consenso dos grupos sociais que lhe estão próximos ou são seus aliados. Evidencia-se desta forma a importância de se considerar em conjunto com os dois termos: dominação/consenso, pois os extremos podem conduzir a uma ditadura ou a uma espécie de teoria democrática a ponto de se confundir com o eleitorismo democrático burguês. E dentro desta proposta, no artigo de 13 de maio de 1921, saudando a abertura do Congresso de Livorno, Gramsci propunha como tarefa para a classe operária a unificação das duas Itálias, escrevendo que "*isto só pode ocorrer com a destruição do atual aparelho do Estado burguês*". (18)

Tais declarações, para Macchiocchi, provam de forma categórica que para ele é exclusivamente da "destruição do velho Estado

burguês que pode nascer o novo Estado proletário, cujas características naturalmente são incompatíveis com as do precedente e são assim definidas: "*O Estado proletário não é a pseudo-democracia burguesa, forma hipócrita de dominação oligárquica financeira, mas a democracia proletária que emancipará as massas trabalhadoras; não o parlamentarismo, mas o auto-governo das massas, com a participação delas na administração do país e na tarefa da edificação socialista*". A forma concreta do Estado é portanto o poder dos Conselhos e da organização do mesmo tipo.

Para Macciocchi, se a forma concreta do Estado é o poder dos Conselhos, consequentemente o Estado operário que se instaura, é um aparelho estatal que internamente funciona democraticamente, garantindo a todas as tendências anticapitalistas a liberdade e a possibilidade de tornarem-se partidos de governo proletário e que externamente funciona como um máquina implícavel, esmagando os órgãos de poder industriais e políticos do capitalismo. (19)

Segundo a mesma autora, Gramsci considera as eleições em um regime burguês, uma máquina cujas alavancas de comando permanecem nas mãos do capitalismo, com todo o seu enorme aparelho que visa garantir o voto-consenso das massas, convicção esta que se observa do início ao fim dos Cadernos. E ele retoma esse argumento afirmando que: "*A racionalidade histórica do consenso baseado na maioria numérica é sistematicamente falseada sob o efeito da riqueza*". As eleições em um regime burguês permitem os "golpes eleitorais", pois é nesse terreno que, graças ao aparelho ideológico do Estado (especialmente os meios de comunicação social), para obter a

a supremacia ideológica e o consenso da maioria. Neste sentido segundo a autora, Gramsci exclui a possibilidade de que o proletariado chegue a encontrar uma via autenticamente revolucionária, através das instituições da democracia liberal, dizendo que: "*O parlamentarismo e o eleitorismo oferecem um terreno propício à... demagogia*"; engendram a burocracia opressiva e parasitária e só servem para "*tirar proveito das massas amorfas da população, cujas exigências reivindicativas e passionais são esquecidas pelo poder dois dias depois da votação, na medida em que as eleições se realizam com base em programas vagos e gerais*": eleições que não comprometem ninguém, não pressupõe nenhum controle democrático da base dos eleitores sobre os eleitos. (20)

Pode-se verificar que a partir de Gramsci diferencia-se claramente a participação efetiva no poder e uma pseudo-participação instaurada pelo regime eleitoreiro. Essa pseudo-participação verifica-se em primeiro lugar em vista do poder financeiro que controla os limites desta participação em função do dinheiro que garante os interesses da classe que o detém. Em segundo lugar há um peso no que diz respeito à falta de formação e informação que gera desinteresse pelas questões fundamentais e decisivas de muitos indivíduos que não procuram tomar conhecimento e que dizem respeito à sua vida e seus direitos. E enquanto aquele que tem os direitos e o dever de se informar não os faz, outros o fazem em seu lugar e se apropriam inescrupulosamente do que era seu, sem levar em conta as obrigações para com este indivíduo.

Como se pode perceber, a formação e a informação são

fundamentais para a garantia de uma hegemonia de classe, pois asseguram o domínio ideológico e a efetiva participação em todas as esferas da vida social.

Quando Gramsci se refere à "*destruição do Estado burguês*", entende-se como supressão do domínio hegemônico da classe burguesa a partir da equivalência entre as classes fundamentais em termos participativos no domínio ideológico e político da vida estatal. E como o fundamento da hegemonia e da participação está no domínio do campo ideológico, Gramsci destaca a importância dos intelectuais orgânicos de cada grupo social. E neste mesmo sentido ele afirma que cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico mas também no social e político.(21) Pois segundo ele não pode existir atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual. E nesse sentido afirma ainda que uma das mais marcantes características de todo grupo social que se desenvolve no sentido do domínio é a sua luta pela assimilação e pela conquista "ideológica" dos intelectuais tradicionais, assimilação e conquista que são tão mais rápidas e eficazes quanto mais o grupo em questão elabora simultaneamente seus próprios intelectuais orgânicos (22).

Isto significa que a questão do domínio do saber, que será abordada mais adiante, está intrinsecamente ligado à questão do poder e da participação democrática.

DEMOCRACIA EM MARX

Procurando entender o pensamento de Marx a respeito da democracia, vemos que é de fundamental importância levar em consideração a questão da luta de classes e o aspecto da alienação que são o eixo condutor do seu pensamento. Pois o estabelecimento da democracia no sentido que a tomamos nesta tese, exige a eliminação das diferenças sociais que impedem o estabelecimento de uma ordem mais igualitária dentro do modelo capitalista que é inevitavelmente anti-democrático e discriminador nos seus princípios.

Para Marx a democracia se estabelece quando desaparecem as diferenças de classe, quando houver a abolição de uma situação na qual as necessidades de alguns só são satisfeitas às custas dos outros; à eliminação completa das classes e os antagonismos, ao desenvolvimento em todos os sentidos das faculdades de todos os membros da sociedade, graças à educação baseada na indústria, às mudanças do tipo de atividade; à participação de todos na felicidade criada por todos, à combinação do campo e a cidade, tais seriam os efeitos da abolição da propriedade privada (23). Pois segundo ele a democracia não teria nenhuma utilidade para o proletariado se não servisse de maneira imediata para realizar algumas medidas que atacam diretamente a propriedade privada e asseguram a existência do proletariado. E as principais

medidas deduzidas como resultados necessários das condições sociais existentes são:

1. Organização do trabalho ou emprego dos proletários nos domínios, fábricas e oficinas nacionais, graças ao qual se poderá eliminar a competição entre os trabalhadores; enquanto existam, os patrões das fábricas deverão abonar um salário tão elevado como o do Estado.
2. Obrigação de trabalhar para todos os membros da sociedade até que desapareça a propriedade privada. Formação de exércitos industriais, em particular na agricultura.
3. Educação de todas as crianças, a partir do momento em que possam desligar-se dos primeiros cuidados maternos, nas instituições nacionais e a cargo da nação. Educação e trabalho produtivo andarão lado a lado. (24)

Vemos pois que para Marx a conquista da democracia significa libertação do domínio capitalista sobre o operário que é alienado da sua produção pela exploração da força de trabalho através da mais-valia onde os lucros são apropriados pelo dono dos meios de produção.

O domínio do capitalista sobre o operário é por conseguinte o da coisa sobre o trabalhador vivo, do produto sobre o produtor, já que, na realidade, as mercadorias que se convertem em meios de dominação sobre os operários (mas apenas como meio de domínio do próprio capital) não são meros resultados do pro-

cesso de produção, mas os seus produtos. Na produção material, no verdadeiro processo de produção da vida social, dá-se uma relação de conversão do sujeito em objeto e vice-versa (25).

Marx considera que historicamente esta conversão surge como um momento de transição necessário para impor às expensas da maioria, a criação da riqueza enquanto tal; isto é, das brutais forças produtivas do trabalho social, as únicas que podem constituir a base material de uma sociedade humana livre. É necessário passar através desta forma oposta, do mesmo modo por que a princípio o homem deve comportar-se de forma religiosa em relação às suas faculdades intelectuais consideradas como poderes independentes. Trata-se do processo de alienação do próprio trabalho. Aqui o operário está, em princípio, em plano superior ao do capitalista, porquanto este último deitou raízes no processo de alienação e nele encontra satisfação absoluta, ao passo que o operário, ao contrário, em sua condição de vítima do processo, coloca-se numa situação de rebeldia e sente-o como processo de servidão.

Na medida em que o processo de produção é ao mesmo tempo processo efetivo de trabalho, e que o capitalista, como supervisor e dirigente tem a função a desempenhar na produção efetiva, sua atividade assume de fato um conteúdo específico, múltiplo. Mas o próprio processo de trabalho manifesta-se apenas como meio do processo de valorização, do mesmo modo que o valor de uso do produto aparece apenas como portador de seu valor de troca. A auto-valorização do capital - a criação de mais-valia - é pois, a finalidade determinante, predominante e avassaladora do capi-

talista, impulso e conteúdo absoluto de suas ações; e nada mais em realidade senão o impulso e finalidade racionalizadora do processo de entesourar. Trata-se de um conteúdo mesquinho e abstrato, que de certo ângulo, revela o capitalista submetido exactamente à mesma servidão em relação ao capital, embora de outra maneira que o operário no polo oposto (26).

Pode-se afirmar que o princípio democrático em qualquer circunstância é incompatível com a submissão: que o modelo capitalista pela própria natureza torna submisso tanto o dono do capital como o operário que é instrumento de exploração e fonte de lucro para o patrão. Por isso, nos moldes atuais do capitalismo, a tendência é de um aperfeiçoamento cada vez maior do sistema de submissão de ambos (um pelo capital e outro pelo seu dono), e consequentemente a possibilidade de uma verdadeira democracia na relação entre ambos torna-se cada vez mais distante.

Vê-se também que para Marx a alienação se dá a partir de duas esferas diferentes e que se identificam com o processo de transformação do dinheiro em capital. A primeira que pertence à esfera da circulação de mercadorias, e que se efetua no mercado. Trata-se da compra e da venda da capacidade de trabalho. Pois o produto do processo de produção segundo ele não é simplesmente o produto (valor de uso), nem simples mercadoria, isto é, produto que tem um valor de troca, e que representam mais trabalho do que o adiantado para sua produção sob forma de dinheiro ou mercadoria. O segundo processo consiste no consumo da capacidade de trabalho adquirida ou no próprio processo de produção. No primeiro processo, o capitalista e o operário se contrapõem unicamente

como possuidor do dinheiro e possuidor da mercadoria, e sua transação é a que se produz entre todos os compradores e vendedores, uma troca de equivalentes. No segundo processo o operário apresenta-se transitoriamente como componente vivo do próprio capital, e a categoria de troca está aqui totalmente excluída, já que o capitalista se apropria pela compra de todos os fatores de produção - tanto materiais como pessoais desde o inicio do processo. Ainda que ambos os processos existam de maneira autônoma, um ao lado do outro, eles se condicionam reciprocamente. O primeiro dirige o segundo, que por sua parte o complementa.

Para Marx, considerando-se o capital integral, isto é, por um lado o conjunto dos adquirentes da capacidade de trabalho, e por outro a totalidade dos vendedores da capacidade de trabalho, a totalidade dos operários; vemos que o operário se vê obrigado a vender em lugar de uma mercadoria a sua própria capacidade de trabalho como mercadoria. Isso se deve a que, por outro lado, vê como propriedade alheia todos os meios de produção, todas as condições objetivas do trabalho, assim como todos os meios de subsistência; pois toda riqueza objetiva surge aos olhos do operário como propriedade dos possuidores de mercadoria.

Marx vê a relação capitalista como uma relação coercitiva, com o fim de extrair trabalho excedente mediante o prolongamento da jornada de trabalho - relação coercitiva que não se baseia em relações pessoais de dominação e dependência, mas que nasce simplesmente de diferentes funções econômicas. Pois no seu entender só se pode produzir a mais-valia através do prolongamento da força de trabalho, isto é, sob a forma de mais-valia

absoluta. A essa modalidade, como forma única de produção de mais-valia corresponde aquilo que ele chama de subsunção formal do trabalho ao capital (27). E para ele não só "conceitualmente", mas efetivamente, "*o social*" de um trabalho se defronta ao operário não só como algo alheio, mas hostil e antagônico, como algo objetivado e personificado ao capital.

Tratando-se da questão da subsunção formal do trabalho ao capital, Marx diz que aquilo que se trata do comportamento e das relações entre os indivíduos decorre essencialmente da base econômica. Neste sentido afirma que a produção das idéias, das representações e da consciência, está em primeiro lugar direta ou indiretamente ligado à atividade material e ao comércio natural dos homens com a linguagem da vida real. As representações, o pensamento, o comércio intelectual dos homens, aparecem aqui ainda, como a emancipação direta do seu comportamento material (28).

Segundo ele, dá-se o mesmo com a produção intelectual tal como se apresenta na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica, etc, de um povo. São os homens os produtores de suas representações, das suas idéias, etc, mas os homens reais, ativos, condicionados por um determinado desenvolvimento das suas forças produtivas e das relações a elas correspondentes, incluindo-se as formas mais abrangentes que estas possam tomar. A consciência não pode ser senão o ser consciente e o ser dos homens é o seu processo de vida real. E se em toda a ideologia, os homens e as suas relações nos aparecem colocados de cabeça para baixo como numa câmara escura, este fenômeno

resulta do seu processo de vida histórico, absolutamente como a inversão dos objetos na retina provém de seu processo de vida diretamente físico. Neste sentido para ele não é a consciência que vai determinar a vida, mas a vida que determina a consciência. Desta forma, para se entender a democracia, como para se entender o homem em Marx não é do pensamento e da imaginação que partimos, mas dos homens na sua atividade real: a partir do seu processo de vida real que representa também os reflexos dos ecos ideológicos deste processo vital (29).

Sob este enfoque decorre que a moral, a religião, a metafísica e todo o restante da ideologia, assim como as formas de consciência que lhes correspondem, perdem imediatamente qualquer aparência de autonomia. Elas não tem história, não têm desenvolvimento; são pelo contrário os homens que ao desenvolver sua produção material e suas relações materiais transformam com esta realidade que lhes é própria quer o seu pensamento, quer os frutos de seu pensamento. É na vida real portanto, que começa a ciência real, positiva, a análise da atividade prática do processo de desenvolvimento prático dos homens.

Tendo em vista esta dependência do homem frente ao real que o cerca, Marx atribui que a libertação de cada indivíduo em particular realizar-se-á exatamente na mesma medida em que a história se transformar completamente. Por isso é visível que a verdadeira riqueza intelectual do indivíduo depende inteiramente da riqueza de suas relações reais. Assim para Marx o único modo de cada indivíduo se libertar dos seus diversos limites nacionais e locais, é pondo-se em relações práticas com a produção de todo o mundo (inclusive da produção intelectual), e colocan-

do-se na possibilidade de adquirir a capacidade de uso-fruto da produção do mundo inteiro, em todos os seus domínios. Para ele a dependência universal, essa forma natural de cooperação dos indivíduos à escala da história mundial, será transformada por essa revolução comunista, no controle e domínio consciente das forças que, criadas pela ação recíproca dos homens uns em relação com os outros, se lhes vieram impor até hoje como se fossem forças estranhas e os dominaram.

No seu entender o fim da história não é reslover-se "*em consciência de si*" ou em "*espirito do espirito*", mas que em cada estágio se encontram dados um resultado material, uma soma de forças produtivas, uma relação com a natureza e entre os indivíduos criados historicamente e transmitidos a cada geração pela que precede, uma massa das forças de produção de capitais e de circunstâncias que por um lado são muito modificados pela nova geração, mas que por outro se lhes ditam as suas próprias condições de existência e lhe imprimem um determinado desenvolvimento, um caráter específico. E por conseguinte tanto fazem as circunstâncias os homens como os homens fazem as circunstâncias. Esta soma de forças de produção de capitais, de formas de relações sociais que cada indivíduo e cada geração encontram como dados existentes, é a base concreta daquilo que os filósofos representam como "*substância e essência*" do homem, daquilo que eles ergueram nas nuvens ou combateram em base concreta, cujos efeitos e consequências sobre o desenvolvimento dos homens não são de modo algum isolados, só porque os filósofos se revoltam contra ele na qualidade de "*consciência de si*" e de "*únicos*".

Na mesma perspectiva de aprofundamento Marx diz que na produção social da sua existência os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se ergue a superestrutura jurídica e política e a que correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e intelectual em geral. E para ele não é a consciência que determina o ser do homem, mas pelo contrário o seu ser social que determina a sua consciência (30). É tão evidente esta situação para Marx que ao seu ver todos os sistemas religiosos, jurídicos, todos os pontos de vista que surgem na história só podem ser compreendidos se as condições de vida materiais da época correspondente forem compreendidas e deduzidas destas condições materiais.

Para que a alienação possa ser abolida, Marx afirma que existem duas condições práticas indispensáveis; isto é, para que se transforme num poder "insuportável", ou seja, um poder contra o qual se faça uma revolução, é necessário que tenha dado origem a uma massa de homens "*totalmente privada de propriedade*", que se encontre simultaneamente em contradição com um mundo de riqueza e de cultura com a existência real. Ambas as coisas no entanto pressupõe um grande aumento da força produtiva, isto é, um estágio elevado de desenvolvimento. E por outro lado esse desenvolvimento das forças produtivas é uma con-

dição prática prévia absolutamente indispensável; pois, sem ele, apenas se generalizará a penúria, e com a pobreza recomeçará paralelamente a luta pelo indispensável e cair-se-á fatalmente na imundície anterior. Ele constitui igualmente uma condição prática "sine qua non", pois é unicamente através desse desenvolvimento universal das forças produtoras que é possível estabelecer um intercâmbio universal das forças produtoras que é possível estabelecer um intercâmbio universal entre os homens e porque, deste modo, o fenômeno da massa "*privada de propriedade*" pode existir simultaneamente em todos os países (concorrência universal), tornando cada um deles dependente das perturbações dos restantes e fazendo com que finalmente os homens empiricamente universais vivam de fato a história mundial em vez de serem indivíduos vivendo numa esfera exclusivamente local (31).

Contata-se que para Marx a superação da propriedade privada é a emancipação plena de todos os sentidos e qualidades humanas. É precisamente esta emancipação no seu entender, que faz com que todos os sentidos e qualidades humanas se tornem humanas no sentido objetivo e subjetivo. Isto significa, ao meu ver, que não basta apenas a eliminação da propriedade privada sem uma efetiva superação nas relações humanas de desenvolvimento e produção. Do contrário, persistirá uma mentalidade individualista, egocêntrica, usurpadora e masoquista em qualquer situação ou sistema, seja ele coletivista ou privatizado. É necessário concomitantemente a transformação do sistema e do projeto de vida e de desenvolvimento que está na cabeça do homem, que cria e aperfeiçoa os sistemas.

DEMOCRACIA EM MICHEL FOUCAULT

Inicialmente desejo assegurar que Michel Foucault, embora tenha abordado inúmeros temas em profundidade, não se preocupou particularmente com a questão da democracia. A revisão de seus escritos deixa claro que ele não trata mais explicitamente da questão; no entanto, pretendo estabelecer uma articulação entre esta temática de meu interesse e as abordagens do autor, cujas reflexões englobam o mesmo conteúdo.

Um dos aspectos de grande importância que Foucault aborda e com o qual se esbarra necessariamente quando se trata da democracia, é a questão do poder, cujo tema se apresenta com tal abrangência, que se pode considerá-lo como o autor que, até o presente, melhor tem estudado este assunto.

Parte-se da constatação de que existe uma contradição entre a democracia e o poder que se faz presente em todas as instâncias da sociedade civil e que ambos estabelecem uma relação de antagonismo na medida em que a relação de forças que permitem o poder em qualquer situação, implica numa dificuldade para o exercício da democracia. Refiro-me aqui especialmente aos casos de vigência de ditaduras e situações diretas de repressão em quaisquer níveis. Porém nada impede de considerar que o exercício da democracia possa acontecer em qualquer instância, e até mesmo frente a um poder ditatorial. Prova disto é que a partir de 1964 em nosso país houve um acelerado processo de organização

dos movimentos populares nas bases, embora o país estivesse sendo governado por um regime militar que privou o povo de qualquer participação mais direta no governo.

Pode-se dizer também que no exercício da democracia há um confronto de poderes que em meio ao diálogo ou no conflito aberto procuram equilibrar as forças em questão. E na busca desse equilíbrio se evidencia uma perda e um ganho; isto é, alguém que necessariamente deverá ceder para que o outro possa receber aquilo que tem direito e que necessita. Neste sentido no período pós-64, de um lado tivemos o poder militar com seus aparatos de força e de outro a força do povo que através da união e organização lutou pelos seus direitos e por uma participação mais democrática através de suas reivindicações e resistências. Desta forma pode-se perceber que em qualquer situação estão em jogo as forças do poder; daí a necessidade de saber conviver com as contradições da democracia.

A mesma reflexão acima referenciada pode ser verificada em outras instâncias institucionais como: família, hospitais, penitenciárias, sindicatos, partidos, comunidade, etc. É o antagonismo no processo que desencadeia a dinâmica que por sua vez leva a um desenvolvimento, crescimento, amadurecimento tanto das instâncias acima referidas como das pessoas implicadas no processo.

Outro aspecto importante a ser levado em conta é a questão do saber, que para Foucault possui uma relação intrínseca com o poder a tal ponto de ele próprio afirmar que não há rela-

ção de poder sem constituição de um campo de saber, e que todo saber implica em novas relações de poder. Todo ponto de exercício do poder é ao mesmo tempo um lugar de formação de saber; e desta forma todo saber assegura um exercício do poder.

A partir desta relação saber-poder, tornam-se possíveis algumas inferências em torno da democracia pelo fato de que é a partir do equilíbrio das duas instâncias que se chega a uma relação ideal de convivência e de participação.

Referindo-se a esta mesma questão, em seu livro *Microfísica do Poder*, Michel Foucault aponta também para o papel dos intelectuais frente ao poder e da importância de uma teoria frente ao mesmo. Segundo ele o papel destes diante da massa não é de se colocar "*um pouco na frente ou um pouco de lado*", para dizer a muda verdade de todos; mas é antes, de lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é ao mesmo tempo objeto e instrumento: na ordem do saber, da verdade, da consciência, do discurso. É através da teoria que deve ser aplicada numa prática que esta deverá lutar contra o poder para fazê-lo aparecer, e atingí-lo onde ele é mais invisível e insidioso. Ela deve lutar, no seu entender, não para uma "*tomada de consciência*", pois, (há muito tempo que a consciência como saber está adquirida, está ocupada pela burguesia), mas sua ação visa a destruição progressiva e a tomada de poder ao lado de todos aqueles que lutam por ela na retaguarda para esclarecê-los (32).

Para Foucault, nas situações de desigualdade, o fato de designar focos de poder, denunciá-los, falar publicamente, é uma

luta; não porque ninguém ainda tenha tido consciência disto, mas porque falar a respeito disto - forçar a rede de informação institucional, nomear, dizer quem fez, o que fez, designar o alvo - é uma primeira inversão de poder, é um primeiro passo para outras lutas contra o poder legalizado. E neste sentido segundo ele, se os discursos como o dos detentos ou dos médicos de prisões são lutas, é porque eles confiscam ao menos por um momento o poder de falar da prisão, atualmente monopolizado pela administração e seus compadres reformadores (33).

Infere-se do exposto a importância do discurso, do espaço para falar, do saber falar e do poder falar para a prática da democracia e de se dar um primeiro passo no sentido de se reverter o monopólio do poder e do falar. Para tanto vale aqui outra afirmação de Foucault que diz que uma teoria que penetra um determinado ponto, ela se choca com a impossibilidade de ter a menor consequência prática, sem que se produza uma explosão se necessário em um ponto totalmente diferente(34). E neste sentido segundo ele, ou a reforma é elaborada por pessoas que se pretendem representativas e que têm como ocupação falar pelos outros, em nome dos outros e é uma reorganização do poder, uma distribuição do poder que acompanha uma represão crescente; ou é uma reforma reivindicada, exigida por aqueles a quem ela diz respeito, e aí deixa de ser uma reforma, é uma ação revolucionária que por seu caráter parcial está decidida a colocar em questão a totalidade do poder e de sua hierarquia.

Pode-se notar ainda que de um lado o discurso possui um potencial transformador diante do poder e por outro lado o pró-

prio discurso pode produzir novas relações de poder; seja no sentido positivo como no sentido negativo. Dentro desta mesma perspectiva, Foucault afirma que em uma sociedade qualquer existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social; entretanto tais relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer, nem funcionar, sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso. Não há possibilidade de exercício do poder sem uma certa economia dos discursos de verdade que funciona dentro e a partir desta dupla exigência. Pois para ele somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só é possível exercê-lo através da produção da verdade. E além do mais somos obrigados pelo poder a confessar a verdade, obrigados ou condenados pelo poder a confessar a verdade ou a encontrá-la. O poder não pára de interrogar, de indagar, registrar ou institucionalizar a busca da verdade, que profissionaliza e recompensa.

A DEMOCRACIA EM ENRIQUE DUSSEL

Tratando da questão da democracia, Enrique Dussel retoma o significado da mesma a partir de Aristóteles na prática política ateniense, onde ele a entende como poder exercido pelo DEMOS ou assembléia dos varões atenienses (35). Tal democracia na verdade excluía da assembléia os estrangeiros, os habitantes não livres, os escravos, as mulheres e era na verdade uma aristocracia oligárquica. A partir daí procura analisar historicamente diferentes formas de governo, tanto na Europa como na América Latina que buscaram uma tentativa de aproximação deste ideal, mas que provaram sua limitação e deficiência.

Ele procura mostrar que na base o sistema colonizador é capitalista por natureza, é antidemocrático mesmo na sua forma aparentemente mais liberal possível e se tornou ineficaz no alcance do ideal democrático pleno. E neste sentido afirma que na América Latina nunca se deu um modo de governo que pudesse chamar-se "*democrático*", embora segundo ele deve-se perguntar onde se dá tal tipo de governo no mundo.

No seu entender a "*democracia*" pode constituir-se numa ideologia que manipula em nome da participação, a coerção econômica, psicológica e outras formas de repressão contra o povo dos cidadãos comuns que se crêem livres sem que na verdade o sejam de fato (36). Isto significa que o cidadão imagina ser alguém completamente livre e na realidade não é, por estar submetido a

uma demagogia. E segundo ele deve-se perguntar também quem é mais livre: aquele que tem clara consciência de não sê-lo e luta pela liberdade, ou aquele que julga estar na liberdade pertencendo a um sistema que, pela propaganda, pela enorme produtividade para a destruição, pelo condicionamento ideológico, pela educação, chega a formar um cidadão "*normal*", que quer o que todos querem porque todos o querem.

Para Dussel se a democracia é o exercício do poder do povo e o povo são as maiorias, as classes oprimidas, operários e camponeses, tal povo só esporadicamente e com freqüência de maneira espontaneista e por pouco tempo nos processos revolucionários pode expressar-se (37). E segundo ele, se a democracia é eleição livre de um candidato, foram democratas somente algumas sociais democracias, como por exemplo a da frente popular de Allende no Chile, governando através de ampla participação popular. Evidencia-se desta forma que não basta o sufrágio eleitoral para o estabelecimento de uma democracia.

Conforme Dussel, ao contrário, os modos de governo antidemocráticos e que de forma alguma respeitam a vontade do povo, julgando infinitamente superior a "*Segurança Nacional*" sobre a liberdade, são por infelicidade (ou por lógica) apoiados pelos países industriais do chamado mundo "*livre*" (38).

Ele supõe que o povo latinoamericano acredita na democracia como uma estrutura futura que deverá conseguir na próxima etapa de sua história, porém depois de um longo, penoso e paciente processo de libertação. É possível que isso ocorra, todavia,

deverá surgir dentro de um novo tipo de sociedade, de um novo Estado, de um novo aparato de governo.

E como ele evidencia, há um processo de dominação global e julga que é bem possível que o indicado processo de libertação para poder alcançar um sistema democrático exigirá ao mesmo tempo, a libertação de toda periferia; não somente da América Latina, mas também do mundo Árabe, da África Negra, da Índia, do sudoeste asiático e o desenvolvimento da China. Isso no entanto, suporia uma nova ordem mundial no nível político, econômico e cultural; e isso significaria que as nações do centro deveriam antes perder a sua hegemonia.

A partir daí, para Dussel, quando se fala em libertação, entende-se simultaneamente a libertação das nações periféricas e tomada de poder das classes populares, para organizar realmente a formação social (39). Pois no seu entender, o processo político de libertação atua em última instância na libertação social, nacional, periférica das classes camponesas e operárias. Elas são desde o início da modernidade (os índios que extraíam das minas o ouro e a prata; os negros vendidos como escravos, a mais-valia do agricultor asiático), os que permitiram a mais-valia metropolitana obtida nas colônias. Eles são o proletariado mundial, os pobres entre as nações pobres, os explorados dos países explorados.

Dussel está convicto de que a revolução social dos países periféricos pela tomada de poder pelas classes oprimidas (especialmente camponesas e operárias) é condição sem a qual não have-

rá autêntica libertação nacional, e igualmente neste caso não haverão autênticas alternativas para a cultura mundial do futuro, podendo realizar apenas algumas de suas possibilidades já incluídas no centro metropolitano. Pois, segundo ele, na libertação da periferia, nos povos da periferia, em suas classes operárias oprimidas, encontra-se a possibilidade da cultura mundial futura realizar um salto qualitativo, passar a uma sociedade nova original.

A libertação para Dussel não se reduz apenas ao aspecto conjuntural da economia e da política internacional. Para ele existe uma situação complexa de alienação que perpassa o nível pessoal, da sexualidade, da família, da cultura, da educação, da comunicação, etc. Em todos esses níveis é necessário que surja um novo ethos trazendo um novo caráter para o povo e produzindo novo conjunto de estruturas e atitudes que predominam em sua ação (40).

Diante do machismo, como ideologia que oculta a dominação da mulher definida como objeto sexual, a libertação permitirá ao homem recuperar parte da sensibilidade perdida na ideologia machista que lhe foi introjetada. A mulher popular, da cultura periférica que sofre um duplo embate, dupla violação; violada por ser de cultura oprimida e por ser mãe do sexo violentado, permitirá o aparecimento de uma real exterioridade do outro, outro livre e sexualmente distinto, numa relação que plenifica também o ser político e pedagógico.

Quanto ao aspecto cultural, situam-se os países periféricos num sistema profundamente ideológico que propaga com pre-

tendida ingenuidade o projeto imperial e que produz mercado para seus produtos.

O projeto de libertação pedagógica para Dussel, opõe-se à posição "*bancária*" do educando como diria Paulo Freire, e que permite afirmar o que o povo tem de exterioridade e de valores próprios. Tal projeto não é formulado pelos mestres; já está na consciência do povo; é o a priori metafísico do processo, e ao qual se tende a partir de uma longa luta popular alcançar o próprio projeto da "*excelente cultura antiga popular*" como diria Mao Tse Tung (41). Desta cultura revolucionária, libertadora, surgirá uma nova cultura mundial, alternativa, muito mais rica do que a atual. E segundo ele deve ser o trabalhador, revolucionário da cultura sem deixar o povo, mas com consciência crítica, que conduz o próprio povo à sua afirmação cultural. E enquanto não se conseguir formar na própria práxis a consciência crítica de líderes populares, a educação será elitista, dominadora.

PODER

O PODER EM MARX

Para Karl Marx a essência do poder está no dinheiro, melhor dizendo, no lucro e na mais-valia obtida, seja pelo trabalho acumulado, seja pela exploração ou apropriação indevida da mais-valia.

Dentro desta perspectiva, no seu Terceiro Manuscrito Filosófico, analisa um poema de Shakespeare (42) e descreve muito acertadamente a essência do dinheiro. Marx mostra que a força do dinheiro é tal que aquilo que o homem pode comprar, isso ele é. A força da pessoa é tão grande como a força do dinheiro. O que o indivíduo é e o que pode na sociedade não é determinado pela individualidade mas pela sua possibilidade de comprar a imagem que desejar. Neste sentido textualmente ele diz que:

sou feio, mas posso comprar a mais bela mulher. Portanto não sou feio, pois o efeito da feiúra, sua força afugentadora, é aniquilado pelo dinheiro. Segundo minha individualidade sou inválido, mas o dinheiro me proporciona vinte e quatro pés, portanto não sou inválido? Sou um homem mau, sem honra, sem caráter e sem espirito, mas o dinheiro é honrado e portanto também o seu possuidor; o dinheiro poupa-me além disso o trabalho de ser desonesto, logo presume-se que sou honesto; sou estúpido, mas o dinheiro é o espirito real de todas as coisas, como poderia seu possuidor ser estúpido? Além disso seu possuidor pode comprar pessoas inteligentes, e quem tem o poder sobre os inteligentes não é mais inteligente do que aspira? Não posso todas as capacidades humanas? Não transforma meu dinheiro então todas as minhas capacidades em seu contrário?

Marx considera o dinheiro como possuidor de um tal poder inversor que atua contra o indivíduo e contra os laços sociais que se dizem essenciais. Pois é capaz de transformar a fidelidade em infidelidade, o amor em ódio, o ódio em amor, a virtude em vício, o vício em virtude, o servo em senhor, o senhor em servo, a estupidez em entendimento e o entendimento em estupidez.

Considera também que o dinheiro enquanto conceito existente e ativo de valor, confunde e troca todas as coisas, então ele é a confusão e a troca gerais de todas as coisas, isto é o mundo invertido, a confusão e a troca de todas as qualidades humanas e naturais. Assim, ainda que um homem seja covarde, é valente aquele que pode comprar a valentia. Como o dinheiro não se troca por uma qualidade determinada, nem por uma coisa determinada, por uma força essencial humana, mas sim pela totalidade do mundo objetivo natural e humano; do ponto de vista do seu possuidor, pode trocar qualquer propriedade por qualquer outra propriedade e qualquer outro objeto, inclusive os contraditórios. É a irmanação das impossibilidades, e segundo ele "*obriga aquilo que se contradiz beijar-se*" (43).

Marx considera o dinheiro como laço que me liga à vida humana, que liga a sociedade a mim, que me liga a natureza e com o homem; e com efeito, ele se pergunta se o dinheiro não é então o laço de todos os laços? Não pode atar e desatar todos os laços? não é por isso também o meio geral da separação? É a verdadeira marca divisória, assim como o verdadeiro meio de união, a força (...) química da sociedade.

Baseado em Shakespeare, dentro desta mesma perspectiva, destacam-se especialmente duas propriedades do dinheiro:

1. É a divindade visível, a transmutação de todas as propriedades humanas e naturais em seu contrário, a confusão e inversão geral de todas as coisas; irmana as possibilidades.
2. É a rameira geral, a proxeneta geral dos homens e dos povos.

Ele considera o dinheiro como a capacidade alienadora da humanidade pela sua capacidade de inversão e confusão de todas as qualidades humanas e naturais, a irmanação das impossibilidades, a força divina. E esta força repousa na sua essência enquanto essência genérica, alienante e auto-alienante do homem. Isto significa que o dinheiro enquanto possui a propriedade de comprar tudo, enquanto possui a propriedade de apropriar-se de todos os objetos, é pois o objeto por excelência. A universalidade de sua qualidade é a onipotência de sua essência; ele vale pois como ser onipotente(...) Ele é pois como vimos a proxeneta entre a necessidade e o objeto, entre a vida e os meios do homem.

Como se evidencia, para Marx aquele que possui o dinheiro também detém o poder de influência na sociedade à nível de idéias. E segundo ele quem detém o poder é a chamada classe dominante que para Marx em todas as épocas detém o poder das idéias dominantes; ou seja, que esta classe é o poder material dominante da sociedade e representa ao mesmo tempo o seu poder espiritual dominante (44). Pois no seu entender esta classe tem à sua disposição os

meios para a produção material, dispõe ao mesmo tempo dos meios para a produção espiritual, pelos quais estão desta forma submetidas em média as idéias daqueles a quem faltam os meios para a produção espiritual.

As idéias dominantes não são mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como idéias; portanto, das relações que precisamente tornam dominante uma classe e igualmente as idéias de seu domínio. Os indivíduos que constituem a classe dominante também têm entre outras coisas, consciência, e daí que pensam; na medida, portanto, em que dominam como classe e determinam todo conteúdo de uma época histórica; é evidente que o fazem em toda a sua extensão e consequentemente entre outras coisas dominam também como pensadores, como produtores de idéias do seu tempo fazendo com que suas idéias vigorem como dominantes da época. Numa situação e num país em que o poder real, a aristocracia e a burguesia lutam entre si pelo domínio, onde o domínio está dividido, revela-se a idéia dominante a doutrina da divisão dos poderes que é agora declarada "*uma lei eterna*". A partir daí evidencia-se que para Marx o poder do capital determina também o poder das idéias dominantes e vigentes na sociedade.

O PODER EM ANTONIO GRAMSCI

Para Gramsci a concentração do poder está no protagonista que ele identifica como o Príncipe em seu livro: Maquiavel, a Política e o Estado Moderno. O Príncipe, mais do que um herói pessoal na época moderna é o partido político que define as regras do jogo e a vida do Estado. Este por sua vez, segundo ele, sempre e nas diferentes relações internas das diversas nações, é aquele determinado partido que pretende (e está racional e historicamente destinado a este fim) fundar um novo tipo de Estado.

Gramsci diz que é necessário observar como nos regimes totalitários a função tradicional do instituto da Coroa, é na realidade absorvido por um determinado partido, que é totalitário exatamente porque assume tal função. E embora cada partido no seu entender seja a expressão de um grupo social, ocorre que em determinadas condições, determinados partidos representam um grupo social na medida em que exercem uma função de equilíbrio de arbitragem entre os interesses do seu grupo e os outros grupos e na medida em que buscam fazer com que o desenvolvimento do grupo representado se processe com o consentimento e com a ajuda dos grupos aliados, e muitas vezes dos grupos decididamente inimigos. A fórmula constitucional do rei ou do Presidente da República que "reina mas não governa" e a fórmula jurídica que exprime esta função de arbitragem é a preocupação dos partidos de não "descobrir" a coroa ou presidente; as fórmulas sobre a não-responsabi-

lidade para os atos governamentais do chefe de Estado, mas sobre a responsabilidade ministerial são a casuística do princípio geral de tutela da concepção da unidade estatal e do consentimento dos governados à ação estatal, qualquer que seja o pessoal imediato do governo e seu partido.

Para Gramsci, quando se trata de países totalitários, estas fórmulas perdem o seu significado, levando a minimização do papel das instituições que funcionavam segundo as referidas fórmulas, mas a própria função é incorporada pelo partido que exaltará o conceito abstrato de "Estado" e procurará de várias maneiras dar a impressão de que a função de "força imperial" continua ativa e eficaz. (45)

Segundo ele, no mundo moderno, em muitos países, os partidos orgânicos e fundamentais se dividiram por necessidade de luta ou por qualquer outra razão, em frações que assumiram o nome de "partidos". Por isso muitas vezes o Estado-Maior intelectual do partido orgânico não pertence a nenhuma das facções, mas opera como se fosse uma força dirigente superior aos partidos e às vezes reconhecida como tal pelo público.

Gramsci considera que onde há um pluripartidarismo mais aberto, em geral apresentam-se duas formas de partido que como tal parecem fazer abstração da ação política imediata: o partido constituído por uma elite de homens de cultura que tem a função de dirigir do ponto de vista da cultura da ideologia geral, um grande movimento de partidos afins (na realidade facções de um mesmo partido orgânico); e no período mais recente, o partido de não-elite, mas de massas, que como massas não tem outra fun-

ção política que a de uma fidelidade genérica de tipo militar a um centro político visível ou invisível (frequentemente o centro visível é o mecanismo de comando de forças que não desejam mostrar-se à plena luz, mas apenas aparecem indiretamente por interposta pessoa e por interposta ideologia). A massa é simplesmente de "manobra" e é "conquistada" por pregações morais, estímulos sentimentais, mitos messiânicos de expectativas de idades fabulosas nas quais todas as contradições e misérias do presente serão automaticamente resolvidas e sanadas (46).

Para Gramsci é difícil afirmar que um partido político (dos grupos dominados e também dos subalternos) não exerce funções de polícia, isto é, de tutela de uma determinada ordem política e legal. Se isto fosse demonstrado taxativamente, a questão deveria ser colocada em outros termos: sobre os modos e direções sobre os quais se exerce esta função. O sentido é represivo ou difusivo, reacionário ou progressista. Um determinado partido exerce sua função de polícia para conservar uma ordem externa, extrínseca, cadeia de forças vivas da história, ou a exerce num sentido que tende a levar o povo a um novo nível de civilização da qual a ordem política e legal é uma expressão programática. Efetivamente. Efetivamente uma lei encontra quem a infringe:

1. entre os elementos sociais reacionários que a lei destronou;
2. entre os elementos progressistas que a lei comprime;
3. entre os elementos que não alcançaram o nível de civilização que a lei pode representar.

Para Gramsci, portanto, a função de polícia de um partido pode ser progressista ou reacionária: progressista quando tende a manter na órbita da legalidade as forças reacionárias alijadas do poder e a elevar ao nível de nova legalidade as massas atrasadas. É reacionária quando tende a cumprir as forças vivas da história e a manter uma legalidade ultrapassada, anti-histórica, tornada extrínseca. E além disso, o funcionamento de um partido fornece critérios discriminantes: quando o partido é progressista e funciona "democraticamente" (no sentido de um centralismo democrático); quando o partido é reacionário e funciona "burocraticamente" (no sentido de um centralismo burocrático). No segundo caso é um puro executor, não deliberante: então é tecnicamente um órgão de polícia, e seu nome de partido político é uma pura metáfora de caráter mitológico (47).

Para Gramsci, além do poder de domínio e influência dos partidos no quadro conjuntural da política, existe a questão das relações da estrutura e superestrutura que deve ser situado com exatidão e resolvido para assim se chegar a uma justa análise das forças que atuam na história de um determinado período e a definição da relação entre elas. Esta relação se constitui num terreno sobre o qual se organizam as forças antagônicas, onde investem os grandes agrupamentos acima das pessoas imediatamente responsáveis e acima do pessoal dirigente. Tal antagonismo é responsável pelo surgimento de contradições insanáveis na estrutura, e que as forças políticas que atuam positivamente para conservar, e defender a própria estrutura, esforçam-se por sanar e superar dentro de certos limites.

Gramsci distingue vários momentos dentro desta relação

de forças que aqui são apresentadas sinteticamente:

1. Uma relação de forças sociais estritamente ligada à estrutura objetiva, independente da vontade dos homens que pode ser medida com o sistema das forças exatas ou físicas.
2. O momento seguinte é a relação de forças políticas: avaliação do grau de homogeneidade, de auto-consciência e de organização alcançado pelos vários grupos sociais. Neste nível acontece a luta pela hegemonia de um grupo fundamental sobre uma série de grupos subordinados. O Estado é destinado a criar condições favoráveis à expansão máxima desse grupo.
3. Relação de forças militares que podem distinguir-se em militares no sentido técnico-militar e o grau que pode ser denominado político-militar.

Gramsci fixa dois grandes "planos" superestruturais: o que ele chama de sociedade civil; ou seja, organismos chamados comumente privados e o da sociedade política ou Estado, correspondendo à função de "hegemonia" que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de "domínio direto" ou de comando que se expressa no Estado e no governo jurídico. Tais funções são precisamente organizativas e conectivas.

O PODER EM MICHEL FOUCAULT

Podemos dizer que para Michel Foucault a questão do poder é a temática que permeia todas as suas abordagens, exatamente porque o conceito de poder que estabelece amplia-se de tal maneira, que é impossível limitar a sua abrangência dentro dos mais variados campos de ação em que se inserem as suas reflexões.

O que nos chama atenção na sua conceituação de poder, é a distinção que estabelece entre um poder central que seria o poder de Estado em si, e poder periférico que é o poder disseminado nos segmentos e instituições da sociedade. Essa distinção equivale a uma distinção entre um nível macro e um nível micro. Numa linguagem metafórica, segundo Roberto Machado em sua introdução ao livro Microfísica do Poder, esta conceituação visa distinguir as grandes transformações do sistema estatal, as mudanças do regime político ao nível dos mecanismos gerais e dos efeitos de conjunto e a mecânica do poder que se expande por toda a sociedade, assumindo as formas mais regionais e concretas, investindo em instituições e tomando corpo em técnicas de dominação. Um poder que intervém materialmente atingindo a realidade mais concreta dos indivíduos, como seu corpo, e que se situa ao nível do próprio corpo social e não acima dele, penetrando na vida cotidiana e por isso podendo ser caracterizado como micro-poder e sub-poder (48). Estes poderes para Foucault não são necessariamente criados pelo Estado, porém nascendo fora dele foram inevit-

tavelmente reduzidos a uma forma ou manifestação do aparelho estatal. Tais poderes se exercem em níveis variados e em pontos diferentes da rede social, e neste complexo os micro-poderes existem integrados ou não ao Estado. O aparelho de Estado é visto como um instrumento específico de um sistema de poderes que não se encontra unicamente nele *em si*, mas o ultrapassa na abrangência de todos os segmentos a ele pertencentes.

Para Machado (1988), Foucault parte da especificidade da origem do poder mostrando que a origem do mesmo está em mecanismos e técnicas infinitesimais de poder que estão intimamente ligados com a produção de determinados saberes presentes nas situações de crime, sexualidade, doença, loucura, etc; e analisa como esses micro-poderes que possuem tecnologia e histórias específicas se relacionam com o nível mais geral do poder, constituído pelo aparelho de Estado.

Neste sentido Foucault não só propõe, mas estuda o poder, não como uma dominação global e centralizada que se pluraliza, se difunde e repercute nos outros setores da vida social de modo homogêneo, mas tendo como que uma existência própria e formas específicas ao nível mais elementar. O Estado não é o ponto de partida necessário, o foco absoluto que estaria na origem de todo o tipo de poder social, e do qual também se deveria partir para explicar a constituição dos poderes na sociedade capitalista.

Para Roberto Machado, a partir de sua interpretação do pensamento de Foucault, é fora do Estado como órgão de governo que se instituiram as relações de poder essenciais de genealogia dos saberes modernos, com tecnologias próprias e relativamen-

te autônomas onde foram investidas, anexadas, utilizadas, transformadas por formas mais gerais de dominação concentradas no aparelho de Estado. E neste sentido para Foucault o fato de distinguir no poder uma situação central e periférica em um nível macro e micro de exercício, o que se pretende é detectar a existência e explicar as características de relações de poder que se diferenciam do Estado e seus aparelhos. Assim segundo ele os poderes não estão situados em nenhum ponto específico da estrutura social. Eles funcionam como uma rede de dispositivos ou mecanismos a que nada ou ninguém escapa, onde não existe exterior possível, limites ou fronteiras.

Dentro desta mesma perspectiva de pensamento, na sua obra "Vigiar e Punir", considera que o poder dentro da sua microfísica não deve ser concebido como uma propriedade, mas como uma estratégia, que seus efeitos de dominação não sejam atribuídos a uma "apropriação", mas a disposições, a manobras, a táticas, a técnicas, a funcionamentos; que se desvende nele antes uma rede de relações sempre tensas, sempre em atividade, do que um "privilegio" que se pudesse deter; que lhe seja dado como modelo antes a batalha perpétua que o contrato que faz uma concessão ou a conquista que se apodera de um domínio.

Foucault considera que é necessário admitir que esse poder mais se exerce do que se possui, que não é o "privilegio" adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito de um conjunto de suas posições estratégicas - efeito manifestado e às vezes reconduzido pela posição dos que são dominados. Esse poder, por outro lado, não se aplica pura e simplesmente, como uma obri-

gação ou uma proibição, aos que nada tem; ele os investe, passa por eles e através deles; apoia-se neles, do mesmo modo que eles, em sua luta contra esse poder apoiam-se por sua vez nos pontos em que ele os alcança. E isto por sua vez significa que estas relações aprofundam-se dentro da sociedade, que não se localizam nas relações do Estado com os cidadãos ou na fronteira das classes e que não se contentam em produzir ao nível dos indivíduos, dos corpos, dos gestos e dos comportamentos, a forma geral da lei ou do governo; que se há continuidade (realmente elas se articulam bem, nessa forma, de acordo com toda uma série de complexas engrenagens), não há analogia nem homologia, mas especificidade de mecanismo e de modalidade. Estas relações igualmente não são unívocas; definem inúmeros pontos de luta, focos de instabilidade, comportando cada um seus riscos de conflito, de lutas e de inversão pelo menos transitória da relação de forças. E a derrubada destes "*micropoderes*" não obedece portanto a lei do tudo ou nada; ele não é adquirido de uma vez por todas por um novo controle dos aparelhos nem por um novo funcionamento ou uma destruição das instituições; em compensação nenhum de seus episódios localizados pode ser inscrito na história senão pelos efeitos por ele induzidos em toda a rede em que se encontra (49).

Torna-se evidente para Foucault dentro da sua análise sobre a teoria do Estado que o exercício e o funcionamento do poder sem dúvida nenhuma se reduzem ao campo dos tradicionais aparelhos de Estado. Para ele existe um grande desconhecido... quem exerce o poder? Onde exerce?

Ele considera que atualmente sabe-se mais ou menos quem explora, para onde vai o lucro, por que mãos ele passa e onde se

reinveste, mas o poder... Segundo ele sabe-se muito bem que não são só os governantes que o detém e julga ainda que a noção de classe dirigente nem é muito clara e bem elaborada. "*Dominar*", "*dirigir*", "*governar*", grupo no poder, aparelho de Estado etc, para Foucault é todo um conjunto de noções que exige análise. E além disso seria necessário saber onde se exerce o poder, através de que revezamentos ou de que instâncias, freqüentemente ínfimas de controle, de vigilâncias, de proibições ou de coerções. Onde há poder ele se exerce. Ninguém é propriamente o seu titular e no entanto ele sempre se exerce em determinada direção com uns de um lado e outros de outro; não se sabe ao certo quem o detém; mas sabe-se quem não o possui (50).

Foucault considera que no exercício do poder existe tanto um efeito negativo como efeito positivo. Para ele o aspecto negativo não é todo e talvez não seja o mais fundamental, ou que ao menos é preciso refletir sobre o lado positivo, isto é, produtivo e transformador. Pois segundo ele se o poder só tivesse a função de reprimir, se agisse apenas por meio da censura, da exclusão, do impedimento, do recalcamento à maneira de um grande super-ego, se apenas se exercesse de modo negativo, ele seria muito frágil. Se ele é forte é porque produz efeitos positivos a nível de desejo ou a nível de saber. O poder possui uma eficácia produtiva, uma riqueza estratégica, uma produtividade. Com efeito, no seu entender a resolução do problema não está em expulsar os homens da vida social, impedir o exercício de suas atividades, mas sim gerir a vida dos homens, controlá-los em suas ações para que seja possível e viável utilizá-los ao máximo, aproveitando suas potencialidades e aperfeiçoar gradual e continuamente suas

capacidades.

Evidencia-se, portanto, que esta idéia da positividade pode ser uma "faca de dois gumes" dependendo da conotação que damos ao desenvolvimento das potencialidades e sobretudo à finalidade a que se destina a força positiva. Pois neste sentido, de um lado há o desenvolvimento de todas as capacidades do indivíduo e o controle das forças que podem beneficiar unicamente os interesses do sistema e são instrumentos que permitem adquirir mais lucros e consequentemente aumentar a exploração sobre os dominados. Certamente o objetivo no sistema capitalista não é o de expulsar os homens do sistema e da vida social pelo fato de que estes são fundamentais para a manutenção do próprio sistema que sem os mesmos não sobrevive. Porém a própria dinâmica do sistema se encarrega de expulsá-los, de marginalizá-los pela sua condição de explorados e pela não-participação nos lucros que produzem. E de outro lado não podemos negar que o sistema oferece inúmeras possibilidades para que a pessoa de alguma forma possa desenvolver as potencialidades e aptidões que possui, até mesmo sujeitando-se a um esquema de exploração decorrente do próprio sistema.

Para Foucault, a partir do século XVII, o poder é exercido ao nível da vida, tendo por tarefa governar a mesma, com dois pólos de desenvolvimento intrinsecamente interligados por uma série de relações. E no final do mesmo século o poder centrou-se no corpo: no seu adestramento, no aumento de suas aptidões e forças, no incremento de sua utilidade-docilidade e na sua integração ao sistema econômico. Este poder, Foucault denomina de

poder disciplinar ou disciplina (uma anatomia política do corpo).

A disciplina não é considerada pelo autor como um aparelho, mas como um instrumento de poder do sistema político. Funciona como uma rede que atravessa a estrutura social, modelando o tipo de homem necessário ao funcionamento e manutenção da sociedade industrial, através de tecnologia própria (que é encontrada na prisão, hospital, exército, escola e fábrica). O poder disciplinar vai produzir, a partir dos corpos que controla, uma individualidade utilizando-se de algumas técnicas:

- Constrói espaços funcionais e hierárquicos, distribuindo os indivíduos em espaços demarcados;
- impõe exercícios e organiza táticas.

A sua eficiência resulta de três elementos simples: a vigilância hierárquica, a sanção normalizadora e o registro de conhecimentos para controlar o tempo, os corpos e o espaço.

O segundo polo vai formar-se no século XVIII e centrou-se na população: no problema político e econômico da explosão demográfica, da incidência alta de doenças, da alimentação, do espaço físico, da mortalidade e da longevidade. Todos estes problemas enfrentados mediante uma série de regulações da população (uma bio-política da população). E Foucault atribui a este bio-poder um papel indispensável ao desenvolvimento do capitalismo por propiciar um ajustamento dos problemas da população aos processos econômicos. E neste contexto ele propõe uma análise das relações de poder: dos pais em relação aos filhos, do psiquiatra em rela-

ção aos doentes mentais, da medicina no que diz respeito à população da administração pública em relação ao modo como as pessoas vivem e da polícia em relação à "proteção ao povo".

Para Foucault, que busca compreender a questão do poder, o importante não é fazer uma espécie de dedução do poder partindo do centro, procurando ver até onde se prolonga para baixo, em que medida se reproduz, até chegar aos elementos moleculares da sociedade. No seu entender deve-se, antes, fazer uma análise ascendente do poder: partir dos mecanismos infinitesimais que têm uma história, um caminho, técnicas e táticas, e depois examinar como estes mecanismos de poder foram e ainda são investidos, colonizados, utilizados, subjugados, transformados, deslocados, desdobrados etc, por mecanismos cada vez mais gerais, por formas de dominação global que se pluraliza e repercute até em baixo, mas julga que deve ser analisada a maneira como os fenômenos, as técnicas e os procedimentos de poder atuam nos níveis mais baixos; como estes procedimentos se deslocam, se expandem, se modificam; mas sobretudo como são investidos e anexados por fenômenos mais globais; como poderes mais gerais ou lucros econômicos podem inserir-se no jogo destas tecnologias de poder que são ao mesmo tempo autônomas e infinitesimais (51).

Foucault acredita que é possível deduzir qualquer coisa do fenômeno geral da dominação da classe burguesa. O que ele faz é o caminho inverso: procura examinar historicamente, partindo de baixo, à maneira como os mecanismos de controle puderam funcionar; vendo por exemplo, quanto à execução da loucura ou a repressão e proibição da sexualidade; procura ver como ao nível

efetivo da família, da vizinhança, das células ou níveis mais elementares da sociedade, esses fenômenos de repressão ou exclusão se dotaram de instrumentos próprios de uma lógica própria, responderam a determinadas necessidades; mostrar quais foram seus agentes, sem procurá-los na burguesia em geral e sim nos agentes reais (que para ele são a família, a vizinhança, os médicos, os pais etc.) e como estes mecanismos de poder em dado momento, em uma conjuntura precisa e por meio de um determinado número de transformações começaram a se tornar economicamente vantajosos e politicamente úteis. Desta forma Foucault acredita que os mecanismos de exclusão, os aparelhos de vigilância, a medicalização da sexualidade, da loucura, da delinquência, é toda esta micro-mecânica do poder que representou um interesse para a burguesia. Para ele a burguesia não se interessa pelos loucos mas pelo poder; não se interessa pela sexualidade infantil, mas pelo sistema de poder que a controla; a burguesia não se importa absolutamente com os delinqüentes nem com sua punição ou reinserção social, que não tem muita importância do ponto de vista econômico, mas se interessa pelo conjunto de mecanismos que controlam, seguem, punem e reformam o delinqüente.

O PODER EM ENRIQUE DUSSEL

Dussel vê a questão do poder a partir da totalidade universal de relações e intercâmbios que se estabelecem entre as nações na atualidade. Ele entende que existe a partir das relações internacionais um real processo de dominação que se estabeleceu historicamente a partir do crescimento e consolidação da hegemonia das grandes potências atuais.

Segundo ele, constata-se que na fronteira internacional e graças à teoria da dependência e do desenvolvimento desigual, podemos descobrir que há um sistema mundial, cujo centro são os Estados Unidos e com interdependência relativa a Europa, o Japão e o Canadá. O resto é periferia (incluindo-se África do Sul e por enquanto Austrália) oprimida, o povo do mundo atual (52). E no seu entender neste caso, estas nações periféricas como totalidades parciais são dependentes e dominadas e incluídas num sistema injusto que as reprime. E esta dominação do centro sobre a periferia já aconteceu na história desde a antigüidade em âmbito mais reduzido, sendo que a diferença na atualidade é a caracterização da internacionalidade. Tal sistema ele identifica com a dialética do senhor e escravo de Hegel.

No seu entender essa dominação não se dá somente a partir da instalação de ditaduras sobre as nações periféricas mas pela instalação de projetos econômicos com a finalidade de exploração.

A nível econômico o processo de dominação se dá a partir da instalação de empresas chaves (multinacionais) que direta ou indiretamente produzem e exploram a matéria prima e mão-de-obra barata da periferia (53). Além disso, estão presentes nas nações periféricas as classes dominantes (grupos gerenciais das multinacionais, oligarquias de latifundiários, burguesia empresarial nacional, patrício do militar ou tecnológico), setores intermediários (profissionais, pequenos empresários, funcionários públicos); o povo propriamente dito (homem do campo e proletariado) e grupos marginalizados (bóias frias, colhedores, mendigos, etc.) (54). Esta práxis de dominação das classes oprimidas na periferia, segundo ele, é levada a cabo pela drenagem da mais-valia campo-cidade, camponês-cidadão, regiões provinciais ou Estados afastados e metrópoles nacionais.

Nos centros industrializados há sempre uma exploração do capital com relação ao trabalho, do empresário sobre o operário. O homem do campo no marco campo-cidade e o proletariado no nível capital-trabalho, são mais alienados no nível social nacional das formações sociais periféricas (55). Pois, o trabalho do operário e camponês da periferia, e mesmo das capitais nacionais, é continuamente expoliado. Parte do trabalho da periferia se acumula no centro por meio de pagamento de patentes, juros altíssimos de empréstimos, tecnologia inadequada, faturamento falso da venda de produtos das multinacionais nos países periféricos às suas próprias sucursais do centro. O roubo da mais-valia do trabalho da periferia é hoje, segundo Dussel, a dissimetria estrutural essencial do mundo atual. A filosofia da libertação no seu entender assume este fato como a própria origem de uma ruptura

teórico-epistemológica radical. É neste nível que se realiza a alienação humana mais importante de nosso tempo. A alienação das alienações é o condicionamento de todas elas.

Dussel considera que na realidade os sistemas se reproduzem a partir do sistema macro ao afirmar que os sistemas menores nada mais são que subsistemas do sistema econômico mundial: hoje já real e vigente pela gestão imperialista dos capitais e as dimensões planetárias dos conglomerados nacionais: o sistema hegemônico é o do modo de produção capitalista atual, central (56).

Para o referido autor esta alienação mundial que a teoria da dependência descobriu, duplica-se no plano nacional periférico por uma dominação e dependência geopolítica interna. Isso se dá especialmente nas grandes metrópoles, ou em regiões mais ricas onde se exerce um poder sobre as restantes, alcançando uma fictícia aparência do alto desenvolvimento que contrasta com o nível de extrema pobreza na maioria da população. A dissimetria externa (império-neocolonias) produz-se internamento (centro neocolonial-campo X regiões pobres e vice-versa). E no seu entender os modelos econômicos desenvolvimentistas fazem crer que a origem do desenvolvimento é o fato de que os países atrasados não imitam o modelo dos países desenvolvidos com perfeição. A solução seria introduzir capitais e tecnologia nos países pobres (substituição de importações). Esta ideologia por sua vez, esquece que a origem do subdesenvolvimento é um roubo, uma injustiça estrutural internacional que já tem cinco séculos: a exploração da periferia pelo baixo preço das exportações. E segundo ele não haverá desen-

volvimento sem ruptura da dependência, sem libertação nacional econômica, sem transformar a formação social capitalista imperial do centro, seu próprio modo de produção (57).

Dussel define a prática da dominação nos seguintes níveis:

- a) A práxis de dominação é a ação perversa. É a afirmação prática da totalidade e de seu projeto; é a realização ôntica do ser. Sua realização alienante. O Senhor exerce seu poder, atual, sobre o servo por meio do agir opressor. É a mediação do sistema como formação social e por meio da qual sua estrutura resiste e persiste.
- b) A dominação é o ato pelo qual se coage o outro a participar do sistema que o aliena. É obrigado a realizar atos contra a sua natureza, contra a sua essência histórica. É o ato de pressão de força. O servo obedece por temor, por costume.
- c) A dominação se transforma em repressão quando o oprimido tende a libertar-se da pressão que sofre. Diante do gesto ou pretensão de fugir da situação de dominado, o dominador redobra sua pressão dominadora: reprime. A repressão pode ser individual e psicológica, mas sempre é pressão social. Assim as normas culturais são introjetadas pela educação e pelo castigo na própria estrutura psíquica da criança, do homem. O homem normal é hoje um reprimido; mas ao mesmo tempo politicamente o poder político ou econômico reprime policial e militarmente o povo que se levanta. A repressão é o

rosto descoberto da dominação.

- c) A repressão dos meios de comunicação psicológica se torna violenta quando a pressão da revolução cresce. Viola-se a corporeidade do oprimido contra a sua vontade. E esta violência institucionalizada é justificada pela ontologia e pelas ideologias do sistema. É até consagrada pela virtude. O homem viola a mulher, prende-a em sua casa e a consagra "dona-do-lar"; o pai violenta o filho obrigando-o a uma obediência cega e total à sua autoridade dominadora; o irmão violenta o irmão dominado exigindo dele sob pena de morte, "por sua segurança" e em vista do amor pátrio (a pátria antiga) que venere o Estado.
- 6) A guerra é a realização última da práxis de dominação e a dominação no Estado puro. Já que o dominado não aceita ser oprimido nem pela paz, nem pela repressão, nem pela violência tática, o dominador se lança à guerra, "guerra total", como diria o geopolítico Spykmann e seu aluno na periferia Golbery do Couto e Silva. A guerra é a ontologia prática; é o ser que praticamente reduz o outro a não-ser (58).

Dussel considera ainda a práxis de dominação como relação homem-homem que coloca o outro ao serviço do dominador; mas é no trabalho que esta dominação se realiza realmente. É quando o fruto do trabalho não é recuperado por um povo, pelo trabalhador, pela mulher, pelo filho seu que fica alienado. Quando o fruto do trabalho do outro dominado, totalizado, é tirado sistematicamente

pelo dominador; quando tal apropriação se torna habitual, institucional, histórica, nesse momento a alienação é real, certa, efetiva; é um modo de produção injusto. A propriedade como o direito de posse daquilo que é produzido por outro, é a contrapartida no dominador da alienação do dominado. Na sociedade de consumo, é propriedade de capital; na sociedade burocrática é posse de funções que controlam o poder. Exercício do poder dominador e alienação são dois aspectos da totalidade totalizada (59).

SABER

O SABER EM MARX

Tendo por base que a divisão do trabalho, consubstancial ao processo de implantação do modo de produção capitalista é o eixo sobre o qual se articulam as questões da educação e do ensino, vejo que este é também o ponto chave para a compreensão do saber em Marx. Pois a divisão do trabalho está intrinsecamente ligada ao processo de alienação do ser humano que por sua vez produz a alienação da consciência.

Dentro desta perspectiva Marx considera que o modo pelo qual a consciência é e pelo qual algo é para a consciência, dessa forma será para ela saber que possui. O saber é seu único ato, por isso algo é para ela na medida em que ela conhece este algo. Saber é seu único comportamento objetivo. Ora, a auto-consciência conhece a nadidade do objeto, isto é, o não-ser do objeto para ela, porque conhece o objeto como sua auto-alienação; pois o objeto neste caso é apenas a aparência de um objeto, uma fantasmagoria mentirosa, algo que não tem nenhuma objetividade, ou segundo ele o saber que ao relacionar-se com o objeto está apenas fora de si, que se exterioriza como aquilo que não é(60).

Diante desta questão do saber, Marx afirma que o problema sobre a possibilidade de se atribuir ao pensamento humano uma verdade objetiva não é um problema teórico, mas sim prático. É na prática que o homem deve demonstrar a verdade, isto é, a rea-

lidade e o poder de seu pensamento.

A "disputa em torno da realidade ou irrealidade do pensamento - isolado da prática é um problema puramente escolástico" (61).

Frente a esta questão Marx afirma que a realidade prática é uma realidade em constante transformação e consequentemente o homem e seu próprio saber estão sujeitos à mudança. E a esse respeito ele afirma que a teoria materialista da mudança das circunstâncias e da educação esquece que as circunstâncias fazem mudar os homens e que o educador necessita por sua vez de ser educado. Tem portanto, que distinguir na sociedade suas partes, uma das quais colocada acima dela.

A coincidência da mudança das circunstâncias com a da atividade humana ou mudança dos próprios homens, pode ser entendida racionalmente como prática revolucionária.

Para Engels a causa da mudança não está na consciência, mas no ser. Não no pensamento, mas na vida, a causa está na evolução e na conduta empírica do indivíduo que por sua vez depende das condições universais. Se as circunstâncias em que este indivíduo evolui só lhe permitem um desenvolvimento unilateral, de uma qualidade em detrimento de outras, se estas circunstâncias apenas lhe fornecem os elementos materiais e o tempo propício ao desenvolvimento desta única qualidade, este indivíduo só conseguirá alcançar um desenvolvimento unilateral e mutilado. E não há práticas morais que possam mudar este estado de coisas. Por sua vez o modo de desenvolvimento desta qualidade privilegiada

depende, por uma lado, da matéria posta à sua disposição para que se desenvolva, por outro da medida em que, e da forma como todas as restantes forem mantidas abaixo da média. É em virtude do pensamento de um determinado indivíduo que ele é e mantém o seu pensamento determinado, não só pela sua individualidade como também pelas condições em que vive. É portanto, inútil que o indivíduo pensante se entregue aos meandros de uma longa reflexão sobre o pensamento em si, para declarar que o seu pensamento é verdadeiramente o seu próprio pensamento, a sua propriedade, pois o pensamento é verdadeiramente o seu próprio, um pensamento determinado particularmente.

Para Marx, a base de todo o desenvolvimento da consciência humana está no grau de desenvolvimento econômico de uma determinada sociedade. Segundo ele, na realidade toda a limitação da consciência corresponde a um grau determinado de desenvolvimento das forças produtivas materiais, e portanto da riqueza (62).

Para ele a propriedade dos meios de produção corresponde à forma determinada e limitada da comunidade, e portanto, de indivíduos que possuem faculdades e um desenvolvimento tão reduzidos como a comunidade que constituem. Porém esta pressuposição é, por sua vez, o resultado de uma fase histórica da evolução das forças produtivas, tanto da riqueza como do seu modo de produção. O fim dessa comunidade e desses indivíduos, assim como a condição da produção, é a reprodução desses meios determinados de produção desses indivíduos, tanto com sua particularidade como com as estruturas e as relações sociais que os determinam e das quais constituem o suporte vivo.

Por sua vez, segundo ele, a limitação do capital está no fato de que todo o seu desenvolvimento se efetua de maneira antagonica e a elaboração das forças produtivas, a riqueza universal, a ciência, etc aparecem como alienação do trabalhador, que se comporta frente às condições produzidas por ele mesmo como frente a uma riqueza alheia e causadora de sua pobreza.

O SABER EM ANTONIO GRAMSCI

Para Gramsci o saber distingue-se de acordo com o grupo social a que cada indivíduo pertence. Melhor dizendo, Gramsci considera que cada grupo social cria para si de modo orgânico uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também social e político.

Para ele se é possível falar de intelectuais, é impossível falar de não-intelectuais (63). Isto significa que não existe atividade humana da qual se possa excluir toda a intervenção intelectual; não se pode separar o homo sapiens do homo fabers. Ele considera que o que existe na verdade são graus diversos de atividade específica intelectual. E neste sentido entende que todo homem fora de sua profissão desenvolve uma atividade intelectual, qualquer que seja: ou é um "filósofo", um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção de mundo, possui uma linha consciente de conceito moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para promover novas maneiras de pensar.

Conforme o mesmo autor, o fato de pertencer a um determinado grupo social, ou ser intelectual orgânico desta esfera, não significa que o indivíduo seja limitado ao conhecimento daquela área. Pelo contrário, ele deve extrapolar os seus conhecimentos em outras áreas justamente como forma de ajudar no desenvolvimento

mento de sua própria categoria e para seu enriquecimento pessoal. Desta forma, tomando o exemplo de um empresário que representa uma elaboração social superior já caracterizada pela capacidade técnica e dirigente; deve possuir certa capacidade técnica em outras esferas ainda (pelo menos nas mais próximas da econômica), para ser um organizador de massa de homens; inspirar confiança dos que investem em sua fábrica e dos compradores de sua mercadoria. Tudo isso será possível ao se criar as condições favoráveis à expansão da própria classe, ou pelo menos escolher os "pressupostos" (empregados especializados) a quem confiar esta atividade organizativa das relações gerais exteriores à fábrica.

Para Gramsci todos os homens são intelectuais mas nem todos desempenham na sociedade o papel dos intelectuais. O problema segundo ele consiste em elaborar criticamente a atividade intelectual que existe em cada um em determinado grau de desenvolvimento, modificando sua relação com o esforço muscular-nervoso no sentido de um novo equilíbrio e conseguindo-se que o próprio esforço muscular-nervoso, enquanto elemento de uma atividade prática geral, que inova continuamente o mundo físico e social, torne-se o fundamento de uma nova e integral concepção de mundo (64).

Gramsci considera que historicamente as categorias especializadas para o exercício da função intelectual formaram-se em conexão com todos os grupos sociais, mas especialmente em conexão com os grupos sociais mais importantes, e sofrem elaborações mais amplas e complexas em ligação com o grupo social dominante.

E uma das mais marcantes características de todo o grupo social que se desenvolve no sentido de dominação, é sua luta pela assimilação e pela conquista "ideológica" dos intelectuais tradicionais; assimilação e conquista que são tão mais rápidas e eficazes quanto mais o grupo em questão elaborar simultaneamente seus próprios intelectuais orgânicos.

Gramsci distingue também uma posição diversa entre o intelectual de tipo urbano e de tipo rural. Considera que na média geral os intelectuais de tipo urbano são bastante estandardizados, e os altos intelectuais confundem-se cada vez mais com o estado-maior industrial.

Quanto aos intelectuais de tipo rural, são em sua maior parte "tradicionais", isto é, ligados à massa social camponesa e pequeno burguesa das cidades (notadamente dos centros menores, ainda não elaborada e movimentada pelo sistema capitalista: esse tipo de intelectual segundo ele, põe em contato a massa camponesa com a administração estatal ou local (advogados, tabeliões, etc), e por esta mesma função possui uma grande função político-social, já que a mediação profissional dificilmente se separa da mediação política. Ele observa que a atividade dos camponeses diante do intelectual é dupla e parece contraditória: ele admira a posição social do intelectual e do funcionário público em geral, mas finge às vezes desprezá-la, isto é, sua admiração mistura-se instintivamente com elementos de inveja e de raiva apaixonada. O caso porém é diverso no que diz respeito aos intelectuais urbanos: os técnicos de fábrica não exercem nenhuma função

política sobre as massas instrumentais; ou pelo menos é esta uma fase já superada; por vezes ocorre o contrário, ou seja, que as massas instrumentais, pelo menos através de seus próprios intelectuais orgânicos, exercem uma função política sobre os técnicos (65).

O SABER EM MICHEL FOUCAULT

Ao tratar da questão do saber, Michel Foucault evidencia que o saber e o poder estão intrinsecamente correlacionados e que há uma dependência mútua para o surgimento de um e a existência de outro. E neste sentido no seu livro "Vigiar e Punir" ele afirma que é necessário admitir que o poder produz o saber (e não simplesmente favorecendo-o porque o serve, ou aplicando-o porque é útil); mas que saber e poder estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder (66).

Estas relações, segundo ele, não devem ser analisadas a partir de um sujeito do conhecimento que seria ou não livre em relação ao sistema de poder; mas é preciso considerar ao contrário que o sujeito que conhece, os objetos a conhecer, e as modalidades de conhecimento são outros tantos efeitos dessas implicações fundamentais de poder-saber e de suas transformações históricas. Isto significa no seu entender que não é a atividade do sujeito de conhecimento que produziria um saber útil ou arredio ao poder, mas o poder-saber, os processos e as lutas que o atravessam e o constituem que determinam as formas e os campos possíveis do conhecimento.

A partir da obra Microfísica do Poder, ele evidencia que o

poder é um instrumento de análise capaz de explicitar a emergência dos saberes. Esta análise, ao adotar a terminologia de Nietzsche, ele denomina genealogia.

Em Nietzsche a genealogia é a história, e segundo ele o próprio termo já sugere como sendo a necessidade de se procurar tal origem e tentar reencontrar o que era imediatamente, "o aquilo mesmo", de uma imagem exatamente adequada a si; é tomar por acidental todas as peripécias que puderam ter acontecido, todas as astúcias, todos os disfarces; é querer tirar todas as máscaras para desvelar enfim uma identidade primeira (67).

Nietzsche teria recusado segundo ele, três noções de origem a que se refere a noção de **genealogia**:

1. à da origem da essência, onde a origem é tida como revelação da plenitude;
2. à da origem da perfeição, que considera a origem como incorruptível;
3. à da origem da verdade, onde a origem é concebida como o lugar da verdade.

Tanto Nietzsche como Foucault se recusam a fazer da genealogia uma pesquisa da origem (*ursprung*) que se baseia nos conceitos citados acima. E pelo contrário para ambos a genealogia tem por objetivo pesquisar: a proveniência (*herkunft*) que não se caracteriza por procurar semelhanças; ela busca as marcas diferenciais e singulares que se inscrevem no corpo, que por sua vez é marcado pela história.

Para Foucault, o fazer a genealogia, seja dos valores, seja da moral, do ascetismo, do conhecimento, etc, não será portanto partir em busca de sua origem, negligenciando como inacessíveis todos os episódios da história; será ao contrário, sem demorar nas meticulosidades e nos acasos dos começos; prestar uma atenção escrupulosa à sua derrisória maldade; esperarvê-los surgir máscaras enfim retiradas do rosto do outro; não ter pudor de ir procurá-las lá onde estão, escavando o "basfound"; deixar-lhes o tempo de elevar-se do labirinto onde nenhuma verdade a manteve jamais sob sua guarda.

A história das emergências (enstehung), é a que caracteriza uma apropriação singular como o resultado da relação de forças, sem entretanto ser tomada como termo final de um processo. A genealogia seria portanto, com relação ao projeto de uma inscrição dos saberes na hierarquia de poderes próprios à ciência, um empreendimento para libertar da sujeição os saberes históricos, isto é, torná-los capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso teórico, unitário, formal e científico... trata-se de ativar saberes locais, descontínuos, desqualificados contra a instância teórica e unitária que pretendia hierarquizá-los em nome de uma ciência detida por alguns (68)..

Como vimos, para Foucault o surgimento do saber é inseparável do poder, e pelo fato de o autor estar convicto que toda a instituição detém um poder, procurou cruzar o saber articulado, tanto com as práticas de internamento e outras instâncias tais como: família, Igreja, justiça etc, evidenciando que a disciplina das mesmas implicam em um registro contínuo de conhecimento

do controle existente. Procurou pela análise destas instituições disciplinares, mostrar que o indivíduo é uma produção da relação do poder versus saber. Isto significa que atuando sobre uma massa confusa e desordenada, o esquadriamento disciplinar faz nascer uma multiplicidade ordenada no seio da qual o indivíduo emerge como alvo de poder.

Para ele o poder disciplinar não destrói o indivíduo, mas ao contrário ele o fabrica. O indivíduo não é o outro do poder, realidade exterior que é por ele anulado, mas é um dos seus mais importantes efeitos. E isto traz como consequência que uma ação sobre o corpo, isto é, o adestramento do gesto, a regulação do comportamento, a normalização do prazer, a interpretação do discurso, com o objetivo de comparar, distribuir, avaliar, hierarquizar; tudo isto faz com que surja uma figura singular e individualizada - o homem como produção do poder, e ao mesmo tempo como objeto de um saber. Sob este aspecto considera que todo conhecimento, seja ele científico ou ideológico, só pode existir a partir de condições políticas que são as condições indispensáveis para que se formem tanto o sujeito quanto os domínios do saber. A investigação do saber não deve remeter a um sujeito de conhecimento que seria sua origem, mas a relações de poder que lhe constituem.

Foucault considera também que não existe um saber neutro, mas afirma pelo contrário que todo saber é político. E isso não se atribui ao fato de estar entranhado nas malhas do Estado, mas é apropriado por ele, que dele se serve como instrumento de dominação, descaracterizando seu núcleo essencial. Desta forma, se-

gundo ele todo saber tem sua gênese nas relações de poder (69).

Ele considera como fundamental em sua análise o fato de que saber e poder se implicam mutuamente; pois não há relação de poder sem constituição de um campo de saber; como também reciprocamente todo saber constitui novas relações de poder e de todo o exercício do poder é ao mesmo tempo um lugar de formação de saberes. Assim para ele o hospital não é apenas um local de curar, "*uma máquina de curar*" mas também instrumento de produção, acúmulo e transmissão de saber. Do mesmo modo que a escola está na origem da pedagogia, a prisão da criminologia e o hospício da psiquiatria.

Para Foucault, o poder disciplinar é o novo tipo de poder que não mais pode ser transcrito nos tempos de soberania e é uma das grandes invenções da sociedade burguesa. Ele foi neste sentido instrumento fundamental para a constituição do capitalismo industrial e do tipo de sociedade que lhe é correspondente; este poder não soberano e até alheio à forma de soberania, é o poder disciplinar. Indescritível nos termos da teoria da soberania, radicalmente heterogêneo, o poder disciplinar deveria ter causando o desaparecimento do grande edifício jurídico daquela teoria (70). Neste sentido, no seu entender, tem-se a partir do século XIX até hoje, nas sociedades modernas, por um lado uma legislação, um discurso, uma organização do direito público articulado em torno do princípio do corpo social e da delegação de poder; e por outro lado, um sistema minucioso de coerções disciplinares que garanta efetivamente a coesão deste mesmo corpo social. Nesta mesma perspectiva de pensamento, considera as disciplinas como criadoras de aparelhos de saber e de múltiplos domí-

nios do conhecimento. São extraordinariamente inventivas ao nível dos aparelhos que produzem saber e conhecimento. As disciplinas são pois portadoras de um discurso que não pode ser o do direito; o discurso da disciplina é alheio ao da lei e da regra enquanto efeito da vontade soberana. No seu entender as disciplinas veicularão um discurso que será o da regra, não da regra jurídica derivada da soberania, mas da regra "*natural*", quer dizer da norma; definirão um código que não será o da lei mas da normalização; referir-se-ão a um horizonte teórico que não pode ser de maneira alguma o edifício do direito, mas o das Ciências Humanas; mas a sua jurisprudência será a de um saber clínico. E neste sentido para ele as normalizações disciplinares chocam-se cada vez mais frequentemente com os sistemas jurídicos da soberania: a incompatibilidade de uma com os outros é cada vez mais nítida; torna-se então cada vez mais necessária a presença de um discurso mediador, de um tipo de poder e de saber que a sacralização científica neutralizaria. E para ele é precisamente com a medicina que se observa a permuta e o confronto perpétuo dos mecanismos das disciplinas com o princípio do direito. O desenvolvimento da medicina, a medicalização geral do comportamento, dos discursos, dos desejos, etc. se dão onde os dois planos heterogêneos da disciplina e da soberania se encontram.

Foucault admite também a existência de um saber dominado e que nos últimos anos vem produzindo um fenômeno que ele denomina de insurreição dos saberes dominados (71).

E por saber dominado ele entende duas coisas: por um lado, os conteúdos históricos que foram sepultados, mascarados em coe-

rências funcionais ou sistematizações formais. Pois, segundo ele, concretamente não foi uma semiologia da vida asilar, nem uma sociologia da delinquência, mas simplesmente o aparecimento de conteúdos históricos que permitiu fazer a crítica efetiva tanto do manicômio quanto da prisão; e isto simplesmente porque os conteúdos históricos podem permitir encontrar a clivagem dos confrontos, das lutas que as organizações funcionais ou sistemáticas tem por objetivo mascarar. Assim os saberes dominados são estes blocos de saber histórico que estavam presentes e mascarados no interior dos conjuntos funcionais e sistemáticos e que a crítica pode fazer reaparecer, evidentemente através do instrumento de erudição.

Num segundo aspecto ele entende o saber dominado como uma série de saberes que tinham sido desqualificados como não competentes ou insuficientemente elaborados: saberes ingênuos, hierarquicamente inferiores, saberes abaixo do nível requerido de conhecimento ou de científicidade. E observa que o reaparecimento destes saberes que estão em baixo - saberes não qualificados, e mesmo desqualificados, do psiquiatrizado, do doente, do enfermeiro, do médico paralelo e marginal em relação ao saber médico, do delinquente, etc., que ele chama de saber das pessoas e que não é de forma alguma saber comum, um bom senso, mas ao contrário, um saber particular, regional, local, um saber diferencial, incapaz de unanimidade e que só deve sua força à dimensão que o opõe a todos aqueles que o circundam. E no seu entender existe um estranho paradoxo em querer agrupar em uma mesma categoria de saber dominado os conteúdos do conhecimento histórico, meticoloso, erudito, exato, bem como estes saberes locais, singulares, das pessoas que não possuem senso comum e que foram deixa-

dos de lado, quando não foram efetivamente e explicitamente subordinados.

Foucault denomina a articulação do saber erudito ao do saber das pessoas de genealogia (72). E para que isto seja possível de realizar torna-se necessário eliminar a tirania dos discursos englobantes com suas hierarquias e com os privilégios da vanguarda histórica.

No seu entender nesta atividade genealógica, não se trata de modo algum de opor a unidade abstrata da teoria à multiplicidade concreta dos fatos e de desclassificar o especulativo para lhe opor em forma de cientificismo, o rigor de um conhecimento sistemático. Não é para ele nem um empirismo nem um positivismo, no sentido habitual do termo, que permeiam o projeto genealógico. Trata-se de ativar saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância teórica unitária que pretendia depurá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro, em nome de uma ciência detida por alguns. Para Foucault as genealogias não são portanto retornos positivistas a uma forma de ciência mais atenta ou mais exata, mas anti-ciências. Não que reivindiquem o direito lírico à ignorância ou ao não-saber; não que se trate da recusa de saber ou de ativar ou ressaltar os prestígios de uma experiência imediata não ainda captada pelo saber. Trata-se da insurreição dos saberes não tanto contra os conteúdos, os métodos e os conceitos de uma ciência, mas de uma insurreição dos saberes antes de tudo contra os efeitos de poder centralizadores que estão ligados à instituição e ao funcionamento de um discurso científico organi-

zado no interior de uma sociedade. E para ele pouco importa que esta institucionalização do discurso científico se realize em uma universidade ou, como no caso do marxismo; são os efeitos do poder próprios a um discurso considerado como científico que a genealogia deve combater.

O SABER EM ENRIQUE DUSSEL

Seus escritos evidenciam a necessidade da transformação de um saber elitista, alienado ou ingênuo, em um saber crítico, voltado para a causa da libertação de todas as estruturas possíveis que oprimem o homem no contexto histórico mundial do momento. Tal saber como já vimos no conceito de democracia, exige a instauração de um novo sentido do mundo, criação de novas palavras, novos códigos culturais e históricos para que uma nova sociedade possa ser gestada.

Este novo saber deve conduzir a uma desmistificação das ideologias e expressões semióticas metodicamente justificadas que encobrem a dominação. E tais ideologias são mais acentuadas segundo ele porque fundamentam cientificamente uma prática de dominação (73). E para ele, neste sentido, o cientista que não consegue articular realmente o exercício de sua ciência com os condicionamentos efetivos e dialéticos da política; descobrir sua autonomia relativa, e que não sabe ouvir claramente as interpretações que o povo oprimido lança contra o sistema, é um cientificista. Exerce a ciência é verdade, mas para encobrir e justificar a dominação que o centro e as classes opressoras exercem sobre as nações periféricas e os povos dominados.

Para Dussel, diante das ciências fáticas (ideologias), em seu próprio exercício, pode-se possuir uma ciência crítica dos

temas, dos seus condicionamentos, do uso que se pode fazer dos seus resultados. Tudo isso permite ao homem de ciência, com consciência ético-política, assumir a responsabilidade de seus atos. Permite-lhe não ser um scientificista, mas não constitui a própria ciência como ciência crítica já que por ter como objeto entes naturais e não homens enquanto tais, sua criticidade é dialética (por seus pressupostos) e não intrínseca. Pelo contrário, nos métodos práticos, poiéticos (tecnológicos), nas ciências humanas, na filosofia, a criticidade é intrínseca ao objeto específico do método, porque se trata do homem.

Tal saber, segundo ele, passa necessariamente, por uma filosofia da libertação que ele define como uma operação pedagógica desde uma práxis que se estabelece na proximidade mestre-discípulo, pensador-povo ou intelectual orgânico, como diria Gramsci. E embora pedagógica, é uma práxis condicionada pela práxis política (e também erótica), todavia, como pedagógica sua essência é especulativa teórica. A práxis teórica, ou ação poiética intelectual esclarecedora do filósofo, encaminha-se a descobrir e propor (na exposição e no risco da vida do filósofo), diante do sistema, todos os momentos negados e toda a exterioridade sem justiça. Por isso é uma pedagogia analética da libertação. Ou seja, é o magistério que realiza em nome do pobre, do oprimido, do outro, aquele que como refém do sistema testemunha o fetichismo da totalidade e prediz sua morte no ato libertador do dominado. Pensar tudo à luz da palavra interpelante do povo, do pobre, da mulher oprimida, da juventude culturalmente dominada, do ancião descartado por uma sociedade de consumo, com responsabilidade infinita e diante do infinito, isto é uma filo-

sofia da libertação que deveria ser a expressão máxima da consciência crítica possível (74).

Para Enrique Dussel, se o método dialético permite aceder ao fundamento do próprio pensamento científico, o fato de aceder à exterioridade do sistema como totalidade permite poder alcançar a máxima crítica possível. Se a filosofia da libertação é o próprio pensar da práxis da libertação, na militância como intelectual orgânico do povo, a filosofia se transforma na crítica de toda a crítica; crítica radical, metafísica, para além da própria crítica dialética. Por isso no seu entender a filosofia é morte, morte na cotidianidade, morte à segura ingenuidade do sistema, como seu refém, como sistema de uma ordem nova futura.

Ele define ainda a filosofia da libertação como discurso estritamente filosófico, saber científico-dialético que dá prioridade temática à práxis de libertação do oprimido (histórico-social como classe, geopoliticamente como nação, sexualmente como reprimido pela ideologia e práticas machistas, pedagógicamente alienado e todo fechado num fetichismo idolátrico) e prioridade enquanto origem e fundamentalidade à libertação da filosofia da ingenuidade. No seu entender o que o filósofo deve saber é como destruir os obstáculos que impedem a revelação do outro, do povo latino-americano, é o pensar que sabe escutar discipularmente a palavra analética (libertadora), analógica do oprimido, que sabe comprometer-se com o movimento ou com a mobilização da libertação e no próprio caminhar vai pensando a palavra reveladora que interpela a justiça; isto é, vai acedendo à interpretação precisa do seu significado futuro. O filósofo devolve ao outro sua própria revelação como renovada e recriadora, crítica, interpellante.

Seu pensar não inquieta a história expressando-a pensativamente para que possa ser arquivada nos museus. O pensar filosófico, como pedagogia analética da libertação latino-americana, é um grito, um clamor, é a exortação do mestre que faz reincidir sobre o discípulo a objeção que antes havia recebido; agora como revelação reduplicamente pro-vocativa, criadora (75).

O CAMINHO DA ANALÉTICA

Conforme Dussel no método dialético positivo se dá o momento analético, ou seja, o método que ele chama de ana-lético, o método que vai mais além, mais acima, vem de um nível mais alto (aná) que o mero método dialético. Ele considera o método dialético como a passagem, ou saber situar-se no face-a-face, no ethos da libertação para que se deixe o outro ser outro. É o silenciar da palavra dominadora, a abertura interrogativa à pro-vocação do pobre; o saber permanece no "*deserto*" com ouvido atento (76). Para ele o filósofo, aquele que quer pensar metodicamente deve já ser um "*servidor*" comprometido com a libertação. O tema a ser pensado, a palavra reveladora a ser interpretada ser-lhe-ão dados na história do processo concreto da própria libertação. Essa palavra não pode ser lida, não é um "*ser-escrito*", nem podem ser contemplada ou vista como idéia abstrata. É escutada no campo cotidiano da história do trabalho e ainda no campo da batalha da libertação. O saber ouvir é o momento constitutivo do próprio método: é o momento discipular do filosofar; é a condição de possibilidade do saber interpretar para saber-servir (a erótica, a pedagógica, a política, a teologia).

Para Dussel a conversão ao pensar ontológico é a morte à

cotidianidade. A conversão a esse pensar é a ascensão a um pensar aristocrático, de poucos, ao pensar de Heráclito que se opõe à opinião dos demais. A conversão ao pensar ana-lético é exposição a um pensar popular dos demais, dos oprimidos, do outro fora do sistema; é contudo, um poder aprender de novo. O filósofo ana-lético ou ético deve descer de sua oligarquia cultural, acadêmica e universitária para saber-ouvir a voz que vem de mais além, do alto (*aná*) da exterioridade da dominação. Desta forma para ele, o autêntico filósofo, o homem do povo com seu povo, "*pobre junto ao pobre*", outro na totalidade é primeiro pro-feta do futuro que hoje é o outro na intempérie; vai em direção do novo projeto ontológico que lhe dará a chave da interpretação pensada da palavra previamente revelada, como criança que ainda aprende.

A filosofia, neste caso, originariamente ana-lética, caminha dialéticamente conduzida pela palavra do outro. O filósofo da racionalidade atual, reflexa, autêntica, sabe que o começo é con-fiança, fé no magistério e na verdade do outro: hoje a con-fiança na mulher, na criança, no operário, no menor abandonado, no analfabeto, na subdesenvolvimento e em uma palavra no pobre. Ele, o aluno, tem a pro-vocação ana-lógica, o tema a ser pensado, sua palavra revelante deve ser criadora, ou não haverá filosofia e sim sofística dominadora (77).

Para ele a filosofia assim entendida não é uma erótica nem uma política, embora tenha a função libertadora para o eros e para a política, mas é estrita e unicamente uma função pedagógica: relação entre mestre-discípulo no método de saber crer a palavra de outro e interpretá-la. E por isso essa pedagógica analética

(não somente dialética da totalidade ontológica) é da liberdade.

No seu entender a libertação é a condição para mestre ser mestre, pois se é um escravo da totalidade fechada, nada pode realmente interpretar. O que lhe permite, no entanto, libertar-se da totalidade para ser a si mesmo é a palavra analética ou magistral do discípulo (seu filho, seu povo, seus alunos, o pobre). Esta palavra analógica abre-lhe a porta da sua libertação; mostra-lhe qual deve ser o seu compromisso pela libertação prática do outro. Ele está convicto que o filósofo que se compromete com a libertação concreta do outro, entra para um mundo novo onde comprehende o novo momento de ser, e a partir do qual ele se liberta como sofista e nasce como filósofo novo, admirado daqui-lo que venturosamente se desdobra ante seus olhos, histórica e cotidianamente (78).

Dentro desta perspectiva, ele considera a filosofia latino-americana como um pensar que sabe escutar discipularmente a palavra analética, analógica do oprimido; que sabe comprometer-se com o movimento ou com a mobilização da libertação, e no próprio caminhar vai pensando a palavra reveladora que interpela a justiça; isto é, vai acedendo à interpretação precisa de seu significado futuro. A filosofia, o filósofo, devolve ao outro sua própria revelação como renovada, recriadora, crítica e interpellante. Este pensar não aquietá a história expressando-a pensativamente para que seja arquivada nos museus. Este pensar, como pedagogia analética da libertação latino-americana é um grito, um clamor, uma exortação do mestre que faz reincidir sobre o discí-

pulo a objeção que antes havia recebido. Agora, porém torna-se reduplicadamente pro-vocativa, criadora.

Dussel considera ainda, o método dialético do pensar como inicio ontológico do filosofar porque mostra como dar os primeiros passos da cotidianidade para a descoberta do fundamento real e distingue neste processo dois momentos essenciais:

1. Negativamente: o inicio é dialético porque nega a aparente segurança do óbvio cotidiano. A fatiguidade do ser em meu mundo é posta em dúvida, negada. É a crise, a "*morte*" da cotidianidade, a conversão a outro âmbito. Essa negatividade total com relação à cotidianidade aplica-se particularmente à coisa que deve ser pensada. Esta deve ser negada em sua significação cotidiana por ser determinada por uma tradição inautêntica ou encobridora, a coisa deve ser tratada negativamente quando a referimos ao horizonte a partir do qual deverá ser compreendida. Este horizonte, por sua vez, deverá ser negado até alcançarmos os âmbitos dos horizontes originários do pensar, tendo consciência clara de que restará uma infinita exterioridade. O ser como horizonte último do mundo, pode então, ser conciliado com a concomitante aceitação da finitude de uma exterioridade sempre imprevisível e intransponível do outro como liberdade histórica que expressa seu mistério por meio da palavra que deve ser ouvida.

2. Positivamente: é a busca ou o descobrimento da verdade do ser superando a postura do sofista que usa esta arte para confundir o adversário. É compreender o ser a partir de totalidades concretas mais desenvolvidas e formadas predominantemente por relações mais complexas que se expressam por categorias mais concretas.

Vê-se que estes dois aspectos acima referidos representam a questão fundamental do método dialético que não encara a natureza como uma acumulação acidental de objetos, de fenômenos desligados uns dos outros, isolados ou independentes; mas como um todo coeso, coerente, onde os objetos, os fenômenos estão ligados organicamente entre si, dependendo uns dos outros e condicionando-se mutuamente. Isto significa que nenhum fenômeno da natureza pode ser compreendido se é encarado isoladamente sem levarmos em conta os condicionamentos dos fenômenos que o circundam.

Ainda sob este mesmo enfoque, segundo Miriam Limoeiro,

se supomos que a realidade social é determinada e estruturada nas suas determinações, ela passa a ser por esta razão, passível de ser racionalmente conhecida e explicada. Produz-se seu conhecimento ao se formular as leis da sua estruturação e do seu desenvolvimento, mas, só quando se atinge seus determinantes fundamentais é que se pode começar a sua explicação. E isso acontece no mundo dos conceitos, no plano teórico, no abstrato; abstrato que tem a pretensão de reproduzir o concreto, não a realidade imediata, mas sim a sua totalidade real. E o concreto pensado será concreto porque é a síntese de muitas determinações. A totalidade real será o conjunto das determinações com que elas determinam a partir de suas relações. Assim o caráter de concreto está estreitamente vinculado ao de determinação. O que conta de fato são as determinações que o fazem ser. (notas de aula)

CONCEITO DE MOVIMENTO POPULAR

Carlos Rodrigues Brandão caracteriza como movimentos populares os que se geram no seio das classes populares na medida em que, tanto a nível ideológico como a nível político, realizam momentos da passagem do modo de vida tradicional para um modo de vida orgânico: assim quando surgem grupos, comissões mobilizadoras através das quais se articulam os diversos instrumentos coletivos das lutas populares. Em princípio há movimentos populares cuja expressão é a comunidade, como as Associações de Moradores, os grupos de jovens militantes, as comissões populares (e autônomas) de saúde, de educação etc. Há movimentos populares cuja expressão é antes a classe nela mesma e em suas lutas de frente, como os movimentos camponeses, os partidos operários, os sindicatos autônomos e outras organizações mobilizadoras da participação popular no processo político (79).

Para ele estes movimentos não são apenas organizações comunitárias de redefinição qualitativa dos termos de participação do sujeito na vida social. Eles são a ruptura com a mobilização "modernizadora", e a afirmação da possibilidade atual da viabilidade histórica e da necessidade de as classes populares se livrarem de experiências impostas ou pelo menos sugeridas externamente a gerarem os seus próprios movimentos de luta e representação (80).

Evidencia-se que a ação do Movimento Popular fundamenta-se sobretudo na tarefa de animação popular; seja nas lutas reivindicatórias, na organização do Movimento ou na própria educação e conscientização política. E a esse respeito Luiz Eduardo Wanderley a entende como processo de estruturação de comunidades e organização de grupos, progressivamente assumida por seus próprios membros a partir de seus elementos de liderança. A comunidade organiza-se como consequência da descoberta de seus valores, recursos e suas necessidades em busca da supressão de seus problemas sociais, econômicos, culturais, políticos e religiosos no sentido da afirmação de seus membros como sujeitos (81).

Esta animação ele caracteriza como uma tarefa de comunidade. Faz-se através de um conjunto de indivíduos que vivem juntos, em uma integração de pessoas que pensam, planejam e agem em comum, buscando atender a todos como membros da comunidade local sem desvinculação da problemática nacional e internacional... Entretanto, o trabalho não se fecha no âmbito estreito de problemas imediatos. Ele se insere como ponto de reflexão e ação política mais ampla, que visa a transformação conjuntural.

Para Luiz Eduardo Wanderley quando se fala em Movimento Popular, é preciso pensar sempre em práticas coletivas. Pois segundo ele, movimentos não são práticas individuais e são coletivas porque requerem uma organização, alguns objetivos, um domínio de estrutura e uma certa permanência no tempo. Não pode ser algo que nasce hoje e acaba amanhã. E no seu entender estas práticas podem ser multiformes: há práticas de resistências (mais usuais, tanto no campo como na cidade); práticas de protesto; práticas

de denúncia; práticas de reação (mais ou menos violentas); práticas de apresentar formas alternativas de organização nos campos social, político e econômico (82).

Também para a socióloga Ruth Correa Leite Cardoso, a grande novidade nos Movimentos Populares é sua independência com relação aos políticos profissionais e aos partidos, bem como sua capacidade de expressar os desejos de base da sociedade. Associações de bairro, grupos de moradores, clubes de mães, Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), ao se tornarem mais numerosas e atuantes, são vistos como formas autênticas de participação popular, onde a democracia interna garante, tanto a manifestação de uma vontade coletiva quanto o confronto direto com as políticas públicas autoritárias (83).

A mesma autora estabelece ainda três características que exprimem a atuação dos Movimentos Populares:

- a) Os movimentos urbanos são novos. Distinguem-se das formas tradicionais de atuar na política (partidos e sindicatos), e propõe formas específicas de participação porque afirmam novas identidades sociais.
- b) Acentua-se seu caráter de resistência à dominação vigente, especialmente nos países submetidos aos regimes autoritários. São portanto, formas de luta que desafiam o Estado.
- c) Como são novas e são anti-Estado, estas manifestações coletivas trazem para a cena política uma nova potencialidade de transformação das estruturas de dominação (84).

CONCEITO DE IDEOLOGIA

Basicamente o conceito de ideologia elaborado por diversos autores reforça a idéia de representação falsa de uma realidade qualquer, seja ela política, econômica, social ou religiosa. Esta idéia falsa por sua vez, tem como finalidade legitimar interesses em jogo seja de grupos representados ou de pessoas.

Enrique Dussel define a ideologia como um conjunto de expressões semióticas que encobre a dominação; quando são metódicas, justificam-na mais completamente. A função ideológica em sua essência é a relação do sinal ou do significante como justificação de tal práxis dominativa. Por isso quando é científica é mais ideológica do que nunca (85).

Para o mesmo autor, neste sentido, o processo de alienação em que vivem as maiorias oprimidas é profundamente ideológico enquanto exprime conhecimento e idéias pretensamente universais (porque são do centro) e que ocultam a dominação que sofrem os países dependentes e as classes oprimidas. É através da cultura de massas que a ideologia propaga com pretendida ingenuidade o projeto imperial, e que produz um mercado para seus produtos. A dominação cultural é assim um momento de alienação política e econômica com a vanguarda do exército que vai preparando o terreno para o ataque em regra. O imperialismo ideológico cul-

tural supera hoje todo outro tipo anterior de influxo cultural (86).

Conforme Dussel a ideologia (seja política, erótica, machista ou pedagógica) é um discurso concreto que justifica a ação dominadora, ocultando-a. O sinal pode ser: idéia, palavra, forma, imagem, som, perfume... tem como horizonte de significado somente a cultura imperial, neocolonial, ilustrada.

Para Karl Marx, toda a produção intelectual de um povo, suas representações, sua linguagem, suas leis, são elaboradas por homens condicionados por um determinado desenvolvimento das suas forças produtivas e das relações a elas correspondentes, incluindo as formas mais amplas que esta possa tomar. A consciência não pode ser senão o ser consciente, e o ser dos homens é o processo de vida real. E no seu entender, se em toda a ideologia, os homens e suas relações nos aparecem colocados de cabeça para baixo como numa câmara escura, este fenômeno resulta do seu processo de vida histórico, absolutamente como a inversão dos objetos na retina provém do seu processo de vida diretamente físico. Desta forma, para Marx, é ideológico tudo aquilo que não parte da vida real, que representa também o desenvolvimento dos reflexos dos ecos ideológicos deste processo vital. E segundo ele, até mesmo as fantasmagorias do cérebro humano são sublimações que resultam necessariamente do processo da vida material que se pode verificar empiricamente e que assenta em bases materiais. Desta forma a moral, a metafísica e todo o resto da ideologia, assim como as formas de consciência que lhe correspondem, perdem imediatamente qualquer aparência de autonomia. Elas não têm história,

não têm desenvolvimento; são pelo contrário os homens que desenvolvendo sua produção material e suas relações materiais, transformam com esta realidade que lhes é própria, quer o seu pensamento, quer o produto de seu pensamento. Para ele portanto, não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. No primeiro modo de considerar as coisas parte-se da consciência como sendo indivíduo; no segundo, que corresponde à vida real, parte-se dos indivíduos reais e vivos, e considera-se a consciência unicamente como consciência.

Para Antonio Gramsci as ideologias são produto do que ele chama "*choque de hegemonias*" (87) que se exprimem numa contraposição de ideologias particulares nas quais se condensam os comportamentos e as concepções do mundo que são próprios de dois modos de produção diversos. As ideologias são neste caso meros reflexos de uma realidade que está por trás delas, mas ao contrário são a manifestação do choque das realidades correspondentes a dois modos de produção visíveis historicamente. Ou seja, trata-se de ideologias que sintetizam um modo diverso de comportar-se na presença de estruturas sociais diversas. O choque ideológico reflete sensivelmente o choque das relações sociais existentes com outras e novas que emergiram e impuseram uma moral conforme a elas. Essa luta ideológica segundo ele assume o aspecto de um choque "*hegemônico*" prolongado, no qual estão envolvidos "*dois senso comuns*" diversos, cuja possibilidade de expansão é medida pela capacidade de desenvolver a ciência da própria constituição objetiva e a crítica dela como condição de novas formas de liberdade individual.

Para Nicola Badaloni, analista de Gramsci, o ponto central do seu discurso é o de que amadureceram os tempos seja para uma nova ideologia ou crença (dotada daquela solidez que é própria dos preconceitos populares, não arbitrária mas induzida pelos movimentos da realidade social e das relações de produção) seja por uma nova capacidade científica que se exerce a partir dela e sobre ela; seja, finalmente, para imprimir a toda nova articulação o fim crítico de um enriquecimento integral da liberdade humana. A realidade do "*coletivo*" (analisada por Marx como "*trabalhador integral*" no âmbito de uma estrutura cujo caráter fundamental é a cooperação coagida, imposta pelo capital) tende a se tornar em Gramsci uma idéia-força da qual pode se desenvolver um novo nível de civilização que amadurece no período de verificação imposto pela necessidade de prova hegemônica (88).

Desta forma portanto, as "*ideologias*" são também práticas de vida conformes a uma concepção do mundo, ou "*religiões*" no sentido croceano. Indo mais além e recuperando a definição de Marx, Nicola Badaloni , reconhece que a apresentação histórica delas, a sua solidificação e a formação de comportamentos sociais conformes, derivam em última instância, dos movimentos da estrutura. O caráter prolongado destes movimentos explica a permanência relativa das próprias idéias e das práticas conformes.

Assim, as ideologias que assumem a consistência de preconceitos populares não nascem casualmente. Elas são expressão de necessidades estruturais profundas, que porém não se exprimem diretamente, mas devem assumir o aspecto de solicitações idológicas permanentes, capazes de influir duradouramente sobre a prática.

Para Michel Foucault a noção de ideologia lhe parece dificilmente utilizável por três razões que explica da seguinte forma: a primeira, é que queira-se ou não, ela está sempre em oposição virtual a alguma coisa que seria a verdade. Ele crê, portanto, que o problema não é o de se fazer a partilha entre o que um discurso revela da científicidade e da verdade e o que relevaria outra coisa; mas de ver historicamente como se produzem efeitos de verdade no interior de discursos que não são em si nem verdadeiros nem falsos. Segundo inconveniente: refere-se necessariamente a alguma coisa como o sujeito. E em terceiro lugar porque a ideologia está em posição secundária com relação a alguma coisa que deve funcionar para ela como infra-estrutura ou determinação econômica material. Por estas três razões, Foucault alega que esta noção não pode ser utilizada sem precauções (89).

CONCEITO DE EDUCAÇÃO DE BASE

Tendo como princípio que toda a Educação é um fenômeno dinâmico e permanente como a própria vida, Carlos Rodrigues Brandão, a partir da sua experiência, a objetiva como uma adequação entre as condições concretas da vida cotidiana das comunidades atingidas pelo programa e as possibilidades de mobilização de camponenses com vistas a um trabalho organizado que proporcione o desenvolvimento local e a consequente melhora das condições básicas de vida material (90).

Utilizando-se do conceito de Raul Laudim Filho, ele a define como "*aquela que proporciona conhecimentos mínimos para se levar uma vida humana*". E apesar de correta, esta definição não explica suficientemente o que há de radical na Educação de Base. Básica segundo Carlos Rodrigues Brandão é a educação que forma o homem na sua eminente dignidade de pessoa. Daí decorre como condição primeira o direito de viver humanamente. E segundo ele tomamos portanto o termo básico de princípio, isto é, o que vem primeiro, o que é fundamental. Educação de Base não é portanto, aquela que é primeira apenas temporalmente, ou seja, inicial, como é a alfabetização para instrução, mas que é primeira na medida em que é a mais radical para o ser do homem.

Se a educação de base pretende dar os conhecimentos mínimos para se viver humanamente, ela não se afirma somente como edu-

cação inicial, mas parte do fundamento último, portanto princípio primeiro daquilo que torna a própria vida humana; ou seja, parte do que é mais radical: a própria exigência da pessoa humana de se humanizar.

Luiz Eduardo Wanderley a define como aquela que tem como finalidade tornar o homem consciente do que ele é, das exigências de sua natureza de homem, e que de acordo com a época e lugar, deve ser feito para que essas exigências sejam atendidas (91).

Para Wanderley esta Educação deve proporcionar os conhecimentos mínimos para que a pessoa humana possa levar uma vida digna. E dentro desta mesma perspectiva ele a define como um processo de autoconscientização das mesmas para uma valorização plena do homem e uma consciência crítica da realidade. Esta Educação deverá partir das necessidades e dos meios populares de libertação, integrados em ação transformadora. Concomitantemente, propiciar todos os elementos necessários para capacitar cada homem a participar do desenvolvimento integral de suas comunidades e de todo o povo brasileiro (92)..

Segundo ele, hoje cabe à Educação de Base formar o homem brasileiro, tornando-o consciente do que ele é, do seu valor de pessoa dentro do subdesenvolvimento em que vive.

Neste mesmo sentido ele considera que o trabalho de alfabetização não é só alfabetização (ensinar a ler e escrever); mas que junto a isto há a urgência gritante de se abrirem aos nossos

camponeses, operários e suas famílias as riquezas da Educação de Base fundamental, a educação que chamariamos de cultura popular, a qual tende a fazer o homem despertar para seus próprios problemas, encontrar suas soluções, aprender a comer bem, a defender sua saúde, a manter boas relações com seus semelhantes, a andar com os seus próprios pés, a decidir sobre seu destino, buscar elevação cívica, moral, econômica, social e espiritual. É esta a escola que temos de jogar no seio das populações camponesas e operárias através de seus métodos próprios já experimentados e vitoriosos.

CAPÍTULO 3 - CONTEXTO HISTÓRICO DOS MOVIMENTOS POPULARES

ORIGEM DOS MOVIMENTOS POPULARES NO CONTEXTO GLOBAL

Para compreender a situação atual dos movimentos populares e sua dinâmica interna, é necessário fazer uma retrospectiva do processo de industrialização que as descobertas científicas do século passado desencadearam na Europa. O declínio progressivo da nobreza foi acompanhado pelo surgimento de uma nova classe dirigente: "*os magnatas da indústria*". Este processo que se acelera e se aprimora com o passar do tempo, provoca uma ampliação considerável do proletariado e uma demanda cada vez maior da mão-de-obra. A satisfação desta demanda, torna-se possível graças à ênfase que se dá ao próprio processo em curso. "*A industrialização*" torna-se a "*menina dos olhos*" dos governos, mobilizando praticamente a rede de investimentos. A agricultura, que até então sustentava em larga escala a economia dos países, é relegada a um segundo plano, e pelo menos em alguns casos, a uma situação de abandono. A vida no campo, privada de investimentos, torna-se insuportável, pondo em risco até mesmo a sobrevivência dos agricultores e suas famílias. A resposta foi um deslocamento em grande escala do campo para a cidade, atendendo desta forma à satisfação da exigência crescente da mão-de-obra.

Decorrente desta situação surge um fato novo que é o crescimento do proletariado que traz no seu bojo os germes de uma confrontação de classes que permite o desvelamento da existência de uma realidade essencialmente conflitiva. E se o conflito le-

vou algum tempo para eclodir, isso se deve, pelo menos em parte, ao fato de que a mão-de-obra gerada pela indústria, representou uma "*tábua de salvação*" para quem começava a experimentar a miséria no campo. Além do mais, os novos operários, provenientes do meio rural, eram portadores de uma experiência ligada à propriedade rural e à ausência quase total de um espírito solidário em perspectiva global. Havia gestos concretos de solidariedade, mas faltava a consciência de classe pela impossibilidade ou incapacidade de perceber os mecanismos profundos de uma situação radicalmente injusta. Fato este que em si é natural porque o surgimento da consciência está ligado estreitamente às práticas concretas.

Por outro lado, sem consciência, pelo menos em escala reduzida é impossível um compromisso concreto, pois a perspectiva e a profundidade das práticas dependem intrinsecamente do nível de consciência.

O que ocorreu em pouco tempo foi que os conflitos presentes em nível de realidade e emergentes em nível de consciência, desencadearam gestos de solidariedade e levaram à progressiva organização da classe trabalhadora. A estrutura sindical e a conquista da greve como instrumento de luta, tendo em vista sanar os desequilíbrios entre o capital e o trabalho, são frutos marcantes deste despertar de solidariedade. Houver confrontações que marcaram época (sobretudo na Europa) e que permitiram ao proletariado dar passos qualitativos.

É preciso que se diga que, a bem da verdade, o fortaleci-

mento do proletariado europeu foi possível graças à abertura das indústrias para o mercado internacional nos países do Terceiro Mundo, porém isto se dá às custas de baixo salários e altíssimos lucros por parte da empresa, como ficou evidenciado na visão de Enrique Dussel.

Dentro desta realidade que estamos vivenciando no atual momento histórico, o fato novo é que nos países pobres se dá uma progressiva tomada de consciência dos mecanismos geradores da injustiça e da interdependência e conflitividade entre o mundo da riqueza e o mundo da pobreza. O povo está descobrindo sua força e começa a organizar sua vida a partir de práticas de solidariedade e políticas, ao mesmo tempo capazes de romper as barreiras que impedem o desenvolvimento integral do seu potencial humano e a conquista de seus direitos de cidadania negados, através deste processo participativo.

CONTEXTO HISTÓRICO E EVOLUÇÃO DOS MOVIMENTOS POPULARES NO BRASIL A PARTIR DE 1930

POR QUE A PARTIR DE 1930:

Creio que o ano de 1930 para a história do Brasil é de significação dentro do contexto mundial, porque seus acontecimentos condicionaram e definiram a situação que vivemos hoje.

1930 pode-se dizer que foi o centro da crise do capitalismo que se abre com a primeira guerra mundial em 1914 e vai estender-se até 1945, com a Segunda Guerra.

O ápice desta crise foi o "crack" da bolsa de Nova York em 1929, seguido inevitavelmente da quebra no Brasil do modelo econômico e político que sustentava a ligação do Brasil com esse modelo de capitalismo. A consequência deste acontecimento é a queda de toda a oligarquia cafeeira e do modelo de Estado voltado mais para fora do que para dentro. Cai com isto, igualmente, a ideologia liberal que levou o país a um impasse.

A substituição desta ideologia dá lugar a um regime autoritário e o internacionalismo é substituído por uma ideologia nacionalista, sendo que o estreitamento do poder concentrado na pequena burguesia cafeeira vai sendo alargado para as classes médias; e como veremos mais adiante, abre-se um espaço

para o aparecimento da classe operária no cenário político e social (mesmo que de forma subalterna e controlada).

Este período pode ser caracterizado como um momento de reordenamento da sociedade brasileira e um reordenamento do poder.

Com Vargas nasce um Estado Nacionalista, um Estado intervencionista que começa a armar um projeto industrial fortemente apoiado no próprio Estado.

Revela-se de novo a fraqueza da sociedade civil, mesmo em sua classe empresarial, para formular um projeto industrial autônomo. Nasce um projeto fortemente apoiado pelo Estado que vai fornecer a infra-estrutura básica para este projeto de industrialização. O Estado vai, portanto, manejar com outras classes sociais na busca de um projeto de industrialização encarado como projeto de independência nacional.

A partir daí, é um Estado que não mais pode desconsiderar a presença de outros segmentos que começam a se organizar na sociedade, sobretudo o movimento operário, mesmo que sua incorporação no projeto se dê de modo subalterno e menor, escondendo as contradições de classe sob o manto do nacionalismo.

SURGIMENTO E EVOLUÇÃO DOS MOVIMENTOS POPULARES DENTRO DESTE CONTEXTO

Os movimentos sociais urbanos no Brasil tiveram uma origem dentro do contexto específico das grandes metrópoles cuja forma-

ção foi acompanhada por uma série de contradições sociais e políticas específicas, que sofreram um constante processo de acirramento nas lutas diante de crescentes e novas necessidades urbanas para a sobrevivência das classes subalternas.

Conforme Lúcio Kowarick, de acordo com o aumento da demanda por serviços de consumo coletivo, sucedia-se uma resposta muito precária da parte do poder público que proporcionou o aumento das carências dos bairros já existentes e das novas áreas que se acrescem às manchas urbanas. Nessas áreas o nível da exploração expressa uma somatória de extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo, que se apresentam como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência das classes trabalhadoras e que agudizam ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho (93).

Em relação ao processo de industrialização, a partir de 1930, dá-se a implantação de um novo padrão de acumulação de capital que vai alterar profundamente a configuração das grandes capitais, especialmente São Paulo. Pois no momento em que se consolidam as fases para a nova economia urbana, o desenvolvimento industrial e capitalista passa a exigir a concentração física das unidades industriais do mercado consumidor da força de trabalho e dos serviços relacionados com a sua produção e reprodução. A urbanização resultante deste processo industrial não cria uma base infra-estrutural e condições gerais urbanas adequadas às dimensões de urbanização e por outro lado gera uma defasagem significativa nos serviços de consumo.

Para Kowarick, em relação as contradições urbanas, deve ser dito que numa perspectiva histórica, salta à vista que graves problemas urbanos sempre existiram no cenário das cidades latinoamericanas. Porém, nas últimas duas ou três décadas, com o enorme crescimento demográfico que marcou as metrópoles do continente, as contradições urbanas parecem ter adquirido feições diversas. Não se trata apenas de velhos problemas que se agravam com o aumento populacional, numa espécie de reedição ampliada do passado, o "novo" - para ficar em alguns pontos descritivos - está na mudança de caráter de "*dependência*" e consequentes alterações no cerne da dinâmica econômica. Está também no suporte que o Estado deu ao sistema produtivo que se instalou nos países da região, após a década de 50. Espelhou-se nas cidades, que foram transformadas em função de processos de acumulação cada vez mais sediados em bases oligopólicas, tornando-se elas mesmas, fonte fundamental de lucro onde se injetou enorme soma de trabalho cristalizado, estruturado para servir à lógica desta recente modalidade de capitalismo, em flagrante detimento quanto aos bens de consumo coletivo, básicos para a reprodução da força de trabalho (94).

No que se refere ao quadro político brasileiro na década de 30, pode-se caracterizá-lo pela exclusão das classes populares que se encontram distanciadas de qualquer possibilidade de participação real durante a ditadura de Vargas; na etapa mais "*democrática*" (período populista), a sua participação é relativa e realiza-se sob tutela de representantes de grupos dominantes. Com exceção de algumas situações especiais (em particular nos últimos anos do governo Goulart), as massas populares não conseguiram participar no processo político com mais autonomia.

Evidencia-se também que na medida em que se intensifica o processo de urbanização e industrialização no Brasil, abre-se o caminho para o ingresso de enormes contingentes de migrantes na vida urbana, que vêm em busca de sua cidadania social e política. A pressão pelo acesso a empregos gerados pelo desenvolvimento urbano industrial, acrescida à pressão visando ampliar as possibilidades de consumo e a demanda por espaços de participação política nos quadros institucionais, configuram-se enquanto fatores de mobilização política no Brasil.

Como já mencionamos anteriormente, após 1945, o populismo no Brasil se transforma na principal forma de expressão política, desde a emergência das classes populares e das características da participação (embora relativa) das massas populares.

Torna-se evidente, dentro deste quadro que, o processo de urbanização foi adquirindo claras conotações expoliativas. Pois o Estado ao se preocupar em consolidar as atividades produtivas, acaba omitindo-se na redução das necessidades mais imediatas da grande maioria da população. É neste contexto e diante das necessidades básicas que vão surgir as primeiras associações de Amigos de Bairro, que visam mobilizar os moradores, com o objetivo de reivindicar melhorias nos órgãos públicos, o que se configura pelo forte estímulo dado a partir do esquema político do populismo, sustentado na participação das classes populares.

Essas formas de associativismo vão se consolidando como organizações criadas para organizar e estruturar as demandas das classes populares por melhorias sociais e urbanas nos bairros mais distantes. Na medida em que a extensão das carências vai se

avolumando, as classes populares vão se localizando em áreas distantes do centro urbanizado, generalizando-se assim o fenômeno da urbanização por expansão das periferias.

Ocorre ainda que esse processo de expansão urbana, no entanto, não foi acompanhado de uma intervenção por parte do Estado, no sentido de atender ao conjunto das novas necessidades geradas.

No começo dos anos 50, vai surgir Jânio Quadros na política que se transforma numa liderança popular preocupada com problemas das periferias e vai enfatizar o papel das Sociedades Amigos de Bairros e a necessidade de "*incorporar essa periferia*" na cidade. Com isto Jânio se personifica num estilo político sustentado nas lideranças de Bairros, estabelecendo uma relação clientelística, levando a cabo os planos de investimentos e melhorias nas áreas periféricas, procurando atender às reivindicações com o intuito de angariar popularidade.

A partir deste apoio e interesse governamental, após os anos 50, ocorre um crescimento quantitativo das Sociedades Amigos de Bairros, que se transformam em elos de participação das classes populares, possibilitando espaços de reivindicação para as populações da periferia. E muitas vezes esses movimentos chegam a transcender os objetivos centrados nos bairros para adquirir conotações políticas em momentos históricos bem precisos, fazendo com que as forças presentes na política municipal levassem em conta a presença destes movimentos na luta pela conquista de direitos de cidadania e de condições necessárias para a sobrevi-

vência na grande metrópole. Desta forma, o Estado passa a ser identificado como alvo a ser atingido pela pressão coletiva, colocando muitas vezes as classes populares num confronto direto com órgãos públicos, questionando a sua representatividade e a sua legitimidade; além disso, penetrando num terreno onde se confrontam os diferentes grupos de interesses em torno dos problemas urbanos.

Dentro desta perspectiva, conforme Ana Maria Doímo, a configuração dos movimentos urbanos no Brasil até a década de 70, (pelo menos naquilo que já foi alvo de estudos) evidencia a debilidade organizativa e a pouca capacidade de pressão frente ao Estado como suas características marcantes (95).

Conforme a mesma autora, a trajetória das Sociedades Amigos de Bairro em São Paulo é um exemplo característico. Segundo ela, estas surgiram a partir das Sociedades de Amigos da Cidade (SACs), em 1934, por iniciativa de profissionais liberais e de figuras da chamada "*aristocracia paulistana*", e cumpriram o papel de "orientar o crescimento, já então intenso e pouco controlado de São Paulo" (Cit. Singer e Brant, 1980, 85-86). A partir da Segunda Guerra, foram intensificadas segundo os interesses populistas e "funcionavam como elos de ligação entre a população e o poder público, que tinha possibilidade de atender, pelo menos em parte, às reivindicações assim apresentadas. Tratava-se, portanto, de trocar as obras e os serviços, financiados pelo erário público, pelo voto dos beneficiários". A autora observa ainda que neste período, dado o grau de desenvolvimento das forças produtivas, o Estado podia levar adiante a ideologia desenvolvimentista, travando uma política de troca de favores, permiti-

tida, entre outras coisas, pela disponibilidade de capitais principalmente no mercado externo. Era uma conjuntura que possibilitava, embora moderadamente, uma distribuição da renda capaz de incorporar as massas, ainda que dentro de certos limites.

No período de 60 a 64, acirram-se as crises econômicas e políticas. A crise manifesta-se em virtude da redução do índice de investimentos, da diminuição da entrada de capital externo, da queda da taxa de lucro e da aceleração do processo inflacionário... pode-se mesmo dizer que nestes anos a inflação transformou-se no problema central da economia do país; deixou de ser apenas uma técnica de "*conflito salarial*" e passa a funcionar como inflação de custos (96). Na opinião de Octávio Ianni, esta crise configurou-se a partir das contradições resultantes da combinação de modelos econômicos distintos: o modelo exportador, o de substituição de importações e as tentativas de efetivação do modelo de desenvolvimento econômico "*autônomo*". Além disso parecia revelar os sintomas de uma crise conjuntural, resultante da expressão das contradições básicas do modo capitalista de produção e agravada pelas características específicas do desenvolvimento deste modo de produção, numa sociedade economicamente dependente.

A crise política se configura a partir do momento em que os líderes populistas se vêem na iminência de propor uma política econômica que pudesse garantir a retomada do crescimento econômico.

Podemos verificar também como se interrelacionam as condições políticas da época e as possibilidades de "*mobilização*", atra-

vés de movimentos educacionais que contribuiram decisivamente no processo de estruturação e articulação desses movimentos.

Dentro deste contexto, as táticas políticas dos governos populistas expressam a necessidade de garantir a legitimidade de seu poder através da ampliação das "*bases populares*" de sustentação. Pois, apesar de ocuparem uma posição intermediária entre as classes dominantes e dominadas e assumirem uma posição vacilante entre a "*defesa das reivindicações populares e a manutenção do status quo*", os líderes populistas em geral, e principalmente João Goulart no Brasil, criaram um clima favorável a uma maior participação política, desenvolvendo a politização das populações urbanas e rurais.

Paradoxalmente, se de um lado estas formas de mobilização permitidas e incentivadas pelos líderes populistas são inconvenientes do ponto de vista tático para os próprios líderes populistas, por outro lado oferecem possibilidades para que as massas manipuladas manifestem os seus interesses.

É nesta época que surgem os movimentos voltados para a cultura popular como o CPC da UNE (Centro Popular da Cultura) e o MEB (Movimento de Educação de Base), que se prendiam às condições políticas e culturais vividas pelo país naquele momento. E segundo Vanilda Pereira Paiva, eles nasceram das preocupações dos intelectuais políticos e estudantes, com o promoção da participação política das massas e do processo de tomada de consciência da problemática brasileira, que caracterizou os últimos anos do governo Kubistchek. Deles participam os liberais, as es-

querdas marxistas, os católicos influídos pelos novos rumos abertos pela reflexão de filósofos cristãos europeus, e pelas transformações que se anunciam na doutrina social da Igreja. O número de católicos interessados em tais problemas multiplica-se principalmente através do momento em que os membros da JUC (Juventude Universitária Católica) começam a buscar um "*ideal histórico*", em função do qual pudessem orientar sua ação no mundo. Os diversos grupos lançam-se ao campo da atuação educativa com objetivos políticos claros e mesmo convergentes, embora cada um deles enfocasse o problema à sua maneira e mesmo lutasse entre si. Pretendiam todos a transformação das estruturas sociais, econômicas e políticas do país, bem como sua recomposição fora dos supostos pela ordem vigente. Buscavam igualmente, criar a oportunidade de construção de uma sociedade mais justa e mais humana. Além disso, fortemente influídos pelo nacionalismo, pretendiam o rompimento dos laços de dependência do país com o exterior e a valorização da cultura do povo. Para tanto, a educação, conforme Vanilda P. Paiva, parecia um instrumento de fundamental importância (97).

A partir de 1962, floresce o CPC (Centro Popular de Cultura), da UNE, levando suas atividades para várias partes do país, onde vão surgindo novos centros e as atividades vão crescendo. O primeiro deles surge no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, em Santo André, e posteriormente a primeira UNE volante, que se difunde por mais doze Estados onde são organizados centros semelhantes. Nas grandes cidades, os CPCs se multiplicaram expandindo-se também para cidades do interior, principalmente na região Centro-Sul. Tais centros não estavam organizados de forma unificada, sendo que cada CPC era autônomo em seu funcionamento e sua orga-

nização, servindo o CPC da UNE como modelo (algumas vezes contestado) pelas atividades, e algumas vezes como fonte de orientação geral. A organização dos centros obedecia muito pouco aos esquemas formais e neles reinava a improvisação, desenvolvendo-se o aspecto de acordo com as necessidades impostas pela ação (98).

De acordo com Sílvia Maria Manfredi, os movimentos deste período, particularmente o CPC da UNE, foram muito importantes durante a fase de sistematização do método Paulo Freire de Educação, que mais tarde viria a ser institucionalizado através do Plano Nacional de Alfabetização (99).

A partir de 64, as características expressivas do regime, nos anos de maior fechamento, geraram um esvaziamento muito significativo, tanto das Sociedades Amigos de Bairros como dos Movimentos de Cultura Popular. E nesse sentido Ana Maria Doimo afirma que com a repressão que se abateu junto a todas as formas de organização popular e com a perda da capacidade, por parte do Estado, de acionar esquemas de legitimação através de barganhas - já que agora o avanço das formas produtivas monopolistas exigia que os recursos públicos ficassem quase que exclusivamente à mercê de sua reprodução ampliada - houve um significativo descenso desses movimentos (100).

Para Pedro Jacobi (economista e sociólogo da PUC/SP) os movimentos populares dos anos 70, desde o "negro" período da repressão, se fortaleceram, principalmente pelo fato desta ter sido significativamente atenuada, assim como pelo fato da somatória

das experiências ter consolidado uma ainda incipiente identidade dos subalternos. Desde então as práticas mobilizatórias são visíveis e se caracterizam principalmente por terem uma dinâmica localizada, concentrada na demanda por direitos de cidadania entendida por direitos vinculados à dimensão do cotidiano e do local de moradia. Somente em certas situações-limite é que os movimentos têm articulado demandas fundindo o local de moradia e o mundo do trabalho (101). E conforme o mesmo autor, os anos 70 trazem também movimentos que conquistaram posições e contribuem para o avanço de espaços e participação direta. Estes movimentos propõem uma nova qualidade de participação na gestão da coisa pública, onde a representatividade não resume todo o esforço de organização, mas o envolvimento direto no processo de fiscalização do funcionamento dos serviços públicos, "refletindo um crescimento na experiência de cidadania e possibilitando a conquista de novos espaços de ação política". Desta forma, a questão do controle popular coloca novos elementos na organização dos movimentos, da mesma forma que a eleição de representantes de ruas e quarteirões transforma as moradias em espaços de participação. E isto vai representar um potencial de mudança qualitativa dos modelos de cidadania, na medida em que as concepções e práticas de caráter comunitário determinam e simbolizam novas formas de concretização dos moradores, enquanto usuários e enquanto destinatários dos serviços públicos.

Para Ana Maria Doímo, na década de 70, particularmente depois de 1974, quando o chamado "*milagre econômico*" vai chegando ao fim e as contradições urbanas se avolumam face à política econômica centralizada e adversa à reprodução ampliada da força de trabalho, começam a surgir, com certa intensidade, ao lado do ressurgimento do movimento operário e de outras formas de manifestação da

sociedade civil, os movimentos urbanos. A incapacidade do Estado em agir de forma populista, conjugada com a emergência de lideranças comprometidas com um trabalho de base e críticas em relação à política clientelística, populista e personalista - tão própria do período 45 a 64 - foram fatores que concorreram para uma nova configuração dos Movimentos Urbanos, caracterizando-se agora como elementos de pressão ao Estado e colocando-se a condição de autonomia e independência em relação a ele (102).

HISTÓRICO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE CURITIBA

Ao traçar o panorama histórico das Associações de Moradores de Curitiba, fica evidente que a mesma se identifica com a temática em desenvolvimento pelo fato de que ambas possuem como eixo fundamental um processo de conflito que é justamente a mola propulsora que desencadeia o dinamismo e gera a transformação da sociedade.

Será evidenciado ainda, mais adiante, que embora a história das mesmas seja relativamente recente, está marcada por muitos conflitos decorrentes das contradições urbanas oriundas do desenvolvimento capitalista que provocou o inchamento da cidade e crescimento acelerado da mesma.

A razão fundamental deste processo decorre do fato de que Curitiba está inserida dentro de um contexto histórico mais amplo que é o contexto brasileiro e latino-americano e por isso não ficou isenta das consequências trazidas pelo modelo econômico industrial, implantado no Brasil a partir de 1930.

Tais consequências (como já foi mencionado), foram as migrações em massa do campo para a cidade, provocando o crescimento desordenado das mesmas em virtude da falta de infra-estrutura para acolher este contingente populacional.

Dentro de condições infra-humanas os bairros e vilas vão surgindo e crescendo rapidamente; as favelas vão surgindo aqui e ali; os problemas vão ficando cada vez mais graves e o povo sofrendo no dia-a-dia seja pela alta dos aluguéis, pela ameaça de expulsão do lote invadido, da falta d'água, de saneamento, etc. Desta forma começa o surgimento e crescimento vertiginoso das favelas, que necessitam de soluções diante da deteriorização das condições de vida e da limitada capacidade do mercado de trabalho, para atender todas as demandas emergentes.

Verifica-se no entanto, que o volume deste conflito é muito menor comparado com o da grande São Paulo. Porém, em proporção ao nível de crescimento, da demanda da mão-de-obra, e da capacidade de atender as necessidades básicas da população são no entanto de significativa abrangência os conflitos que Curitiba possui nesta mesma época e que obrigaram o povo a despertar para a organização das Associações.

Segundo depoimentos e dados obtidos, as primeiras articulações dos moradores em Curitiba vão acontecendo a partir de 1974, quando se dá uma ocupação mais intensa e desorganizada das favelas, resultando num quadro já conhecido de aglomerados desordenados de barracos cortados por becos e vielas que avançam sobre áreas banhadas ou alagáveis, tomado fundo de vales (especialmente os rios Belém e Barigui), ou outras áreas públicas ou desocupadas da cidade. A partir destas condições, surgem as primeiras mobilizações dos moradores que vão ao encontro dos órgãos públicos do Estado (corporificados especialmente na COHAB e Prefeitura), com o intuito de ter suas reivindicações atendidas ou tornar pos-

sível uma negociação com os proprietários particulares.

Inicialmente as mobilizações foram de caráter provisório e sem pretensões de uma articulação mais ampla ou uma participação política mais direta. Desta forma, o povo que mora nas vilas, nas favelas, começa a descobrir que somente se organizando e lutando poderia conquistar os direitos. É da realidade vivida, da necessidade sentida que as primeiras Associações de Bairros de Curitiba vão surgindo. Estas vão surgindo, se organizando e organizando o povo, para que tenha mais força para discutir e planejar.

Tendo em vista a necessidade de uma estruturação e oficialização para facilitar a negociação, em 1978 são oficializadas as primeiras Associações de Moradores de Bairros de Curitiba: Vila Maria em outubro de 1978; Vila Formosa em novembro e Parque Industrial em dezembro do mesmo ano. E a partir daí começa a crescer o número das Associações que vão se oficializando sendo que em junho de 1979, doze Associações encontram-se com o Prefeito Jaime Lerner, para decidir sobre um encontro com a bancada da Câmara Municipal, que se realizou no dia 08 de julho do mesmo ano (103).

Com algumas lutas em comum, começa-se a perceber que é na ação em conjunto que o enfrentamento de certas questões poderá ser solucionado. Dessa experiência e dessa necessidade surge o Conselho de Associações de Bairros de Curitiba, no ano de 1979 (104), atribuindo-se a tal Conselho a finalidade de aglutinar e coordenar a nível metropolitano as lutas e reivindicações enca-

minhadas pelas diversas Associações. Com reuniões quinzenais, a estruturação interna deste Conselho permitia a participação de dois representantes de cada Associação e eleger-se uma comissão executiva de sete representantes.

Lutas em conjunto continuam sendo levadas, contudo diferenças entre Associações e assessores vão surgindo; seja diferenças na forma de se trabalhar na prática ou divergências de pensamento ou de objetivos. Divergências estas que vão se tornando cada vez maiores e em função das quais este Conselho não tem longa duração: em 1981, um grupo de Associações desvincula-se do Conselho e funda a Federação de Associações de Bairros do Paraná (105). Conforme registro do jornal Gazeta do Povo, de 21/09/81, sua fundação ocorreu em assembleia, que contou com a participação de mais de duas mil pessoas, e possuía filiadas vinte e oito Associações, pretendendo dentro de um mês elevar o número para sessenta, conforme depoimento do então presidente da entidade, Maciel Cézar Pelozzi.

Além de Curitiba, a Federação abrangia os Municípios de Colombo, Piraquara, Rio Branco do Sul e São José dos Pinhais.

O objetivo desta coligação, conforme seu presidente, era apoiar as reivindicações e necessidades dos moradores, além de propiciar a melhoria das condições de vida dos habitantes da periferia, bem como assistência jurídica gratuita. E além deste programa de caráter social, pretendia-se realizar um programa de rádio, onde seriam divulgados os interesses da classe e a abertura de uma cooperativa de consumo.

Nesse processo, o Conselho das Associações desaparece e um grupo chamado "Independentes" funda o MAB (Movimento de Associações de Bairros de Curitiba) em dezembro de 1982, com os seguintes objetivos:

- estar junto com as Associações de Moradores nas lutas reivindicatórias.
- Promover encontros e trocas de experiências entre as associações, ajudando as mesmas a fortalecerem seu nível de conscientização.
- Organizar novas Associações.
- Ajudar e favorecer a união das Associações, participando nas reuniões executivas das mesmas.

Apesar deste movimento ter nascido de um grupo de líderes mais ligados à Igreja, o grupo tinha a visão, segundo depoimentos feitos, de que: 1º) a Associação de Bairros não deveria ligar-se a nenhum partido nem à Igreja, porque no bairro havia pessoas de vários partidos e de várias religiões; 2º) a Associação seria todo esse povo numa luta conjunta por melhores condições de vida no bairro; 3º) a Associação deveria ser dirigida pelo próprio povo; (é ele quem deve decidir o seu destino, discutindo seus problemas e aprendendo como deve resolvê-los).

Em 1983, o MAB realiza o seu II Encontro de Bairros de Curitiba. Em maio do mesmo ano promove uma concentração popular no Ginásio do Tarumã, onde foi iniciado um trabalho de estruturação do MAB. A concentração, que reuniu quinze mil pessoas teve por objetivo a cobrança de reivindicações encaminhadas às autoridades. Em 1984, o movimento empreende uma das principais lutas

pelo transporte coletivo, creches e luta contra o desemprego, conquistando as frentes de trabalho e passes livres para o trabalhador (10 mil diários). Em 1985, realiza a sua III Assembléia, com a presença de trinta vilas.

Em fevereiro de 1985, há uma tentativa de formar a União Metropolitana das Associações de Moradores de Curitiba, conseguindo reunir cerca de quatrocentos e trinta e cinco Associações de todos os bairros, vilas e favelas da Região Metropolitana de Curitiba (106). O objetivo da mesma era definido como um instrumento para encaminhar as lutas unitárias dos moradores, pela reforma tributária e pela participação dos movimentos populares nos programas de administração. A entidade visava também fortalecer a luta contra os aumentos abusivos do BNH, dos transportes coletivos e sua municipalização; lutas pela reforma urbana, contra a especulação imobiliária e pela legalização imediata da posse. Este objetivo de unificação somente foi

concretizado em parte, pelo fato deste congresso ter acontecido num clima muito tumultuado. Neste sentido, conforme o jornal Correio de Notícias, a Prefeitura foi derrotada no seu objetivo de unificar integralmente as Associações da Região Metropolitana.

Na ocasião, como notícia o mesmo jornal, enquanto acontecia esse grande Congresso, no Centro Comunitário de Curitiba na Avenida Visconde de Guarapuava, 2.435, outro encontro paralelo era feito na Rua Marechal Deodoro, 150, onde participaram cinquenta e oito entidades e duzentos delegados que deliberaram a criação da União Metropolitana das Associações de Moradores de Curitiba, com

a aprovação de Estatutos. Foi aprovada também nesta ocasião a I Assembléia Geral das Associações de Moradores filiadas à União Metropolitana, que se realizou no dia 23 de março deste mesmo ano. E conforme notícia a matéria da Gazeta do Povo de 25/02/85, de fato a União Metropolitana foi criada, mas nasce sem contar com o apoio unânime da entidade já que o MAB que contava na época com sessenta entidades filiadas discordava do processo. O MAB defendia que a união deveria surgir das lutas comuns e julgava inaceitável que um grupo quisesse assumir uma liderança tão ampla, sem o consenso de posições políticas. A unificação segundo a entidade deveria ser um processo lento e não como aconteceu, numa promoção pouco discutida.

UMA HISTÓRIA DE CONFLITOS

Ao analisar a história das Associações de Moradores de Curitiba, percebe-se claramente que suas origens e organização obedecem predominantemente à urgência de satisfazer necessidades vitais como: moradia, alimentação, saúde, vestimenta, transporte, garantia de emprego, etc. Com segurança 70% destas nasceram a partir de lutas que visavam tais objetivos. Deduzimos a partir daí que o primeiro conflito decorre sobretudo do nível de deterioração das condições de vida que afetam a população urbana marginalizada.

Evidencia-se desta forma que a história das atuais Associações de Bairros de Curitiba nasce do enfrentamento de problemas concretos, cujas soluções todos os moradores sentem como de indispensável urgência no encaminhamento.

Grande parte dos casos foi a luta para garantir a própria moradia ou realizar ocupações coletivas ou a defesa de terrenos já ocupados. Isso significa que tais organizações surgiram em torno de problemas que a partir de certo momento foram tidos como insuportáveis pela maioria dos moradores e por isso literalmente pode-se dizer que nascem a partir de uma necessidade premente.

Posteriormente, para que se transformem em organizações

estáveis, evoluindo para além de sua causa imediata, aconteceu uma série de processos de aprendizagem e de mudanças estruturais permeados por numerosos conflitos. É no entanto, em meio a estes conflitos, que os moradores vão experimentando possibilidades de ação e conquistas frente a problemas de dimensão mais abrangente (especialmente no que diz respeito à política), e desta forma vão compreendendo a íntima relação existente dentro deste amplo contexto, no que diz respeito à problemática que sentem ao seu redor.

Dado o fato que, na origem da maioria destas entidades, está a questão da garantia da posse da terra e da moradia, e tendo em vista a irregularidade da situação do posseiro, não faltou a ação daquele que se declarava proprietário, reivindicando a reintegração da posse através de mandato judicial. A consequência do processo em geral era uma ação de despejo que se fazia de forma violenta, pois de acordo com as diretrizes da Prefeitura, nos inícios das ocupações, a ordem era de proibir construções ou melhoria em casas já existentes.

Para que isto fosse garantido, a Prefeitura se fazia presente nas favelas através dos fiscais que, dispendo de cobertura da polícia, tinham plenos poderes para agir, mandar demolir as casas, ou em casos de recusa eles mesmos tomavam iniciativa, dando ordens aos policiais como relembra um jornal local: "Quem na vila não se lembra dos duros tempos em que os favelados viviam sob constantes ameaças de fiscais; os policiais armados e capangas de supostos proprietários de áreas litigiosas? Não foram poucos os barracos com mulheres e crianças dentro, derrubados por máquinas. Só da favela da Vila São Carlos foram retiradas mediante emprego de violência mais de 800 famílias". (107)

A mesma situação é confirmada por Sr. Salustiano da favela Profeta Elias quando fala da sua experiência na luta com as Associações de Moradores de Bairros nos anos 76, 77 e 78, quando aconteceram muitos despejos nas favelas e não se permitia melhorar as casas. E conforme seu depoimento os fiscais da Prefeitura cuidavam até mesmo à noite para que ninguém construísse suas casas. Tal fato ele confirma dizendo que "*onde se ouvia uma 'búia' (batida) de martelo, lá estavam os fiscais da Prefeitura*". E no mesmo sentido testemunha Alice Linke dizendo que "*o povo já ocupava os piores lugares da cidade que era a beira dos rios e córregos onde cada chuva mais forte alagava e nem mesmo aí tinha sossego. É terrível ver a forma como se tirava do povo o direito de moradia. Se o povo veio para a favela é porque não tinha onde morar. Se são despejados, para onde é que vão?*"

Ainda neste mesmo sentido refere-se o boletim nº 2 de novembro de 1984 das comunidades de favela, elaborado pela pastoral, noticiando o seguinte: "*dia 17 de outubro algumas famílias do Parolim foram chamadas ao Juiz para a palavra final sobre o despejo, porém através da ação de um advogado conseguiram segurar o processo por mais seis meses*".

Neste mesmo sentido observa D. Eleunira, da Associação da Vila Parolim, que o povo sem salário justo, não tendo condições de pagar o aluguel e muito menos de casa própria, procura o lugar menos indicado, abandonado, alagado, pensado; "*aqui ninguém vai mexer comigo*". Chega um, chega outro e de repente já está formada a vila. Dentro das piores condições possíveis, o povo vai se ajeitando. Mas logo aparece a cobiça do proprietário particular e dos órgãos públicos. A maneira de agir de um e de outro, é igual.

Vêm as ameaças, o povo reage, busca apoio, mas não encontra. Nessa briga, o povo vai aprendendo que só pode confiar em si mesmo, na sua organização e união, e vai descobrindo os verdadeiros amigos. Descobre em quem pode confiar e o que tem a fazer. E mais, descobre que só o povo unido, organizado, pode mudar as coisas.

Vemos portanto, que as estruturas organizativas da maioria das Associações nasceram a partir de uma organização imediata precária, em vista de uma necessidade e conflito real. Mas há ainda, outro tipo de organização de bairro, que nasceu de condição completamente diferente das apontadas. São principalmente as organizações criadas em vilas da COHAB, com estruturas previamente determinadas. Pode-se dizer que em muitos casos tais Associações nasceram "*de cima para baixo*" criadas por forças progressistas de fora do bairro tanto da chamada ala "*direita ou esquerda*" da política. Acontece por isso que o objetivo principal em tais associações nem sempre é a integração organizativa em vista de necessidades básicas, mas a inculcação progressiva de propostas ou ideologias trazida pelo grupo de fora. Tal processo por vezes é longo e conflitivo, desembocando em situações ambíguas de compromissos políticos de dirigentes e membros associados.

É importante notar que dificilmente encontramos duas associações que tiveram o mesmo processo de surgimento e evolução. O que existem são situações de semelhança, comuns na trajetória. Todas, porém, nascem do enfrentamento com estruturas sociais ou políticas que as rodeiam, como podemos observar no surgimento da Associação de Moradores do Capanema cujo processo é diferente de enfrentamento por questões de terra ou moradia. Seu histórico é

descrito nos seguintes termos

Como? Por que? E a gente busca e rebusca palavras, fatos etc...etc... para dar uma explicação que agrade, que convença, que porventura cause impacto. E por que não simplificar? Por que essa mania de complicar o que na realidade aconteceu simplesmente? Os problemas que se apresentavam para o bairro eram muitos, e a constatação da necessidade de unir-se para a tentativa de solucioná-los surgiu simples e lógica - uma Associação de Moradores. Aliás a mesma idéia já havida e tentada por outros moradores do bairro, destacando-se na luta Antonio Hallage, que teve como resultado a instalação do Módulo Policial e quadras de jogos no velódromo. A primeira reunião foi em casa de Adelina Santos, onde marcaram presença Therezinha Bassa, Raquel Cirio, Rosebel César e Elizabeth Bassa. Fora lançada a semente. De imediato buscou-se apoio do diretor do Colégio Hildebrando de Araújo no sentido de se conseguir um local onde pudesse ser realizadas as reuniões futuras. Cada um assumiu o compromisso de conseguir para o próximo encontro, a adesão e pelo menos mais uma ou duas pessoas. Assim, no dia 13 de maio de 1986 teve lugar no referido Colégio a primeira reunião que contou com a presença de vinte pessoas, onde foram levantadas reivindicações e sugestões para a solução de problemas deste bairro. Sucederam-se novos encontros criando-se uma comissão representativa e a 9 de agosto verificou-se a Assembléia de fundação da AMC, contando com a presença de setenta participantes, os quais, de acordo com os estatutos tornaram-se sócios-participantes (fundadores). Outras Assembléias tiveram lugar com o intuito de discutir e aprovar os estatutos. E finalmente a 21 de setembro, efetuam-se as eleições, com significativa participação de mais de setecentos moradores, concorrendo duas chapas: 'Novos Rumos' e 'Lutar para defender o Capanema'. Terminado o processo eleitoral, a AMC torna-se realidade(108).

A outra dimensão do conflito na história das Associações está ligada à relação com os órgãos governamentais do Estado. Pois para a maioria da população as condições de vida são incompatíveis com a atual forma de desenvolvimento capitalista e por esta razão a maioria das reivindicações em última análise voltam-se contra o capital, que é o outro polo da relação social de dominação. No entanto, o destinatário principal destas reivindica-

ções é o Estado; pois este assume a qualidade de representante direto dos interesses capitalistas, na medida em que fixa os salários, as condições de trabalho, realiza ou não a reforma agrária, intervém nos Sindicatos, etc. Desta forma, praticamente a totalidade dos moradores toma consciência da ampla responsabilidade do mesmo sobre suas vidas. E muitas vezes a lentidão da solução dos problemas, devida à complexidade da situação, falta de recursos e outros entraves burocráticos, é motivo de enfrentamento entre a população e os órgãos responsáveis, como testemunha a seguinte matéria de um jornal local:

As Associações de Moradores das Vilas Nossa Senhora das Graças, Pompéia, Ipiranga, Rio Bariqui, Santa Helena, Tatuquara, Rio Negro e Santa Celeste, encaminharam ontem um protesto ao Prefeito Jaime Lerner por terem de enfrentar uma série de entraves burocráticos para conseguir uma chance de falar diretamente com o chefe do Executivo Municipal. Ontem à tarde os representantes das Associações estiveram na Prefeitura para apresentar algumas reivindicações, mas, na Chefia do Gabinete foram informados de que 'o Prefeito da cidade estava viajando'; que para conseguir audiência com o mesmo haveria necessidade da presença de um vereador e somente nas terças-feiras pela manhã; que os abaixo-assinados e reivindicações fossem protocolados para que se constituíssem um processo para ser examinado conforme enumeraram na nota de protesto. O que os representantes das Associações iam pedir era a instalação de rede de energia elétrica, colocação de manilhas, instalação de rede de água, extensão de linhas de transporte urbano, abertura de ruas e outros melhoramentos urbanos nos terrenos de favelas. Outro assunto que pretendiam discutir era o problema ocorrido segunda-feira na Vila Pompéia, quando os membros da Associação local teriam sido ameaçados pelos fiscais da Prefeitura por estar sendo feita uma ligação elétrica numa das casas. Os fiscais acusaram a Associação como mandante, e representantes da entidade da Vila afirmaram desconhecer de quem o morador obteve autorização já que ele alega ter sido da própria Prefeitura. O problema ocorrido ontem na Prefeitura foi considerado como situação de discriminação e burocracia, e deve ser encaminhado ao Conselho das Associações de Moradores e Amigos de Bairros de Curitiba a fim de serem discutidas medidas que levem a Prefeitura a re-examinar a forma de atendimento no Gabinete (109).

Como este exemplo citado, são dezenas os casos onde os moradores reclamam que não foram ouvidos em suas reivindicações com a desculpa que a autoridade competente estava viajando ou que por falta de tempo não podiam ser recebidos. E neste sentido diz ironicamente uma moradora atuante na sua Associação que "o povo só recebe agrado dos políticos em véspera de eleições".

Verifica-se que da parte dos moradores a tomada de consciência desta ampla responsabilidade do Estado em geral é lenta. Por isso é comum na fase inicial as organizações de bairros se dirigirem aos órgãos públicos responsáveis, mais com petições do que com exigências e reivindicações. Para tanto servem-se de indivíduos intermediários, políticos próximos, pessoas influentes do lugar, funcionários da administração, etc.

Estabelece-se a partir daí uma relação clientelística de dependência de um intermediário, que por vezes é a única maneira de conseguir atingir o objetivo reivindicado.

De outro lado, é estratégia da própria política vigente conceder favores numa linha paternalista, que coloca em destaque a "bondade" de um candidato político com interesses eleitoreiros.

Em outras situações, quando não funciona o esquema "clientelístico", procura-se um contato direto com a autoridade mais ligada à companhia responsável seja pela distribuição da água, energia elétrica, limpeza etc.

É interessante observar também que, do ponto de vista da

tomada de consciência de que o governo deveria ser o protetor dos direitos do indivíduo, torna-se um adversário contra o qual ele aprende a lutar, seja no momento do despejo, seja na greve (contra a polícia), seja na conquista da água, da luz, da escola, da saúde etc. O governo passa a ser algo fora do indivíduo, que se constituirá no ponto central das suas reivindicações, investigadas ou defesas.

Para tanto, o fator fundamental nesta luta reside na experiência de organização de amplos setores da população, que mesmo em caráter de ação eventual possibilita uma tomada de consciência da necessidade de se exigir do governo a implementação de políticas sociais coerentes e adequadas às necessidades do povo.

Dante desta confrontação, o governo possui o lado real da escassez de recursos, e como estratégias frente às reivindicações, muitas vezes aplicam-se respostas que visam direta ou indiretamente a desarticulação do movimento. Tais respostas variam desde soluções parciais e paliativas, criando paralelismo organizativo com controle administrativo, chegando até em casos extremos à repressão de movimentos reivindicatórios.

Verifica-se desta forma que há uma luta entre as associações e o governo, que promove políticas ditas participativas que na prática revelam-se altamente desmobilizadoras com evidentes formas de manipulação popular, nas quais em geral incentiva-se à participação ao nível da execução dos projetos e nega-se em contrapartida, sistematicamente, a participação nas tomadas de decisões.

Ligado a este conflito ou decorrente deste, há outro aspecto do conflito diante da tentativa de manipulação dos movimentos que é o confronto dos vários grupos orientados por várias tendências ideológicas. Tal conflito muitas vezes provoca um desgaste desnecessário nas Associações, que acabam enfraquecendo as entidades que deveriam se fortalecer cada vez mais, tendo em vista as mudanças necessárias e igualmente reivindicadas por ambas as partes. Os grupos lutam por suas "*linhas doutrinárias*", esquecendo-se dos objetivos e lutas mais amplas que devem ser transformados por ambas as partes. O sistema beneficia-se com o desgaste político das várias correntes ideológicas em confronto.

Esta questão é bastante evidente na seguinte matéria extraída de um jornal local:

A liderança das Associações de Moradores de Curitiba e Região Metropolitana, está denunciando a manipulação havida durante o I Encontro de Associações de Moradores da Região Metropolitana visando a formação da Associação de todas as entidades da Região Metropolitana. O citado Encontro foi efetivado recentemente, tendo sido marcado por série de divergências entre os dirigentes de Associações. De acordo com aquela liderança, enquanto a mesma buscava a unidade do movimento, alguns 'grupelhos', apoiados por falsos progressistas desprovidos de representatividade junto às Associações de Moradores tratavam de criar Associações fantasmas. Como isso não bastasse para satisfazer a ânsia de poder e conquistar cargos na nova agremiação, em desespero de causa, durante o I Encontro recorreram a todo o tipo de pressões antidemocráticas e imorais para atingir seus objetivos. Dizem os líderes: como não reconhecemos a representatividade destes 'grupelhos' junto ao movimento de moradores, e por não admitirmos sermos tutelados por estranhos; alguns com interesses escusos, outros com interesses eleitoreiros, decidimos constituir o Conselho independente das Associações de Moradores de Bairro da Região Metropolitana de Curitiba a ser gerido por nós mesmos que bem conhecemos nossos problemas e aflições; sem termos necessidade de sermos dirigidos por aventureiros alheios ao movimento de Moradores (140).

Neste mesmo sentido, outra questão conflitiva muito comum nas Associações é a questão de fraudes nas eleições representativas, que freqüentemente está ligada à questão político-partidária. A esse respeito, uma matéria do jornal Correio de Notícias notifica o seguinte: "*Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada sábado passado, a Associação de Moradores da Barreira e Abranches resolveu anular o resultado da eleição convocada no último dia 23 e conduzir Milton Pienegonda à frente da Associação. Segundo o presidente eleito da entidade, durante as eleições do dia 23, foram acusadas várias irregularidades e por unanimidade de votos a população de bairros acatou a anulação do pleito anterior. A Chapa 1 - União e Trabalho - encabeçada por Pienegonda, está convocando os associados para a posse neste domingo às 15 horas*" (111).

Pode-se dizer que tais formas de ação acontecem especialmente quando a maioria dos destacamentos políticos e lideranças, não se propõe incentivar a capacidade de criação histórica dos moradores e sua participação efetiva nas decisões. São desta natureza as práticas de clientelismo, onde a política é vista pelos moradores como um meio de conseguir regalias.

Esta prática de eleitorismo em geral acontece nas Associações onde não existe uma ação política contínua de conscientização e a população só é mobilizada nos períodos eleitorais, tanto das eleições da chapa como na campanha de política partidária. O princípio é de que o povo, quanto menos informado da situação tanto mais facilmente pode ser manipulado. A tática é manter o povo na ignorância da verdade dos fatos, por aqueles que adotam tal ação política. Para tanto, é preciso "informar desinformando".

Na falta de uma orientação específica para atuar no movimento popular em seus diversos momentos de luta e a partir de seus interesses, isto se transforma numa prática de doutrinário-mo da ideologia dominante, que faz o povo acreditar que é "eternamente dependente" daquele que tem poder de barganhar os votos. Tal "doutrinari smo", não raro, se faz através de ameaças as mais absurdas possíveis. Conquista-se pela pedagogia do "medo". Se não votar em mim... Se não estiver do meu lado...

Observa-se neste sentido que os conhecimentos teóricos que as lideranças possuem, as alianças políticas que estabelecem e o poder real que de fato detêm, os colocam numa situação privilegiada de poder, em relação aos movimentos de bairro.

Isto se dá na medida em que na nossa sociedade, o saber, e sobretudo o saber acumulado pelas classes dominantes, é poder.

De fato, apesar das práticas educativas com metodologia e técnicas de participação estar acontecendo nas bases, presencia-se uma renovação das práticas de dominação, onde a manipulação se dá de maneira muito sutil, a nível horizontal.

A AÇÃO POPULISTA E DEMOCRACIA NA BASE

Tornou-se evidente na abordagem do surgimento e desenvolvimento das Associações de Moradores no Brasil, a partir de 1930, que o traço característico da política neste período é o fenômeno dos governos populistas que movimentaram as massas, desenvolvendo uma práxis que assegurava a manutenção do poder e a garantia dos interesses das classes abastadas.

A influência da política do populismo vai penetrando também os diversos movimentos e pode-se constatar a reprodução dos mesmos esquemas na ação de Presidentes de Associações, que através de discursos demagógicos e promessas muitas vezes impossíveis de serem cumpridas, angariam a simpatia e confiança da população. O interesse real na verdade acabá sendo conquistar a popularidade e preparar as bases para a campanha política; seja ela do próprio Presidente da Associação ou de outro político mais influente ao qual presta serviço e que lhe dá sustentação financeira, para permanência no cargo à frente da mesma Associação.

Além disso, como já foi mencionado anteriormente, em muitos casos, a forma de resolver os problemas da população define-se por uma pedagogia paternalista de "dar o peixe" e não "ensinar a pescar". Prática esta que facilmente atrai pessoas caren-

tes e contribui para que se instalem mais ainda na sua situação de dependentes. Neste sentido encontramos aquela figura de Presidente de Associação que resolve todos os problemas pela população, em conchavos com amigos no poder, sem uma participação direta da comunidade. Esta maneira de agir, além de favorecer a acomodação, é uma forma de trabalhar que rende muitos votos, no atual estágio de consciência política em que se encontra a grande parte dos eleitores.

Nesta perspectiva, Marilena Chauí define o populismo como a política de manipulação das massas, as quais são impelidas à passividade, imaturidade, desorganização; consequentemente um mixto de inocência e de violência que justificam a necessidade de educá-las e controlá-las, para que subam corretamente ao palco da história (112).

Mediante esta afirmação pode-se visualizar, ao longo da história de nossa sociedade, uma política que predomina sobre a sociedade civil, concentrando recursos e mecanismos de poder sobre as maiorias, tornando assim a participação efetiva nos processos de decisão um privilégio das minorias, que definem o futuro e a história das maiorias excluídas. Evidencia-se portanto uma organização do poder e dos instrumentos de poder predominantemente excludentes. Poucas instituições e poucos dentro da instituição decidem. As maiores manifestações de participação se dão apesar e fora dos mecanismos legais que os espaços institucionalizados oferecem. Pode-se dizer que, ao longo da história do Brasil, aconteceram grandes momentos de participação intensa das massas, como nas campanhas pelas "diretas-já". Mas se nos pergunta-

mos o que sobrou desta movimentação toda, diríamos que ficou a lembrança, a experiência e a frustração..., o que leva a população à descrença na própria mobilização.

Para Francisco Weffort, a peculiaridade do populismo vem de que ele surge como forma de dominação nas condições do vazio político em que nenhuma classe tem hegemonia, e exatamente porque nenhuma classe se afigura capaz de assumi-la (...) Na adesão das massas ao populismo, tende necessariamente a obscurecer-se a divisão real da sociedade em classes com interesses sociais conflitivos e a estabelecer-se a idéia do povo ou da nação, entendido como uma comunidade de interesses solidários (113).

Octávio Ianni localiza historicamente o populismo brasileiro explicitando-o no seguinte conceito:

O populismo brasileiro surge sob o comando de Vargas e os políticos a ele associados. Desde 1930, pouco a pouco, vai se estruturando esse novo movimento político. Ao lado das medidas concretas, desenvolveu-se a ideologia e a linguagem do populismo. Ao mesmo tempo que os governantes atendem uma parte das reivindicações do proletariado urbano, não se elaborando instituições e símbolos populistas. Pouco a pouco formaliza-se o mercado de força de trabalho, no mundo urbano industrial em expansão. Ao mesmo tempo as massas passam a desempenhar papéis políticos reais, ainda que secundários. Assim pode-se afirmar que a entrada das massas no quadro das estruturas de poder é legitimada por intermédio dos movimentos populistas. Inicialmente, esse populismo é exclusivamente getulista. Depois, adquire outras conotações e, também denominações. Borghismo, queremismo, juscelinismo, jangunismo e trabalhismo são algumas das modulações do populismo brasileiro. No conjunto, entretanto, trata-se de uma política de massas específicas de uma etapa de transformações econômico-sociais e políticas no Brasil. Trata-se de um movimento político, antes que um partido político. Corresponde a uma parte fundamental das manifestações políticas que ocorrem numa fase determinada das transformações verificadas

nos setores industrial e, em menor escala, agrário. Além disto, está em relação dinâmica com a urbanização e os desenvolvimentos do setor terciário da economia brasileira. Mais ainda, o populismo está relacionado tanto com o consumo em massa como com o aparecimento da cultura de massa. Em poucas palavras, o populismo brasileiro é a forma política assumida pela sociedade de massas no país (114).

Para Weffort, no populismo as massas desempenham um papel de contraponto de uma crise de hegemonia onde passa a existir uma espécie de relação reciproca entre massas e poder. De um lado, o poder só pode ser mantido se se tornar receptivo às aspirações populares; de outro, o próprio Estado, por força de sua necessidade de apoio, passa a reconhecer nas massas o direito de reivindicação. Apesar disso, no entanto, até porque não se trata efetivamente de um Estado das massas, o poder procura controlar a sua dinâmica: a estrutura sindical, a legislação trabalhista, a ideologia paternalista, a repressão.

Trata-se de um Estado que só tem suas condições de existência garantidas através de mecanismos de manipulação - comunicação, instituições financeiras, controle das exportações, etc, que lhe permitem atuar acima dos grupos economicamente dominantes. Assim a contrapartida para a inexistência de um único grupo social ou de um conjunto deles articulados no poder é a política voltada para as massas. Para ele esse Estado passa à condição de árbitro que decide em nome dos interesses nacionais, aberto a todas as pressões sem se subordinar exclusivamente aos objetivos imediatos de qualquer delas. Não é um Estado oligárquico e também não é um Estado burguês tradicional. É um tipo de Estado de massas, resultado da crise agrária, da dependência dos setores médio-urbanos e da pressão popular manipulada.

Evidencia-se portanto, que o fundamental do populismo é a política que preconiza a harmonia das classes sociais, e por sua vez o intento de "*devolver o país ao povo*". Traz consigo a necessidade de fortalecer os laços de cooperação entre capital e trabalho, diluindo-se assim as linhas de classe. A paz social apregoada por seus líderes é a paz nas relações entre as classes sociais encarada como pré-requisito das tarefas de emancipação econômica do país e generalização do bem estar social ao povo, sem rever as estruturas.

O paradoxo do populismo está portanto em que ele se funda num pacto de classes sociais, beneficiando seus grupos mais ativos, que continuam a desenvolver como tais ao longo da duração do pacto. Tal aliança entre as classes sociais envolvidas neste tipo de política não se rompe devido às divergências e antagonismos com outras categorias sociais, mas se mantém exatamente por causa das ambigüidades e incertezas das forças populistas, quanto aos seus meios e aos seus fins.

A nível de uma política local, o populismo é marcado por um jogo de relações de poder e influência que integra elementos de grupos dominantes do local e de fora. A orientação desta política implica numa adaptação das tendências políticas nacionais às condições vigentes; em desenvolver uma práxis que assegure a manutenção do poder, garantindo os interesses de classe nem sempre assumidos pela população, mas defendido pelas circunstâncias.

Esta práxis por sua vez se caracteriza por uma pressão orientadora que conduz consequentemente a uma dependência do po-

der local face aos níveis superiores e a decisão estadual e federal. Desta forma, a nível das Associações o populismo é garantido pela barganha política entre segmentos dos grupos dominantes internos das mesmas com grupos externos da política local, cuja vinculação garante benefícios à população, mistificando tanto a figura do líder "carismático" como de seu representante político junto ao povo. Os meios de personificação das autoridades variam desde a concessão de favores até os já conhecidos gestos políticos como "tapinhas nas costas". Tal política confirma o depoimento do Jornal dos Bairros de 2 de junho de 1979, extraído do arquivo da Casa da Memória, referindo-se ao Prefeito em exercício, na época Jaime Lerner: *"Lerner tem se mostrado um administrador com elevada preocupação com o povo, tanto que há pouco esteve num dos conjuntos residenciais da cidade levando pessoalmente a nova tabela de preços fornecida pelo Banco Nacional da Habitação. O Prefeito é um homem que conhece bem sua cidade, é humano e corresponde a todos os anseios da população, dando prova de que seu objetivo em pouco tempo será alcançado; o de fazer de Curitiba uma cidade cada vez mais humana"*.

Outra moradora, falando da trajetória política de um candidato, diz que como advogado para tornar-se popular expõe-se até mesmo a enfrentar a polícia nas situações de despejos, em vista da popularidade. Este é o caminho de outros militantes que têm justas aspirações de lutar por moradias e outras necessidades básicas, organizando ocupações de áreas e expondo-se a situações de risco, não apenas de si mesmo mas também da massa envolvida.

De um lado tal ação não deixa de ser uma luta justa e um

alto nível de consciência e de compromisso com os necessitados; porém em muitos casos evidencia-se que subjacente a isso está um interesse claro de deter uma "*massa de manobra*".

Evidencia-se que as atitudes populistas não levam em consideração a caminhada do povo, seja por uma ingenuidade política ou por uma astúcia que ignora ou oculta uma visão de conjunto da realidade social local, impedindo a compreensão das verdadeiras e últimas causas dos problemas considerados.

Através desta maneira de atuar, a "*liderança*" que está à frente quer que se lhe delegue a luta do povo, e a manifestação neste esquema tem sempre o carreirismo político. Formam-se bases, mas o candidato (*liderança*) não é para as bases, não é colocado a serviço do crescimento da organização, não tem em vista a emancipação de outras lideranças por medo da concorrência. Ao contrário, as bases é que são para ele a liderança. Querer apoiar-se destacadamente em setores que já têm poder é oportunismo que coloca o povo à margem do processo participativo; é limitar a emergência de novas lideranças populares no cenário político.

Embora seja constatado que haja oportunismo e tentativas de manipulação ou manipulação de fato, a novidade em relação às Associações é referente a certa independência que mantêm em relação aos partidos e aos políticos profissionais, no sentido de expressarem sua capacidade e os desejos de base da sociedade. O novo está na sua forma autêntica de participação, quando se opõem à manipulação, manifestando-se numa ação consciente que impede a

cooptação, garantindo assim a expressão dos verdadeiros interesses populares, sufocados muitas vezes pelos partidos ou por políticos profissionais. Isto verifica-se especialmente em manifestações espontâneas, em caráter de resistência a uma dada situação, ou em manifestação de apoio em reivindicações contestatórias. Nestas situações, se o povo não fala com palavras fala com atitudes. Tais expressões ao se tornarem constantes e até comuns, são vistas como formas autênticas de participação popular, onde a democracia interna garante, tanto a manifestação de uma vontade coletiva, quanto o confronto direto com as políticas públicas autoritárias.

Entretanto, o que fundamenta estas novas identidades de sua expressão é a experiência de vida comum que reúne o grupo e seu modo democrático de funcionamento, que garante a autenticidade do grupo. E como novos atores do cenário político, as Associações se caracterizam como fontes de transformação da sociedade, na medida em que organizadas a partir de novas identidades sociais, ultrapassando o quadro institucional vigente e exigindo o reconhecimento de categorias excluídas do jogo político tornando-se instrumentos de modificação deste jogo.

Possuem a clareza de que só será possível cumprir este papel transformado, na medida em que for possível sua unificação e superação das ações típicas de competição e fragmentação. Há um esforço de aproximação, porém encontramos dezenas de obstáculos que dificultam a concretização de tal objetivo. Podemos dizer que o quadro de tais movimentos expressa plenamente a contemporaneidade em que vivemos e procura mover-se neste terreno

dividido de acordo com o espaço de que dispõe, porém, a tarefa mais difícil não deixa de ser a de se evitar a diluição das forças aumentando as diferenças, bem como construir e ampliar o espaço democrático que todos aspiram.

CAPÍTULO 4 - O PROCESSO EDUCATIVO NO INTERIOR DAS ORGANIZAÇÕES POPULARES

A ORGANIZAÇÃO INTERNA DAS ASSOCIAÇÕES

Pode-se considerar que a base da representatividade das Associações de Moradores em comunidades onde têm sede e domicílio, é constituída por pessoas com características semelhantes, no que diz respeito ao seu poder aquisitivo e pertença a determinada classe social.

Tais pessoas normalmente compartilham de uma mesma vizinhança, dos mesmos problemas, dificuldades e anseios em relação ao contexto em que vivem e da forma como se relacionam. E por vivenciarem a mesma realidade pode-se considerar que seus interesses, em relação ao bem estar social, voltam-se para uma direção comum.

Há casos em que fazem parte da categoria "*Amigos de Bairro*", pessoas oriundas de outro bairro e que têm interesse em dar apoio à iniciativa, especialmente em favelas ou loteamentos que ainda não dispõem de representatividade, ou têm falta de lideranças que dinamizam a luta no bairro.

Especialmente em áreas de ocupação, encontramos filiados com um intuito de conseguir um lote no local através da mesma Associação. Tal fato também não significa que aqueles que constroem seu barraco, sem estarem filiados à Associação local sofram algum tipo de restrição ou pressão para abandono da área. Pelo contrário, há muita solidariedade entre as pessoas nestas circunstâncias

e incentiva-se a filiação das mesmas à organização.

A grande riqueza das Associações está em que conseguem reunir elementos de quase todos os grupos da comunidade, como militantes de partidos, do time de futebol, fiéis das várias Igrejas, clubes de mães, movimento do custo de vida, etc.

Neste sentido rompem-se as barreiras doutrinárias de cada grupo, em vista de um interesse maior na luta por melhoria das condições de vida nas vilas, tais como: creche, área de lazer, melhoramentos no transporte, posto de saúde, etc. Há casos em que a diversidade de ideologias e convicções religiosas é motivo de acirramento de posições, que podem ser entraves na organização; mas sempre há um enriquecimento no sentido de ajudar no crescimento da tomada de consciência da realidade para muitas pessoas. Novas idéias contribuem para o dinamismo da organização.

O atrelamento de uma Associação a uma religião, partido ou outra corrente ideológica, fatalmente exclui a participação de moradores que não concordam com tal atitude. Tal fato porém, não impede que pessoas pertencentes a tal grupo ou religião participem como membros integrantes da mesma Associação.

Verifica-se neste sentido que o fato de surgir a organização comunitária já é motivo de interferência na realidade, na medida em que esta vai modificando a realidade local e o nível de consciência das pessoas envolvidas.

Fator de destaque nas Associações é o fato da mulher es-

tar assumindo progressivamente funções básicas e posições de liderança nas mesmas, criando um fato político novo. Constatase no entanto que em alguns casos há resistência em consequência de uma mentalidade predominantemente machista que ainda não está suficientemente preparada para assimilar tal fato. Com efeito, confirma-se a significativa participação das mulheres na sua maioria absoluta. Tal fato decorre especialmente da sensibilidade maior às questões que tocam no orçamento familiar do dia-a-dia ou por realmente disporem de mais tempo para reuniões e atividades da mesma.

Deve-se levar em conta que do lado masculino há também uma acomodação e em muitos casos inversão de interesses pessoais, tendo em vista que boa parte dos homens prefere gastar seu tempo livre, bebendo e jogando no boteco, do que preocupar-se com reuniões ou engajamento na luta.

É inegável que hoje o aspecto mais marcante, seja dos movimentos populares em geral ou das Associações de Moradores, é a crescente organização da mesma, onde é indispensável que cada membro ativo tenha sua função bem definida concretizando tarefas em favor do movimento.

Alguns aspectos da organização variam de Associação para Associação, de acordo com o estágio de desenvolvimento da mesma e com a realidade em que cada uma se insere. Via de regra, todas são constituídas de uma diretoria representada por um Presidente e um Vice; um Secretário e Tesoureiro e respectivos suplentes.

Esta é a estrutura mínima que em geral encontramos em todas as Associações. Além disso normalmente constitui-se um conselho da assessoria e fiscalização da diretoria que varia de três a seis pessoas.

Quanto as principais atribuições de uma Associação, pode-se dizer resumidamente que consta do seguinte:

PRESIDENTE (OU VICE EM EXERCÍCIO)

- Cabe a ele a direção geral da Associação exercida em colaboração com seu auxiliar e respectivos secretários e tesoureiros.
- É responsável pela convocação das reuniões periódicas dos membros da diretoria ou da Assembléia, incumbindo-se da coordenação das mesmas.
- Responsabiliza-se pelo contato e integração com outros movimentos.
- Responde à comunidade pela finalidade de sua Associação e execução de programas no bairro.
- Efetivamente responde pelos demais membros da diretoria no exercício de sua função.

SECRETÁRIO (OU SUPLENTE)

- Tem a função principal na redação de ofícios, atas, requerimentos e demais documentos pertencentes às Associações. Conseqüentemente é o responsável por esta documentação que lhe é confiada.
- Como participante da diretoria nas reuniões, é o auxiliar direto do Presidente.

- Substitui o Presidente ou Vice em seu impedimento.

TESOUREIRO (OU SUPLENTE)

- Responde pelas finanças da Associação, devendo prestar contas das receitas e despesas tanto para a comunidade como para a administração pública federal.
- No geral é o responsável por todo o movimento financeiro da Associação, das arrecadações dos sócios, devendo apresentar o balanço das atividades realizadas no mandato e por ocasião da entrega do cargo.

CONSELHO DE ASSESSORIA E FISCALIZAÇÃO

- Acompanha e fiscaliza os atos da tesouraria, examinando os balancetes, emitindo pareceres a seu respeito e informando os associados.
- Em casos de omissão de obrigação da diretoria toma as providências cabíveis.
- Em casos de demissão coletiva da diretoria assume a direção da Associação, providenciando nova eleição, em geral no prazo de trinta dias.

Há também o quadro de associados com direito à fiscalização da entidade, com direito à voz na Assembléia Geral. E esta por sua vez é o órgão máximo da Associação, compondo-se de todos os seus sócios, em gozo de seus direitos estatutários.

Em Assembléia Geral procedem-se as eleições da diretoria obedecendo aos respectivos estatutos. A diretoria é eleita por

dois, três ou mais anos, mas o mais comum é a gestão de dois anos.

Com antecedência são abertos espaços para que as chapas possam se constituir e se inscreverem para a concorrência.

Necessariamente cada Associação dispõe de um estatuto com disposições que regem os direitos e deveres, tanto da diretoria como dos respectivos associados. Tal estatuto via de regra obedece a um modelo padronizado, adaptando-se a cada realidade local. Os mesmos devem ser elaborados e aprovados pelos membros da Associação, determinando suas finalidades e objetivos que devem ser amplamente divulgados entre os seus associados, para facilitar o seu cumprimento. Este deve ainda ser devidamente registrado em cartório, para que a entidade tenha validade jurídica perante a sociedade.

Fazem parte ainda de toda e qualquer Associação os bens patrimoniais pertencentes à comunidade que normalmente representam bens de imóveis (sede), móveis, verbas, subvenções, donativos, contribuições de associados ou resultados de atividades sociais promovidas pela entidade.

A partir desta estrutura administrativa mais geral, algumas Associações constituem comissões ou equipes de trabalho que dispõem de real interesse pelos problemas do bairro, objetivando o encaminhamento de problemas comuns mais sentidos pelo bairro.

De acordo com o objetivo a ser cumprido formam-se os gru-

pos e dividem-se as tarefas. Estas podem ser as mais variadas possíveis, tais como: promoções especiais de lazer e recreação, equipes esportivas, equipe de comunicação e elaboração de jornal do bairro, comissão de reivindicações de transporte ou outras melhorias do bairro, equipes de mutirão, etc.

O PROCESSO EDUCATIVO PARA A DEMOCRATIZAÇÃO

Para se pensar o processo educativo para a democratização nas Associações de Moradores, é de fundamental importância considerar as novas práticas do cotidiano que redefinem suas relações sociais em vista do estabelecimento de uma nova ordem estrutural em nossa sociedade.

O importante nesse processo é que a democracia passa do nível ideológico (conceito liberal de democracia), para o nível das necessidades fundamentais de sobrevivência e de reprodução da população, seja no nível econômico, político ou social. Desta forma o tema da democracia não é apenas uma mera condição abstrata, mas viabiliza-se numa prática concreta. A democracia vai sendo entendida fundamentalmente como justiça social na busca de pão, teto, saúde, educação etc, para todos. E sob esta perspectiva entende-se o processo educativo como um processo de auto-educação que nasce das lutas do povo.

Identifica-se neste sentido igualmente o aspecto da resistência nas lutas onde revela-se uma capacidade questionadora no reconhecimento dos problemas do bairro e da cidade onde o indivíduo não se vê simplesmente engolido e assimilado por esta, mas na responsabilidade de dar sugestões e sua contribuição para resolver os problemas da mesma.

É a partir da participação nas lutas que o indivíduo pas-

sa a compreender melhor a complexidade estrutural da sociedade atual em que vivemos e reconhece que nem sempre a solução acontece de forma tão simples como imaginava.

Neste complexo contexto, passa a compreender a ampla estrutura de poder que o rodeia e que na sua individualidade e no isolamento, pouco ou nada pode contra o "gigante", na luta pela transformação do mesmo. Descobre a partir daí que é imprescindível a organização do trabalho comunitário onde é canalizada a força de trabalho de cada um dos membros, seu poder criativo, sua imaginação e talento, para fins coletivos de ação.

Pode-se dizer que este processo de aprendizagem pela participação comprehende a importância da descoberta: 1º) por cada um individualmente; 2º) por cada grupo; 3º) por uma organização comunitária da importância de descobrir os instrumentos e articular através de métodos próprios que conduzam a uma ação eficiente e realmente transformadora da realidade em que se insere. Uma formação que acontece na medida em que se desencadeia o processo de transformação, sendo que este resulta de um saber organizado que possibilita redimensionar esforços que provocam uma ação clara e eficaz.

Nesta luta, pode-se dizer que na medida em que cada indivíduo sai do seu individualismo tornando-se mais comunitário e consequentemente mais consciente e crítico da realidade, num duplo processo o indivíduo ajudou a transformar a sua realidade. Pois transforma a sua comunidade implantando a democracia no seu sentido real e ao mesmo tempo constrói-se a si próprio como ci-

dadão consciente, aberto, e capaz de enfrentar e trabalhar os conflitos ao seu redor.

Verifica-se portanto que o processo educativo para a democratização se reveste de um duplo caráter político: como instrumento de aprendizado e conscientização pessoal e como ação concreta na busca da justiça e paz social. Com efeito, o grupo comunitário somente chegará a uma mudança social na medida em que cooperativamente cada um passa da consciência ingênuas a uma consciência crítica, em vista de uma articulação mais ampla que possibilite mudanças sociais.

Pode-se considerar neste nível que a educação para a democracia identifica-se como uma forma de solidariedade na qual os indivíduos e os grupos associados se engajam na busca de identificação para a solução de seus problemas e necessidades, procurando responder aos desafios com espírito cooperativo, que reverte o sistema de concorrência.

Para tanto, o comportamento democrático exige disposição de abertura onde cada qual aceita e busca a participação do outro numa relação de igual para igual, entre indivíduos de natureza diferente. Uma igualdade que se manifesta no trabalho de articular a diversidade de categorias sociais, dada pelas situações concretas que cada um vivencia e pelo nível de consciência que cada um possui.

Coloca-se aqui a questão da unidade que resguarda essa diversidade que é obtida: na luta em comum, no esforço coletivo de

aprender a partir de suas práticas sociais; o conteúdo da realidade, os critérios e as categorias de análise para interpretá-la. Assim evidencia-se que o contato, o inter-relacionamento, a comunicação, e a troca de experiências de vida, são formas de favorecer a expressão da perspectiva comum que deve ser manifestada e vivida entre os membros da associação. A troca de informações cria uma sintonia, um reforço mútuo, e as possibilidades de ação conjunta e coordenada. As ações conjuntas e as formas de organização e expressão que daí decorrem, são fatores que consubstanciam esta unidade, sobretudo em momentos emergenciais do grupo.

Destaca-se também a participação cooperativa e crescente democratização em várias Associações, no que diz respeito à tomada de decisões frente a problemas de natureza política, referentes à execução de projetos que envolvem interesses da população, e que devem ser previamente discutidos pelas bases. Exemplos estes, que se traduzem nas formas de urbanização de favelas; transferência de favelados para outros locais; as formas de serem transferidos, e o grupo que deverá sair ou deverá ficar.

Tais projetos, para não evoluirem em processos de violência desnecessária, exigem da parte dos órgãos públicos, que se respeitem todas as etapas e os passos a serem dados, levando em conta a participação ativa e as sugestões da população.

Percebe-se portanto, que o povo quer ver a democracia instaurada, nasceu para viver na democracia, e luta por ela; porém quando seus direitos não são respeitados, reage conforme os meca-

nismos do sistema que o atinge violentamente de todas as formas e em todos os momentos. Na escola da vida, ou na escala de violência, aprendeu a defender-se criando mecanismos de resistência para sobreviver. E sob esta perspectiva lembramos do pensamento de Gramsci ao tratar da questão da hegemonia, referindo-se às enormes dificuldades da obtenção da mesma onde a sociedade civil é complexa com todo seu aparato defensivo de poder, mas, onde a hegemonia das classes subalternas continua sendo necessária e possível. Mesmo assim em graus variados de intensidade de cada situação o processo de transformação vai se consolidando com todos os avanços e retrocessos aparentes.

Com relação às Associações deve-se ressaltar, num primeiro momento, o componente altamente educativo que deriva da própria ação política cotidiana de formação das Associações: é a luta diante das contradições e ambiguidades que conduzem a circunstanciais vitórias ou derrotas. Uma segunda questão que merece atenção de quem trabalha com tais movimentos ou em tais movimentos, é que se crie dentro de suas estruturas um campo educativo mais especificado. Espaço este que permita formar pessoas sempre mais livres e responsáveis (especialmente no que diz respeito à ação política); possibilitando práticas democráticas de informação, organização, e ação em atividades externas. Tal espaço refere-se à possibilidade de nascerem dentro dos mesmos departamentos educacionais e culturais com objetivo de formar militantes de competência nas bases, que sejam assessores dos próprios movimentos, bem como a possível contribuição a ser dada a outros grupos.

Verifica-se que cada momento é um momento de aprendizagem e um passo a mais na instauração da democracia. E um passo importante neste sentido, é a unidade grupal ou inter-grupal dentro da diversidade que vai se estabelecendo na luta em comum, no esforço coletivo de aprender a partir das práticas sociais e organizativas, a formulação de estratégias educativas mais eficientes que permitam a incorporação de amplos setores da população ainda não organizados. Tal desafio consiste em descobrir como articular melhor o trabalho com as massas exercido no papel importante que os partidos deixam de exercê-lo ou só tentam exercê-lo em vésperas de eleições.

A REPRODUÇÃO DO PODER PELA ESTRUTURA VIGENTE

Abordar a questão da reprodução do poder, no interior das Associações de Moradores, sempre possibilita um risco de se cair em contradição, pelo fato que tais organizações são tidas como germe embrionário da nova sociedade que vai sendo gestada a partir do avanço popular. Pois, tais organizações constituem-se sobre estruturas originais resultantes de processos democráticos de participação das bases decorrentes das formas de organização interna do movimento, e pela dimensão da representatividade na execução das tarefas que se fundamentam em princípios de ação coletiva.

Tais estruturas representam a democracia praticada pelas classes populares na vida cotidiana, onde as novas relações aumentam os níveis de sociabilidade, canalizando e organizando os anseios capazes de modificar determinados segmentos, seja da sua estrutura de poder local ou conjuntural da sociedade.

De outro lado, verifica-se que em vista da legalidade institucional e até mesmo por uma questão de sobrevivência as mesmas Associações de Moradores devem se estruturar segundo modelos tidos como "*expressão do comunitário e democrático pelo poder vigente*"; a partir daí seus objetivos e ritmos de mobilização, ao invés de redefinirem os espaços de autonomia e liberdade de cidadania, acabam na prática renovando padrões sócio-culturais do cotidiano embutidos na macro-estrutura da sociedade que privilegia o sistema

de centralização do poder pela concentração do capital, com base no acirramento das contradições reais insuperáveis.

O PODER ESTATUTÁRIO

Ao se referir à questão estatutária nas Associações de Bairros manifesta-se, por base evidenciada e indiscutível, que não se pode conceber a existência de qualquer organização sem uma estrutura por mínima que seja. Esta se faz necessária tanto por uma questão de representação jurídica legal, como forma de facilitar a convivência entre os membros integrantes da entidade ajudando-os a alcançar as metas pré-estabelecidas.

O estatuto dentro de uma Associação, entretanto, pode ser considerado como "faca de dois gumes", de acordo com a aplicação e uso que se faz do mesmo. Ele pode ser instrumento nas mãos dos associados que através dele juridicamente asseguram seus direitos tanto internamente como externamente, e no caso de violação destes direitos é a arma com a qual podem defendê-los.

Os mesmos estatutos asseguram ainda o poder de controle da própria diretoria no sentido de possuir o direito de solicitar desta, sempre que necessário, informações sobre medidas ou atos que a diretoria vem desenvolvendo junto à comunidade, segundo as atribuições que lhe foram confiadas. E neste sentido a quase totalidade das disposições dos mesmos visam a defesa dos interesses do associado como sujeito do processo para o qual se orientam e em função do qual as disposições existem.

Considerando o fato de que vivemos numa sociedade juridicamente estabelecida e organizada em leis, burocraticamente o estatuto é o instrumento de legitimação e garantia dos direitos do associado como cidadão frente a esta sociedade. Isto significa que a sociedade burocrática em que estamos inseridos representa uma forma de poder como tal, e que só podemos confrontá-la nas mesmas dimensões de um poder burocrático. Desta forma evindica-se que a institucionalidade além de necessária é elemento que potencializa o poder comunitário frente ao político e burocrático, ao mesmo tempo que está submisso a ele pela dimensão estrutural que representa. Dentro destas condições tais instâncias de poder desempenham simultaneamente e dentro de certos limites, funções executivas, reivindicativas, e fiscalizadoras das ações de seus líderes, obedecendo a esquemas de exigência pré-estabelecido pelo sistema em vigor.

Verifica-se, a partir desta dimensão estrutural e burocrática, que o movimento popular, através das Associações, possui um instrumento para coordenar sua organização e ação sistemática na medida em que reivindica seus direitos, concretizando o objetivo da construção de uma sociedade mais justa e participativa.

E tal participação se dá efetivamente dependendo de uma postura do poder público conjugada de outro lado à suposta organização e maturidade do movimento popular. Pois na medida em que o poder público estabelece uma postura aberta de acolhimento das propostas, facilita a discussão e encaminha a execução; permite o surgimento de novas formas e canais pelos quais se dá a participação e a democracia se estabele. Dentro desta dimensão é impor-

tante registrar que no geral o grau de consideração dispensada pelas autoridades frente às demandas apresentadas, é de fundamental importância o nível de mobilização, organização, visão crítica, clareza dos problemas e alternativas de solução apresentadas, acompanhadas da capacidade de atuação e dinâmica do movimento na consecução das tarefas. Isto determina a agilização nas respostas do poder público e representa a força da ação mobilizadora capaz de conquistar novos espaços até então negados à classe popular.

A apropriação, ou melhor, o uso indevido do estatuto na Associação, pelas lideranças, transforma-se em absolutização do poder, onde torna-se impossível o diálogo ou questionamento da legalidade de certas atitudes frente à coletividade. Situações como estas onde "*em nome da lei*", "*respaldado pela lei*", legitimam-se os abusos na certeza de que dificilmente acontecerá o flagrante ou destituição do cargo no "*país da impunidade*".

Como foi mencionado anteriormente, os estatutos no geral e em princípio são amplamente democráticos, orientando os movimentos a promover a democracia interna, favorecendo amplamente as discussões dos problemas que dizem respeito aos moradores. O que desvirtua os objetivos do poder implícito, são exatamente os oportunismos inescrupulosos que acontecem quando se têm em vista interesses pessoais e ilegítimos frente à coletividade.

Neste sentido há casos de Associações em que o estatuto existe como formalidade, porque na prática a lei é aquilo que pensa o seu presidente e diretoria, coniventes com os mandos e desman-

dos que se verificam. Tal fato se sucede quando não há entre os associados um conhecimento aprofundado dos próprios estatutos, ou então, naquilo que é mais comum acontecer, quando o presidente da Associação age como "poderoso chefão" do bairro, onde a população não pode enfrentá-lo por ter até a própria vida colocada em risco. E nestes casos o mais conveniente é "não colocar o dedo na ferida".

Em casos extremos de autoritarismo, a "democracia" interna nas reuniões da Associação significa ouvir a falação do seu presidente e sua diretoria, assim como acatar as resoluções tomadas pelos mesmos. A discussão que deveria ser "ampla e aberta" resume-se em ouvir o discurso da liderança, e quando lhes é dado o direito de falar, a diretoria já não tem mais tempo de ouvir.

Neste mesmo aspecto, quando se trata de decisões que cabem à Assembléia Geral, esta é a última palavra ou instância suprema de deliberação conforme os estatutos; porém como em toda e qualquer instituição há sempre o risco de manipulação das decisões pela liderança. Desta forma, a título de formalidade, cumpre-se o estatuto vigente enquanto na prática prevalece a voz do seu presidente ou diretoria a ele ligada. Tais situações, que podem ser consideradas como extremas, decorrem duma situação de medo já referida anteriormente, ou pela falta de visão crítica e ignorância dos fatos na população. Confrontam-se aqui as questões do saber e do poder de que trata Foucault, tidos como intrinsecamente ligados, onde um determina o outro e vice-versa. E da mesma forma a disseminação do poder na instituição, tendo em vista detectar como e onde se exerce o mesmo dentro dela.

O PODER VIGENTE REPRESENTADO PELO PADRÃO HIERÁRQUICO ESTABELECIDO

Como em todas as instituições e entidades organizadas da sociedade atual, igualmente nas Associações de Moradores (cf. organização interna das Associações), estabelece-se dentro das mesmas uma hierarquia de cargos e funções que precisam ser desempenhadas para que o movimento tenha uma dinâmica contínua. Neste sentido a graduação: Presidente, Vice, Tesoureiro, Secretário obedecem à reprodução de um modelo institucional comum vigente na sociedade; que de um lado tem seu aspecto positivo, e de outro lado em determinadas circunstâncias torna-se um limite no que diz respeito à participação popular ampla e irrestrita.

Tal limite pode ocorrer quando há uma centralização do poder nas mãos do presidente ou na situação contrária em que delegam-se ou jogam-se todas as responsabilidades e tarefas em suas mãos. Nestes casos há uma tendência do líder determinar as finalidades do grupo que nem sempre correspondem aos interesses dos membros associados, ou até mesmo possuindo certo controle de interação ou atitudes individuais dos mesmos.

É inegável, no entanto, que na Associação de Moradores as tarefas tenham um caráter heterogêneo e que nem todos possuem a capacidade ou obrigação de desempenhar as mesmas funções, e por

esta razão faz-se necessária a institucionalização que se constitui em pessoa jurídica, dispondo de órgãos locais de trabalho. O preço desta necessidade, como já vimos anteriormente, define-se por um enquadramento burocrático que assegura a continuidade do movimento. O problema que reaparece neste esquema institucional estabelecido, é exatamente o perigo de hegemonia e absolutização dos cargos a serem definidos e ocupados pelas lideranças; exigindo das mesmas boa dose de flexibilidade mantendo uma visão ampla e democrática do projeto, para que seja evitada uma administração ditatorial.

Quando não há clareza pela classe popular de que o padrão hierárquico assumido é transplantado a partir de um modelo dominante na sociedade, introduzem-se no movimento critérios e mecanismos de comportamento que reforçam relações do poder dominante vigente na sociedade. E neste sentido em muitos casos evidenciam-se em lideranças atitudes que confirmam o pensamento de Paulo Freire, quando diz que "*o opressor habita o oprimido*". Isto revela-se especialmente em pessoas que "*conseguem subir na vida*", ou seja melhoraram um pouco a sua condição social e posteriormente discriminam e até oprimem aqueles que permanecem na classe inferior.

Quando falta uma liberdade de consciência de classe amadurecida, não raro há casos de diretorias que paulatinamente afastam-se das bases que os elegeram para os cargos. Isto transparece especialmente em certos casos de atrelamento ou conivência política, onde passa-se a trabalhar em função de outros interesses. Desta forma reproduzem-se os mesmos esquemas da política.

partidária, onde constata-se com frequência os casos de candidatos que, após assumirem o seu cargo no poder, esquecem o povo.

Há também os casos em que pela falta de uma consciência clara de que os cargos ocupados devem ser um serviço prestado à coletividade do bairro e não palco de competição ou carreirismo político, que desgastam o movimento, especialmente quando se utilizam meios ilegais e ilícitos (já vistos), para ascensão no poder. Tais competições podem ocorrer pelos mais variados motivos. Pode acontecer que em alguns casos seja uma questão de luta social em busca de uma condição econômica e socialmente mais desejável, ou no que é mais comum, pela possibilidade de angariar uma posição de consideração e destaque frente à população e dos companheiros de luta em vista apenas da projeção social. Na prática, tal atitude, em geral acaba esvaziando o conteúdo de liderança popular, pelo fato de sobrepor as necessidades e interesses individuais aos da coletividade.

Considero neste sentido a situação de competição pelo poder nas Associações como o retrato de uma luta de classes dispostas antagonicamente na sociedade em que vivemos. De um lado está quem detém o poder pelo cargo que ocupa e de outro quem não o detém pela ignorância dos fatos decorrentes da falta de oportunidades e possibilidades que o sistema negou ou em parte pelo desinteresse pela informação. Isto por sua vez determina as diferenças de lugar social e função que cada qual desempenha. Tal luta expressa a pressão exercida pela própria estrutura classista da sociedade em que vivemos, notoriamente amparada por uma legalidade e imposta por uma conjuntura constituída por relações que pro-

duzem e reforçam o distanciamento entre as classes hierarquicamente estabelecidas. Isto significa em outras palavras que nem mesmo a classe dominada, por mais democrática que pareça sua estrutura de governo, está isenta das mesmas ambigüidades presentes em outras instituições da sociedade.

Verifica-se com isto que muitos casos de dominação hierárquica brotam da própria necessidade de sobrevivência como seres humanos, mecanismos de resistência que visam construir o que é humanamente mais viável e democrático. E de outro lado há também o mecanismo de resistência da coletividade, que se revela pelo não assumir as regras do jogo impostas por uma liderança ilegítima por uma tática de omissão nas lutas, ignorância da tomada de decisão da diretoria que muitas vezes se vê emperrada nos projetos a serem executados.

Dentro desta dimensão, podemos dizer que se dá um processo de acatamento ou até de elaboração de uma ideologia que tem a função de assegurar a continuidade do modo de vida; assegurando do ponto de vista da transformação social a garantia de suas necessidades históricas e lutando para que desapareçam as contradições e os interesses estranhos aos explorados em sua condição de classe.

O AGENTE EXTERNO E O PODER NAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES

O agente comunitário externo é aquele que não possui domicílio no bairro, mas que por qualquer razão possui uma ligação mais aproximada com a Associação. Este via de regra é um agente institucional que representa Prefeitura, escola, Igreja, partido político, sindicato ou outros órgãos de poder público em geral.

O fato de possuir um vínculo empregatício com determinada instituição, assim como pode ser uma importante ajuda ao povo no seu trabalho, pode igualmente constituir-se num limite de ação dependendo especialmente da postura assumida e dos objetivos e propostas de que é portador.

O agente externo ou qualquer outro assessor possuem papel de grande importância, pelo fato de que possuem sempre um conhecimento mais vasto da realidade popular mais específica e além disso dispõe da cultura geral mais ampla e capacidade instrumental de análise da realidade teoricamente bem fundamentados. Isto lhe dá certo poder de influência e prestígio, em primeiro lugar porque a Associação se sente fortalecida e valorizada por contar com um aliado mais formado e informado que representa muita esperança nas suas lutas e conquistas.

No geral, este agente é um intelectual que trabalha com co-

nhecimento de causa da situação e informações precisas sobre os fatos e contexto em que trabalha. Muitos têm programas ou bandeiras definidas, e no entanto, procuram trabalhar a partir de idéias básicas provindas da realidade mais imediata do povo; e só a partir daí procuram dar seguimento à articulação do movimento estabelecendo metas prioritárias em vista dos fins a serem alcançados. E há de outro lado quem tenta impor suas próprias idéias e impor-se frente à organização.

Obviamente, independentemente do que este agente quer ser, ou diz de si mesmo, está sempre inserido no seu trabalho profissional em algo mais abrangente ou estruturas que mantenham vínculos com a política de "*esquerda ou de direita*". No decorrer do tempo a sua prática vai se definindo em relação ao movimento, pelo fato de que é praticamente impossível uma neutralidade neste campo de ação. A longo prazo revelam-se quais são seus interesses latentes, se é portador de tendências contraditórias não condizentes com os objetivos reais e imediatos do grupo.

Outra questão importante a ser considerada é a impossibilidade de pensar que o assessor ou agente externo no meio popular possa se igualar à população nas suas condições reais de vida. Tal pretensão, além de irreal seria artificial e supérflua. Isto decorre do fato de ser em geral um intelectual que mora fora do bairro, possuindo (como já dissemos) um conhecimento teórico mais amplo acumulado, e por isso espera-se do mesmo uma contribuição altamente significativa. Em vista disso, a responsabilidade e a confiabilidade que lhe é delegada é grande.

Por isso não se pode desconhecer a possibilidade de domi-

nação que acontece de maneira sutil ou taxativamente imposta.

A interferência do agente externo não se dá apenas pelo conhecimento que transmite à classe popular, mas sobretudo pela própria presença no meio que atua. A simples presença é um poder de interferência, considerando-se que atrás do mesmo está o poder da classe ou instituição que representa e que pode estar ao lado da classe popular na defesa dos seus interesses, ou pode representar as vantagens e interesses que a instituição tem em vista no meio popular. Neste caso o agente funciona como um instrumento de exploração, de manipulação e defesa do status quo. Isto significa que o poder do agente, no seu saber, pode imprimir diferentes rumos ao grupo popular, agregando ou dispersando as forças neste meio. Neste sentido, por exemplo, a presença de um advogado ao lado do povo, numa situação de despejo das famílias, é de vital importância para conduzir tanto as reações da massa como mediador na negociação em vista do desconhecimento da população, em muitos casos, de seus direitos e das leis civis vigentes.

É de significativa importância neste sentido a dimensão e profundidade de envolvimento que este agente estabelece com a base. Pois quando há um envolvimento honesto em relação aos reais interesses do povo, de confiabilidade no agir sempre em seu favor, e sobretudo pela presença junto ao mesmo nos momentos de sérios conflitos, até mesmo os erros táticos são assumidos em comum porque foi entendida a boa intenção do objetivo na luta conjunta. A confiança, solidariedade e respeitabilidade superam o erro. Por esta razão, qualquer contato mais frequente do agente externo com

a base implica num compromisso político de ambos os lados: de um lado delega-se a confiabilidade da população e de outro o agente assume todas as consequências e riscos que a opção lhe impõem.

Verifica-se também que em momentos de conflitos, onde confrontam-se o poder público e o poder popular, a pessoa do agente como mediador do povo é favorecido pelo poder da institucionalidade que representa. Isto expressa-se tanto na possibilidade de ser ouvido mais facilmente ou até mesmo poupadão em casos de reações mais violentas, em vista das consequências que a agressão venha trazer.

Há também outro aspecto que diz respeito ao direito do agente de expressar a sua crítica em relação ao movimento, devendo possuir uma clareza de consciência e levar em conta o nível de participação, bem como o estágio da organização. Isto implica uma maturidade consciente em relação à sua participação, para evitar que se reproduza ideologicamente seu conhecimento e posição de classe; para não julgar que detém a verdade absoluta sobre o processo histórico e reconhecer que pode ser agente manipulador e que pode estar sendo manipulado tanto pelo pessoal da base como pela própria instituição que representa; (se possível eliminar mesmo que esteja colaborando amplamente sob vários aspectos do desenvolvimento social).

Nestas condições, torna-se indispensável uma profunda identificação do agente e dos seus propósitos junto aos indivíduos com os quais se relaciona. Esta identificação (como já foi visto), deve acontecer em primeiro lugar a partir de um compromisso

assumido nas lutas ao lado desta classe. Em segundo lugar na maneira de ser. É importante que o agente apresente-se na verdade assim como ele, é sem "transformar-se em pobre", quando na verdade pertence à classe média. Igualmente quanto à linguagem, na medida do possível o uso de uma linguagem que favoreça a aproximação da classe popular, como também permite uma melhor compreensão e interpretação dos seus valores, possibilitando penetrar no universo do saber popular para melhor dialogar com este saber.

Vejo neste sentido que há um grande desafio dos agentes externos, pelo fato de que toda pessoa vai "armada" com seu arsenal cultural e metodológico para decodificar, a partir de seus "filtros", tanto as idéias advindas da base, como a realidade em questão. A partir de sua ótica procura geralmente traçar o encaminhamento dos projetos, pensando favorecer uma maior autonomia das classes populares; porém, nem sempre o objetivo é alcançado, exatamente por não haver uma identificação real das propostas do agente. Neste caso, o mecanismo de resistência se manifesta pela passividade e indiferença diante do projeto em execução que não nasceu da base. Nesses casos a crítica da população pode não se manifestar por uma linguagem verbal mas por um gesto concreto muito mais expressivo e claro. Trata-se aqui de uma relação de saberes e de poderes defasada, pelo fato de que a verdade que deveria pertencer aos grupos populares, ficou detida nas mãos do agente sem uma decodificação do que o grupo tinha a dizer. A resistência neste caso é a forma de quebrar o poder, que não permitiu a explicitação do pensamento popular. A resistência e a passividade tornam-se as "armas" contra o agente, quando este não toma consciência do papel exercido na reprodução do esquema dominante.

A REPRODUÇÃO DO PODER PELO BAIXO NÍVEL DE FORMAÇÃO NA BASE

Ao encaminhar a reflexão dentro desta perspectiva, é necessário reconhecer que a educação escolar mesmo com todas as deficiências em que se encontra, é fator de inquestionável importância na formação de um indivíduo virtualmente humanitário e socialmente amadurecido, que venha a estabelecer relações essencialmente cunitárias e de solidariedade. A falta desta, por sua vez, em qualquer instância que seja, é por si só um peso incalculável que contribui indiscutivelmente para anestesiar as populações pobres, condenando-as a permanecerem em estado permanente de marginalização. Marginalização esta que induz a certa ignorância, não só quanto aos direitos de serem cidadãos alfabetizados e valorizados socialmente, como coloca-as quase que forçosamente num estado permanente de inércia em algumas situações.

A falta de escolarização produz o homem tímido e desacreditado de si próprio, como cidadão com capacidades e direitos inalienáveis. Nesta situação há os que julgam que não existe mais alternativa para sair do estado de miséria e desespero em que se encontram, pelo fato de que não dispõem de recursos que possibilitariam criar as mínimas condições de vida e trabalho digno. Tal fato, não raras vezes conduz muitas pessoas ao indiferentismo, isolamento social ou a frustrações que determinam a dominação pelo alcoolismo, ou em casos extremos à delinqüência e homicídio.

Pode-se dizer neste sentido que quando a educação em todos os níveis for uma prioridade em nosso país e receber os devidos recursos a que tem direito, certamente produzirá uma significativa diminuição das situações de violência familiar e urbana que caracteriza a vida das populações de baixa renda. Certamente não haverá mais superlotação dos presídios e violação dos direitos humanos com tamanho barbarismo e brutalidade, sobre cidadãos que poderiam contribuir com o desenvolvimento deste país promissor. Com certeza diminuirá sensivelmente o "grande fantasma" de milhões de menores abandonados em condições infra-humanas, destinados a ocupar os porões dos cárceres infectados; não só pela falta de condições higiênicas, como também pela violência institucionalizada a que estão submetidos. O direito de formação e informação os tornaria aptos a produzir obras artisticamente e culturalmente dignas de reconhecimento e incentivo de toda a sociedade.

Por falta de formação e escolarização, são condenados à violação e à insignificância que os torna cada vez mais violentos e profissionais do barbarismo e do terror em nossa sociedade. Tudo isso por sua vez expressa que a falta da educação é por essência a negação da democracia.

Esta violência, que permeia o cotidiano das classes populares e que contribui efetivamente para a deterioração do contexto social em todos os níveis acaba tornando-se uma "rotina", de tal forma que o agir pela violência verifica-se como uma normalidade "quase instituída" no meio popular. O ser "violentado" e responder com violência torna-se condição de sobrevivência em meio a uma sociedade em conflitos.

A oportunidade de formação diminuirá também grande parte da confrontação entre trabalho manual e trabalho intelectual que permite a existência de complexos de inferioridade e de superioridade, que marcam as relações humanas do meio popular. O ser informado determina o ser mais gente com capacidade de ser ouvido e respeitado na condição de cidadão ou de associado. Isto significa que a formação não é apenas uma oportunidade, mas uma condição.

Formar-se, é ser sujeito da própria história e dos próprios destinos, estando apto para ajudar a outros a encontrarem seu caminho, que o dignifique num processo solidarizante. A partir daí acontece também a grande descoberta que consiste em saber para que serve a organização do trabalho no meio em que vive e de como poderá colaborar com a mesma. Descobre-se ainda a forma de utilizar a força do seu trabalho e de cada um dos membros do grupo, desenvolvendo o poder criativo de cada um e a imaginação para a realização de fins coletivos.

No que diz respeito à influência dos Meios de Comunicação de Massa e a consequente falta de um senso crítico mais aguçado, produzem estruturas mentais que levam a um desprezo do que é próprio e impõem necessidades supérfluas. Gera-se desta forma uma espécie de "auto-repressão", que faz com que as classes populares rechacem suas próprias raízes e etnias ao "desconfiarem" de si mesmas na procura de assemelharem-se ao comportamento e instituição de padrões iguais aos da classe dominante. Isto acarreta segregações no meio do próprio povo, que se divide e se desmobiliza, orientado pelo pensamento individualista. Tal medida de comporta-

mento arrebata elementos fundamentais da identidade popular, como o direito de preservar e desenvolver seus próprios valores e expressões artísticas, o engajamento e participação em formas coletivas de vida ou o fortalecimento de sentimentos, reações ou comportamentos decorrentes de sua raiz geográfica ou étnica.

Em contraposição a todo esse processo de fragmentação no meio popular, em decorrência da falta de oportunidade de formação em todos os níveis, vai se consolidando o poder dos fracos, como evidencia toda esta temática em desenvolvimento. A democracia é um componente fundamental que vai sendo gestada também por analfabetos nas comunidades Eclesiais de Base, nas Associações de Bairro etc, que vão acumulando forças para que um processo de transformação consistente e revolucionário em nossa sociedade seja efetivado.

A AÇÃO NA BASE

Todo o trabalho de base em qualquer entidade ou instituição tem por objetivo favorecer ou descobrir a estratégia mais acertada, que permita o envolvimento do maior número possível de pessoas em atividades que dizem respeito aos objetivos da mesma. Esta ação na base, de forma concreta, no geral, tem por objetivo uma participação mais abrangente possível. Participação esta, que não deve se resumir apenas na simples execução de projetos pré-estabelecidos por pessoas alheias à realidade vivida; mas, que expressem os anseios e expectativas do grupo ou da comunidade, mesmo que representados por lideranças. Tal participação, no entanto, defronta-se sempre com um limite, apesar de esforços das lideranças em envolver o maior número possível da população no caso do trabalho popular.

Tal limite traduz-se na incrível passividade dos moradores diante de inúmeros problemas que o circundam e afetam a sua sobrevivência. Pois de um lado aquela pessoa que já viveu em piores condições de vida não sente a necessidade de certas melhorias fundamentais indispensáveis para qualquer ser humano, e além disso não acredita nas possibilidades de alcançar tais objetivos pelo fato de que já viveu uma vida toda em função de promessas e nunca foi beneficiado. E decorrente desta mesma situação revela-se uma certa ignorância em relação aos direitos que lhe cabem por lei e que, por desconhecimento, ficou excluído destes benefícios.

Compactua-se neste caso, com certa situação de fatalismo dentro da sociedade em que vivemos: pois, "sempre foi assim", "sempre será" e "não pode ser diferente".

Em muitos casos, a passividade é ainda decorrente do descrédito das próprias lideranças, que por incompetência ou falta de confiança, os excluíram dos benefícios sociais; pelo fato de não expressarem e não representarem com fidelidade os reais interesses da população na forma de atuarem. Casos de lideranças já mencionados que corruptamente passam a defender os interesses pessoais e alheios aos da comunidade.

Neste sentido percebe-se que de certa forma o projeto autoritário de nossa história vem contribuindo para esta situação, resultando num clima de intimidação em muitas pessoas, garantindo pela repressão a consequente acomodação de muitos setores, determinando a lenta participação dos menos esclarecidos.

Desta forma, um dos grandes entraves no trabalho de base das associações de moradores está em manter entre os associados, interesses e expectativas comuns que produzem motivações constantes na entidade. Desta forma, todo o trabalho deve ser dinâmico, de tal maneira que haja de imediato uma identificação natural e atraente do indivíduo em relação aos seus interesses e aos objetivos correspondentes ao projeto da entidade. Pois somente fortes motivações e propostas sérias têm a força de se impor e produzir uma unidade de interesses, possibilitando até mesmo congregar interesses divergentes e desenvolver laços de solidariedade.

Neste sentido o desafio da Associação está justamente em descobrir a forma de ajudar os diferentes processos, estágios, e formas de organizações na formulação de estratégias educativas que permitam incorporar amplos setores da população ainda não organizados nesta abrangente tarefa de transformação da realidade. Ou, melhor dizendo, de que forma articular o trabalho de base e o trabalho com asmassas? Neste caso, torna-se importante a criação de um espaço para a explicitação das diferenças individuais e grupais que permitem o mútuo reconhecimento. Pois é nas diferenças que as pessoas se conhecem e se reconhecem; e nesse reconhecimento aparece um dado fundamental, que é a relação afetiva, como é um elemento de extrema importância no trabalho popular. Nesta relação, as pessoas vão aperfeiçoando a sua linguagem, os seus esquemas de luta, ampliando seu universo de conhecimentos, descobrindo suas limitações, suas qualidades, e seu potencial de transformação próprios e da realidade. Vejo que é nas diferenças que acontece esta valiosa relação e proximidade, a partir da qual brota uma confiança mútua e um relacionamento mais intenso e criativo, na medida em que se estabelece um clima de honestidade nesta confrontação.

Ligada a esta questão das diferenças de mentalidade, de ser, e de encarar a realidade, está sempre presente a questão religiosa, que pode favorecer o trabalho de aproximação, ou distanciar as pessoas, dependendo da forma que incorpora a doutrina e expressa suas convicções. E aqui vale citar a apreciação de Luiz Eduardo Wanderley, que vê a religião "como uma realidade socialmente situada"; o campo religioso deve ser visto como "condicionado pelos conflitos sociais", o que significa que uma religião sempre opera

numa sociedade concreta e determinada. E o segundo aspecto é que o campo religioso possui uma autonomia relativa, no sentido de que as influências das estruturas, dos conflitos e transformações que se dão a nível de uma sociedade global, não produzem efeito direto, mecânico, nem automático, ao nível das práticas e dos discursos religiosos, realizados no seio dessas mesmas sociedades. E dentro desta mesma perspectiva expressa o pensamento de Oto Maduro, que considera haverem conflitos internos da religião e da Igreja, que toda a superestrutura manifesta, que não são reflexos mecanicistas de elementos estruturais. "Se se pretende esse encontrar, para todas as lutas ideológicas no interior da Igreja, a explicação imediata, primária, na estrutura, se estaria perdido..." (116).

Para Wanderley, dentro desta dimensão, qualquer religião situada numa sociedade de classes atua não só no seio de uma sociedade ou no interior de um modo de produção. Ela opera no meio de classes sociais com diversos grupos de poder, relações de dominação entre elas e interesses objetivamente contrapostos. A estrutura central, fundamental de uma sociedade com um modo assimétrico de produção é uma estrutura objetivamente conflitiva, de dominação social. Tais estruturas das sociedades de classes, através, limitam e orientam todas as atividades que desenvolvem os indivíduos e grupos que a integram, independentemente das intenções conscientes dos grupos. Assim a atividade religiosa de qualquer grupo de crentes no seio de uma sociedade de classes, é uma atividade objetivamente situada no interior de uma estrutura objetivamente conflitiva de dominação social. Esta situação objetiva de qualquer religião numa sociedade de classes - e que não depende nem da consciência nem da vontade dos agentes religiosos -

atravessará, limitará e orientará a ação das instituições religiosas (e dos crentes que as integram), no seio desta sociedade (116).

Vejo, neste sentido, que da mesma forma que nenhum partido tem o direito de se apropriar de uma Associação de Moradores ou do movimento popular, da mesma forma nenhuma igreja (qualquer que seja a crença), tem o direito de fazer do movimento uma "plataforma" doutrinária, limitando a participação pluralista ou pluri-partidarista. Cabe a estas, pelas experiências de democracia de base embrionária, a tarefa de apoiar o movimento e permitir que o mesmo caminhe com as próprias pernas, adquirindo sempre mais autonomia, sem ignorar a existência ou presença de várias forças com visões diferentes, e em muitos casos práticas conflitantes.

Outra questão séria é a própria omissão diante dos problemas que envolvem os moradores, julgando que a solução depende da boa vontade das autoridades, ou então, na expectativa de que outros conseguirão os benefícios enquanto tenta-se ajustar de uma forma ou de outra, diante da situação ambígua em que vivem.

Por outro lado, há os que adquiriram uma consciência neste processo e não retrocedem nas suas lutas, como expressa o seguinte depoimento: "*Com a gente aconteceu isso: nós procurava trabalho e não encontrava; lugar pra morar e o aluguel era muito alto; ônibus e todos lotados; creche pra deixar os filhos e não havia; médico pra se tratá e nada! Então alguma coisa tinha que ser feito. Foi com este fim que a luta começou e não pára mais!*" (D. Alice - Vila Fany).

Evidencia-se a partir daí que toda ação na base inicia-se e se caracteriza por práticas concretas em vista de uma necessidade. E neste sentido a ação mais comum que envolve as bases numa participação simplificada e parcialmente comprometedora se dá através de abaixo-assinados reivindicatórios para as mais variadas necessidades que vão desde o pedido do jogo de camisa para o time de futebol, até melhorias coletivas como transporte, segurança, esgoto etc.

E no que diz respeito à prática reivindicativa, podemos distinguir, de práticas que favorecem a um nível de conscientização, várias práticas que de certa forma vinculam-se à continuidade do projeto de dominação vigente. Pois como já foi mencionado anteriormente, há práticas ligadas a uma concepção mais conservadora, onde as concessões e "acertos" se fazem apenas a nível de "cúpulas" que favorecem apenas aos mais "achegados", que detêm poder e cargos na mesma associação. Tais práticas muitas vezes possuem um interesse meramente assistencialista, na medida em que servem apenas numa perspectiva de promoção individual e clientelista. Com este objetivo há casos em que representantes apresentam discursos disfarçados de práticas comunitárias ou de desenvolvimento de projetos comunitários, que no fundo visam superar os problemas da população carente de forma paternalista, com benefícios de grupos ou pessoas isoladas. Tal visão favorece a manutenção de concepções e práticas reformistas, cuja idéia é a aliança e o fortalecimento do modelo capitalista, onde a instituição de certa forma passa a fazer parte constitutiva do próprio Estado, pelos mecanismos de cooptação e manipulação. Este por sua vez obrigatoriamente tem a incumbência de garantir um

conjunto de benefícios à população. Assim a Associação deixa de ter sua independência na medida em que se incorpora à política do Estado ou pensa a sua prática a partir da visão do Estado.

Esta aliança, que também possui o seu lado positivo especialmente pelo suporte financeiro de que dispõe, nega, porém, a política da construção do novo a partir da autodeterminação e criatividade dos setores populares. Pois um projeto emancipativo e que favorece a autodeterminação não pode ser entendido de forma funcionalista marcados por estruturas do poder vigente, mas determinados pelo próprio poder popular.

Vejo a partir desta perspectiva que um trabalho que possamos chamar verdadeiramente de base frente a uma Associação, deve partir de um elemento fundamental que é a dimensão da transformação substancial e radical da sociedade nos diversos segmentos e relações, sejam individuais ou coletivos. Relações estas que favoreçam a criação de um saber legitimamente popular, de um modo de pensar crítico frente à realidade da sociedade e que não mais se fundamente em modelos e paradigmas do sistema dominante.

Esta autonomia deve acontecer tanto a nível de organização e suas ligações políticas, como em relação à criação e manifestação do próprio saber. Saber este, que de forma alguma vai significar o isolamento total da Associação diante das instituições, mas um relacionamento que permita que sua autonomia seja respeitada, ao mesmo tempo em que esta respeite as outras instituições. Por isso, aceitar apoio ou apoiar outra entidade em determinada luta não significa perder a autonomia, mas fortalecer o poder popular.

Isto nos evidencia que vivemos numa sociedade onde é indispensável e inevitável a interdependência dos diversos setores sociais onde é necessário saber cobrar, discordar, propor, contra-propor sempre levando em conta os interesses da maioria da população.

Em tal processo de interdependência e interrelacionamento, é de fundamental importância a capacidade de negociação sem prejuízos da população. Uma negociação que requer das lideranças uma posição clara e precisa com domínio de informações sobre as questões em pauta que vão requerer concessões de ambas as partes. Para tanto, as propostas devem ter sido previamente discutidas e decididas pelas bases, o que implica num alto grau de responsabilidade, tanto de quem representa a Associação, como dos membros que dela participam.

Constata-se que o processo participativo apresenta certa retração no estabelecimento de uma integração, no sentido em que o saber argumentar, dialogar, expor, e defrontar-se com o conflito, reflete um saber popular historicamente impedido de expressar-se, desenvolver-se e criar seus espaços, por terem sido cercados por uma ideologia dominante. Mesmo assim, é inegável que há um contingente significativo de pessoas que expressam suas inquietudes, críticas e lutas, com grande liberdade, na medida em que estabelecem uma discussão, tomam suas próprias decisões, e conquistam seus próprios espaços. E ainda que este saber popular seja ambíguo e marcado pela ideologia dominante decorrente de um projeto histórico de dominação, o mais importante é que os indivíduos estão inseridos numa problemática concreta, e que a partir daí necessariamente precisam recriar o processo de transfor-

mação da realidade, de acordo com as urgências históricas vigentes.

RELAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES COM A POLÍTICA

Ao se falar da questão política nas Associações de Moradores, é necessário que tenhamos clareza de qual política estamos falando, pelo fato de que hoje é impossível imaginar um movimento popular sem uma ação política. Pois, faz-se política tomando posição, seja da "direita", do "centro", ou da "esquerda". E mesmo que a posição pareça de neutralidade, legitima-se a situação vigente.

Entende-se desta forma, que a política é algo bem mais amplo do que a política partidária no sentido restrito. Entendida neste sentido amplo, a política está relacionada com o poder e significa todo o conjunto de ações humanas que as organizações desenvolvem.

Estas organizações, na medida em que apresentam reivindicações que visam um questionamento das relações de classe ou qualquer outras melhorias no bairro, confirmam de forma exigen-te-que se faz necessária uma redefinição da política existente, sobretudo no que diz respeito à participação popular nas decisões fundamentais dentro da estrutura.

Da mesma forma, verifica-se que acontece uma atitude altamente política diante do sistema, na ação de uma Associação que organiza inquilinos que não podem pagar aluguel para efetivarem a ocupação de uma área, dando inclusive apoio e cobertura jurídi-

ca, fazendo pressão sobre os órgãos públicos para a legalização ou desapropriação da área ocupada.

Quanto ao poder financeiro das Associações, constata-se que é muito pequeno em comparação ao de grandes empresas e organizações financeiras do mundo capitalista que exercem poder e pressão neste nível.

Desta forma é impossível pensar numa competição ou mesmo pressão econômica de uma Associação, sobre qualquer grupo no poder. Contudo, o meio de que dispõe é a força humana no sentido numérico. Isto significa que tal fator só passa a ter peso na medida em que adquire uma visibilidade pública. Verifica-se, nestas circunstâncias, que a atuação de massa surte efeito especialmente pelo seu potencial de ameaça. Neste caso, mesmo que seja um pequeno grupo de dez ou vinte representantes de bairro, que reivindiquem ou mesmo ocupem uma repartição oficial para uma negociação ou defesa de seus direitos, não deixa de causar um impacto. E consequentemente, quando se trata de um número bem maior de manifestantes que reivindiquem, o efeito e repercussão tornam-se mais significativos e fundados numa base mais real das apreciações da população.

Constata-se neste sentido que as situações de tensão latente (especialmente quando se trata de problemas vitais da população), são de vital importância para que deslanche o processo reivindicatório que irá resultar em soluções positivas num prazo mais reduzido.

Desta forma, as lutas de bairro, com toda a sua riqueza e variedade de expressão, encontram nas manifestações públicas de massa seu principal instrumento de pressão realmente eficaz.

No que diz respeito às reivindicações das organizações comunitárias de moradores de bairros e condomínios situados numa realidade mais estabilizada economicamente, tais reivindicações normalmente giram em torno de questões voltadas para ampliação de área de lazer e segurança. E por outro lado, na realidade de Associações de Moradores mais pobres da periferia, verifica-se que as preocupações voltam-se para as necessidades vitais que dizem respeito às condições mínimas de saúde, moradia e alimentação.

Evidencia-se desta forma que o plano reivindicativo, existente em dois níveis diferentes, diferencia-se especialmente por causa da condição social de ambas as partes, impedindo igualmente uma padronização na forma de atuar de uns e outros. No entanto, há uma vinculação dos processos organizativos e reivindicativos com o processo educativo, que avança no sentido de uma tomada de consciência sempre maior diante da situação conjuntural.

O nível de consciência, porém, varia de acordo com a atuação de cada Associação, das necessidades da mesma, dos membros que a integram, e da linha de pensamento que adotam. E mesmo que haja concordâncias, não significa que todos que participam da Associação pensem da mesma forma. Pode acontecer que a liderança seja fortemente questionada por alguns, e opostamente pode suceder que boa parte adote o pensamento da mesma; seja como for-

ma de dependência, ou pelo discurso convincente e prática comprovada.

O que diferencia o nível de consciência é especialmente o acelerado processo de empobrecimento que assola as camadas populares mais baixas, provocando diversas formas de respostas e uma procura de solução alternativa para sair das condições desumanas em que grande parte da população vive.

Tais alternativas, ou caminhos descobertos pelas classes de baixa renda, são experiências que vão da pura sobrevivência, que supõe um mínimo de organização, até formas mais orgânicas de luta, que implicam um nível de consciência mais elevado. Desta forma, manifesta-se um fator importante na resposta conjuntural, que é a experiência de organização e luta de amplos setores da população, que mesmo possuindo um caráter eventual de reivindicação, possibilitam uma tomada de consciência da necessidade de organizar-se para exigir do Estado a implementação de políticas sociais mais coerentes e adequadas às necessidades do povo.

Constata-se que tais formas orgânicas de luta reivindicativa, com suas estratégias de sobrevivência, por si só revelam um questionamento da ordem social dominante, que exclui os setores periféricos e marginalizados das nossas grandes cidades. É a partir das práticas à nível de bairro que a organização aprende a identificar seus erros e acertos. E tal processo de aprendizagem permite ir entendendo a natureza dos conflitos sociais, a necessidade de transformar as relações de força, e enfrentar o adversário principal.

Quanto à relação entre Associação e os partidos políticos, constatamos que há uma complexidade e muitos pontos devem ser considerados, pelo fato de que existem muitos partidos atuantes com diversas tendências e níveis de práticas históricas sujeitas à questionamentos; seja quanto a sua proposta política de desenvolvimento social, ou quanto a forma de envolvimento das massas e sua participação no poder.

Verifica-se que estamos vivendo um momento de politização do social, que cresce vertiginosamente. No entanto, a questão fundamental que se levanta, é a forma como tais Associações podem captar e articular toda a riqueza, toda a diversidade que vai sendo construída no cenário em que as mesmas estão inseridas e se constituem em instrumento de representação.

O desafio das mesmas, portanto, consiste na maneira de articular essa riqueza do diverso, trazê-la para dentro da mesma, e fundí-la com a estrutura inerente à própria organização. Penso que aí está uma das questões mais sérias e mais difíceis de serem enfrentadas pelas Associações.

Vemos que de um lado as Associações são um espaço aberto muito amplo, onde a riqueza de um partido contribui para a necessária participação da mesma no que diz respeito à elaboração do projeto político global e além disso é o canal legítimo de representação da mesma na ordem conjuntural.

Em virtude de condicionamentos históricos, tradição de au-

toritarismo, relação tradicional do tipo patrão-cliente, origem de tutela pelo Estado e vícios de um período populista, observa-se que a organização e funcionamento de muitos partidos não favorece a participação real das camadas populares, permitindo que o jogo eleitoral se transforme numa velha prática conhecida de massificação e manipulação, como evidencia o seguinte relato:

Dizendo-se vítimas de interesses eleitoreiros de diversos partidos políticos, representantes de Associações Comunitárias da Área Metropolitana de Curitiba denunciaram manobras politiqueiras de ativistas partidários, no sentido de influenciar os moradores das comunidades da periferia da capital a votarem, quando de eleições de diretorias daquelas entidades, nos candidatos que interessam a determinada facção política ou ideológica.

Em busca de lideranças comunitárias que se afinem com este ou com aquele partido, os ativistas das mais variadas facções político-ideológicas, infiltraram-se nas comunidades de bairro, usando até automóveis para puxar eleitores que venham a votar na chapa da entidade comunitária que seja do interesse do partido. E vão mais além os representantes de comunidades que fizeram a denúncia e que, por motivos óbvios, acharam inoportuno se identificarem agora. Os ativistas, disseram - de direita, de esquerda e de posições não definidas - chegam ao cúmulo de distribuirem modelos de cédulas impressas em gráfica e até caixinhas de fósforos com propaganda política, tudo para cativarem os eleitores a votar nos candidatos comunitários que se identifiquem com o partido.

Os denunciantes levaram, primeiro, o problema ao MOCLAM (Movimento Comunitário de Liderança de Associações de Moradores de Curitiba e Região Metropolitana) que através do seu presidente denunciou o fato à imprensa.

Ele declarou que esse tipo de comportamento de certos partidos políticos e de certos indivíduos vinculados aos mesmos, só vem denegrir a imagem das Associações comunitárias, inverter os objetivos para os quais foram ou são criadas e provar que a atividade político-partidária, no Brasil, é corrupta, desonesta e sem credibilidade. Finalmente, fez um apelo aos partidos políticos, para que adotem outros métodos de ação partidária, que não sejam estes de confundir eleitores de Associações comunitárias, com o objetivo de conseguir divididos políticos para o partido ou para determinado candidato, ou candidato a candidato para um cargo eletivo municipal, estadual ou federal (117).

Sob este enfoque, verifica-se que em muitos casos a ação do partido torna-se totalizadora, absorvendo a organização. E por não se levar em conta o papel de mediação correspondente aos partidos, estes acabam substituindo a organização e assumindo uma representação formal, sem o respaldo de uma base social. E quando isso chega a acontecer, considera-se a organização como um mero apêndice do partido, estipulando que o trabalho no setor consiste apenas no recrutamento do quadro eleitoreiro e não no que se entende por um trabalho político mais ampli, que tenha em vista as reivindicações e a real participação da massa popular.

Tendo em vista o perigo de dominação por um forte conteúdo elitista, certa independência na ação política do movimento, e até mesmo certo isolamento, são vistos como um recurso defensivo para evitar um processo de "colonização", tendo em vista que estamos recém saindo de um governo autoritário e antipopular, que exercitou o aparelho repressivo na tentativa de impedir a organização autônoma dos trabalhadores a qualquer custo. Pode-se dizer que a aparente "desorganização" funciona como estratégia defensiva, embora tal fato seja uma dificuldade no exercício do seu papel concreto, de somar as forças no conjunto.

Esta coexistência de dois elementos contraditórios parecem revelar ainda uma constante ausência do povo como sujeito político, na determinação dos destinos do seu país. E de outro lado há o nascimento do novo modelo de organização popular independente, autodirigido com conteúdos e formas próprias. Pois enquanto nasce o novo do lado de fora do sistema político, transparecem constantemente as marcas de uma recente etapa histórica

em que decidiram elementos políticos do mundo elitista, considerando as classes populares à margem de uma participação política constante, nacional e autônoma. Pois tal sistema restrito nunca soube apoiar-se nos excluídos do sistema política, de forma que permitisse alargar as bases do mesmo sistema, abrindo-o a todas as classes ou dando condições necessárias para que as relações entre as classes ocorressem em nível político de confiança e de forma estável.

No que diz respeito a boa parte das Associações de favelas, há um estreitamento dos vínculos entre órgãos públicos e as mesmas, marcadas por práticas de clientelismo onde tal prática é vista pelos moradores como forma de se obter regalias por intermediação do partido no governo. E o instrumento chave desta intermediação parece estar nos próprios setores administrativos que favorecem a ampla cooptação de lideranças, objetivando aumentar a dependência desta entidade à estrutura governamental.

Quanto ao papel clientelístico dos partidos políticos, de um lado são vistos como mediação facilitadora entre a entidade representativa dos interesses da comunidade com os órgãos públicos competentes, sendo que tal mediação via de regra se dá através de um vereador influente, carta de recomendação do mesmo que facilita o acesso aos órgãos públicos bem como aquisição de favores individuais.

De outro lado, a figura do político é vista de forma um tanto pessimista, no sentido de que sua atividade é vazia quanto à possibilidade de provocar alguma mudança significativa na realidade em que estão inseridos. Trata-se mais de alcance ilusório do que real, em termos de provocar mudanças relevantes de transforma-

ção.

É recebido por alguns como esperança de apoio, para aproveitar as brechas existentes, através dos seus contatos, que permitem a obtenção de recursos. E neste caso a "rede clientelística" é bem vinda enquanto possibilidade de sobrevivência, num período de crise econômica que estamos atravessando. No entanto, a idéia geral que se tem de político neste meio é a de quem vem, "fala bonito", "ganha as eleições", "vai embora" e o povo continua "amassando o barro" da favela.

No que diz respeito à troca de favores, de modo geral esta acontece onde a sobrevivência de indivíduos ou grupos depende da concessão de benefícios decorrentes de uma forma inferior de relação social, que nega a emancipação da pessoa humana. Tal sistema via de regra, é montado numa diversidade de táticas de ação, porém centralmente controlado, de modo que a apropriação de poderes e a concessão de favores se fundem e se realimentam. E desta forma podemos considerar o clientelismo como uma peça integrante das engrenagens de um sistema global de exploração e dominação. E sem dúvida trata-se de um instrumento já incorporado às massas, através dos quais os grupos e classes dominantes tendem a recorrer sistematicamente em épocas de campanha. E a partir daí o povo vai descobrindo que alguns políticos são "generosos" em época de campanha e que a favela "é um mal necessário" enquanto fonte de renda no mercado eleitoreiro, nesta forma de se trabalhar politicamente.

Verifica-se de fato como tal processo é destruidor das

instituições que configuram-se numa prática voltada para um ordenamento democrático e participativo. Pois o voto que deveria ser exercido livremente se transforma em um "pagamento", de tal forma que ao votar o indivíduo não cumpre o seu dever de cidadão mas o seu dever para com o "patrão" a que se submeteu, numa relação clientelística.

Da função política esclarecedora do povo sobre a situação verdadeira do país, ou na função agregadora das massas em vista de elevar o nível de consciência e participação, tal forma de política conduz a um alto grau de desagregação, discreto e isolado. Neste sentido pode-se considerar a atual situação de desarticulação das Associações de Moradores como resultado de uma política clientelística de alto nível de vários partidos, cujo objetivo é uma acomodação dos setores populares dentro de um sistema previamente predeterminado. Sob este enfoque considero que se produziu um verdadeiro "aniquilamento" do movimento popular, até mesmo numa época que chamamos de transição.

É comum representantes políticos proporcionarem privilégios e oportunidades especiais a membros de diretorias, possibilitando ganhos imediatos. A prestação de serviços assume forma de assistência e ajuda pessoal, auxílio funeral, obtenção de empréstimos etc. Tais incentivos abrangem uma ampla variedade de benefícios diferenciados e específicos que podem ser canalizados: individualmente, comunitariamente ou para o círculo familiar.

Em geral os incentivos são de cunho material, implicando em

dispêndios de recursos monetários ou alocação de bens traduzidos pela prestação de serviços. Algumas vezes entretanto, as disputas em torno do acesso aos recursos aumentam as áreas de atrito entre os componentes, não raro acabando em clima de violência, num baixo padrão de relacionamento pessoal, especificamente entre lideranças.

CAPÍTULO 5 - A PROPOSTA DE DEMOCRACIA

A DEMOCRACIA NA ESCOLA

Pensar a questão da democracia na escola atualmente, é pensar a partir de uma abrangência quase infinita, pelo fato de que a mesma, como outras instituições, faz parte de um sistema infinitamente complexo. Isto significa que o redemocratizar totalmente a escola, implica na redemocratização completa do sistema. E a redemocratização completa do sistema torna-se hoje quase uma "utopia", tendo em vista que nos defrontamos a todo momento e em qualquer lugar, com as marcas do autoritarismo deixado pelos vinte anos de governo militar no Brasil.

Neste processo, a vertente autoritária produziu não somente uma sociedade verticalizada, excludente e conservadora, como um Estado de concepção política altamente centralista. Esta organização centralista do poder do Estado por sua vez, determina a organização centralista não apenas do processo de escolarização, como da própria sociedade civil que o legitima. Isto significa que vivemos num país onde a concentração de recursos e do poder está na mão das minorias que detêm os mecanismos do poder sobre as maiorias. Desta forma, a participação efetiva nos processos de decisão, somente é efetiva para as minorias e constitui uma aspiração projetada para o futuro das maiorias. Da mesma forma, a redemocratização ampla da escola exige um rompimento do círculo vicioso das contradições do capital e pelo capital, que é o grande responsável pelo alto índice de evasão escolar, analfabetismo, baixo nível de ensino nas escolas, defasagem na remu-

neração e capacitação do professorado. Sob este aspecto, pensar a democracia na escola exige romper a lógica do pensar a partir do capital que "desenvolve o subdesenvolvimento" das maiorias, em nossa sociedade.

Ciente de que é impossível resolver estas contradições na sua totalidade, e que é muito distante de nós uma situação ideal de ensino, julgo no entanto que é possível criar espaços para o exercício da democracia em âmbito pedagógico e administrativo, mesmo cercado pelas contradições capitalistas já mencionadas. Assim, a proposta de democracia é vista aqui a partir daquilo que a escola pode fazer para conquistar o espaço e conquistar a democracia, e não tanto a partir daquilo que é determinado pelo sistema, em termos da democracia.

Um primeiro aspecto que se faz necessário é a tarefa da escola de proporcionar uma releitura da educação como processo libertador e integrador comunitário. Que promova um ensino, que proporcione ao indivíduo a possibilidade de desenvolvimento criativo, espontâneo e original, em função do meio em que a escola se situa; estando sempre a serviço de uma integração comunitária, que vise fundamentalmente a libertação integral e consequente humanização do ser humano. Uma Educação que não reforce os esquemas de dominação de quem pertence à classe dominante, e por outro lado, não conduza as classes subalternas à reprodução dos esquemas de dominação vigente. Inversamente, toda a produção cultural, neste nível, deve colocar-se a serviço da sociedade no sentido de humanizá-la, tornando os membros das classes subalternas auto-conscientes dos problemas cruciais, que impedem ao indivíduo exercer de modo digno a sua cidadania, imbuído de espírito coletivista e

democrático. Uma Educação onde o indivíduo não estude apenas para se promover na vida tornando-se mais um aliado do poder que o emprega na própria construção e manutenção de objetivos injustos dentro da sociedade. De modo contrário, porém, espera-se que esta o torne sensivelmente crítico frente a realidade, em vista da transformação da mesma. Desta forma, o projeto educativo ou é transformador ou não é educativo.

Dentro desta perspectiva, a Educação deve ter sempre em vista a formação de uma consciência política do indivíduo, qualquer que seja a sua situação social ou o nível cultural. Uma consciência que o leva à compreensão global das relações objetivas existentes na organização da sociedade atual, permeada de conflitos. Uma compreensão que parta dos problemas políticos locais, que leve o indivíduo a propor reais soluções, envolvendo-o em tarefas concretas na comunidade, até adquirir uma visão mais ampla a partir de uma responsabilidade permanente, assumida dentro do contexto que lhe pertence. Tal proposta exige a recuperação e restabelecimento dos laços: escola-comunidade, quebrando-se quando necessário a rigidez dos programas no exercício de certa flexibilidade, sobretudo quando se trata de transmissão de um saber meramente "*bancário*", segundo Paulo Freire; para o deslocamento da escola a práticas sociais concretas de caráter comunitário no ambiente social, que possivelmente exige a incorporação de uma prática política.

Sob esta dimensão, no mínimo o papel da escola deveria ser o de conduzir o indivíduo a uma ação concreta na prática organizativa dos grupos comunitários. Desta forma, a escola deixa de exercer uma função alienadora do indivíduo (especialmente jovem),

para tornar-se importante instrumento de educação para a prática democrática desalienadora do indivíduo. Tal Educação por sua vez é entendida como um processo solidarizante através do qual os indivíduos de uma comunidade se engajam na busca da identificação de seus problemas, seus desafios e demais atividades; exercendo um papel de sensibilização da comunidade inteira, fazendo-a evoluir coletivamente na busca e instauração da democracia. Viabiliza-se desta forma um movimento dialético, onde educação e sociedade completam-se na medida em que não existem como processos estanques e individuais, mas interdependentes, numa função integradora, socializadora e humanizadora do indivíduo. Nesta dimensão a Educação será pois entendida como um processo de construção de conhecimentos que há de permitir ver a realidade social como uma totalidade determinada, na qual emerge a contradição entre capital e trabalho, e que permite compreender os interesses objetivos da classe popular.

É fora de qualquer dúvida que a escola, dentro dos padrões em que está organizada, é aspirada pela significativa maioria da população como forma de melhoria de vida, pelas possibilidades que oferece, no que diz respeito a maior participação na cultura ou na política, bem como para a obtenção de melhores empregos. Neste sentido a democracia se efetivaría na possibilidade de garantir à toda a clientela, a aquisição de conhecimentos e habilidades que permitissem a sua inserção na dinâmica mais geral de mudança, que caberia à própria escola promover. Mas como já se evidenciou anteriormente, a própria realidade política e econômica em que vivemos é "anti-democrática" e excludente por natureza. Por isso, o saber ler, escrever, calcular, expressar-se, que a es-

cola oferece, é instrumento de significativa importância na promoção da igualdade e justiça, numa sociedade estruturalmente desigual. A falta da mesma é sinal da presença da injustiça. Assim, todos estes fatores, aliados às reivindicações populares, podem constituir, no conjunto de outras instâncias políticas, um aspecto de fundamental importância na ação transformadora da sociedade. Por isso não podemos negar a importância da escola na sociedade e na vida de cada cidadão. O que se questiona porém, é a própria Educação que o cidadão recebe! Neste sentido, parece que tanto no campo da Educação como em outros setores da prática coletiva, a estrutura não igualitária da sociedade de classes impõe limites às possibilidades de democratização, criando obstáculos contra a melhoria de condições de existência da classe popular. Desta forma, ao conquistar a escola, a população realiza um primeiro movimento no processo de conquista de seus direitos, necessidades e aspirações.

E de igual maneira como todas as organizações populares, a escola deve ser em primeiro lugar um espaço de liberdade de expressão e de pensamento sem preconceitos. Deve constituir-se num espaço onde os conflitos sejam encarados e trabalhados de forma humana e construtiva. Um espaço de reflexão crítica de todos, tanto educadores como educandos; administradores e administrados, capacitadores e capacitados, com direitos e deveres a discutir; não só a natureza e qualidade do próprio ensino, como todas as consequências a ele inerentes; redimensionar as posições e atitudes de cada participante em questão neste processo.

Faz-se necessário a discussão ampla já a partir da escola,

tanto das estruturas, pensamentos, atitudes ou traços negativos emergentes neste processo. E aí a marca do conflito é o traço comum de toda a atividade social e organizativa da população. Enfrentar o conflito, não só produz o dinamismo da instituição, como é de fundamental importância para o amadurecimento de qualquer ser humano, em qualquer etapa da vida. Fugir do conflito não é somente covardia, como condenação antecipada ao fatalismo e inanição mórbida.

A DEMOCRACIA E A PRÁTICA RELIGIOSA

Ao se abordar a questão da democracia sob o aspecto religioso, deve-se ter presente de quais igrejas estamos falando, que linhas de ação as caracterizam, que ligação existe entre a doutrina de fé que professam e o contexto social em que se inserem, além de outros fatores que determinam as várias práticas pastorais. Tais considerações são de vital importância, por razões idênticas às que caracterizam outras instituições na sua constituição estrutural, dentro do contexto da sociedade global. Isto significa que da mesma forma e de maneira idêntica à instituição escolar, as Igrejas e religiões de modo geral são marcadas por uma estrutura social que sempre funcionou "*de cima para baixo*"; "*do governo para o povo*", numa perspectiva autoritária e paternalista, fazendo com que as grandes decisões sobre política econômica, nacional e internacional, nunca chegassem até a grande massa da população. E essa política "*elitista*", paternalista e autoritária da estrutura social brasileira, por sua vez, impregna: família, escolas, igrejas, etc.

Além disso, algo mais determinante na América Latina é o fato de que a mesma foi missionada dentro de modelos de Igrejas onde a visão do poder sagrado esteve muito tempo articulado com o poder civil e onde havia determinações recíprocas. Dentro deste contexto, pode-se dizer que há distintas práticas religiosas no Brasil e na América Latina, cada qual marcada por um modelo e ima-

gem de Igreja latente totalmente diverso. Algumas prolongam a tradição de conservadorismo e autoritarismo, enquanto outras procuram adaptar-se aos novos fatos históricos, especialmente à necessidade de uma profunda inserção e transformação do sistema capitalista e da própria estruturação hierárquica interna. Há aquelas em que o seu campo de atuação é o campo estritamente sagrado, e por isso mostram-se insensíveis aos problemas humanos que ocorrem fora dos seus limites no mundo e na sociedade. E a partir desta visão, o poder sagrado, ou melhor o poder religioso, não é entendido como forma de serviço mas como algo alheio e delimitado da realidade em questão. Tal visão e estrutura de poder por vezes gera a marginalização, seja de leigos ou mulheres que têm estruturalmente cortados os caminhos da participação mais efetiva, nas decisões que interessam à comunidade. Os mesmos não são considerados como portadores e produtores de material simbólico importante, porque estão na base da pirâmide sem poder. Sua verdade e sua palavra nem sempre produzem o eco necessário aos ouvidos de instâncias superiores na hierarquia. Desta forma, toda a capacidade de produzir e de decididamente participar, dos excluídos, deixa de ser aproveitada.

Reconhecendo que é inegável a existência de inúmeros casos de centralização de poder nas Igrejas, devemos reconhecer também que vão surgindo novas experiências que demonstram a possibilidade de superação desta típica centralidade eclesial, sem alterar a eficácia da ação doutrinal. Tais experiências pertencem especialmente às CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), como também outras protestantes que vem tendo atuação importantíssima no movimento popular.

Tais comunidades, por seu caráter antes comunitário do que societário, facilitam a circulação do poder. Os vários serviços não são prévios, como perpetuação de uma estrutura pré-existente, mas como resposta às necessidades que surgem. Sua característica principal é de ser Igreja comunidade-fraternidade. Todos afetivamente se consideram irmãos, todos participam, todos assumem seus serviços, onde supera-se o enrijecimento da divisão do trabalho religioso: hierarquia-direção, laicato-execução. Todos são fundamentalmente iguais mesmo que nem todos façam as mesmas coisas. Por isto há um trabalho de coordenação, sendo que em um número significativo as mulheres são responsáveis pela ordem, pelos serviços e pela presidência das celebrações. Ensaia-se aí um novo tipo de sociedade, onde a partir de dentro busca-se a superação das relações injustas que dominam a grande sociedade. Tal proposta efetiva-se pela participação direta de todos os membros, da partilha da responsabilidade, da direção e das decisões, no respeito pelos mais fracos e no exercício do poder pelo serviço. O clima de fraternidade aberta e sincera é típico nestas comunidades, onde cada pessoa se conheça e se ame. Esta fraternidade dentro do grupo leva à reconscientização do caráter eclesial, identificando que não se trata de pequenas seitas ou grupos fechados, mas de comunidades cristãs conscientes de sua comunhão e solidariedade com outras Igrejas.

Além deste aspecto interno, as CEBs se caracterizam como comunidades atuantes socialmente, na luta pela democracia. Em muitos lugares são o único canal de expressão e mobilização popular. Organizam-se os abaixo-assinados, trabalhos conjuntos (mutirões), hortas comunitárias, clubes de mães e até iniciativas de resistência à expulsão da terra ou despejos, concretizando a unidade

entre fé e vida. E neste sentido em muitos lugares as CEBs foram uma espécie de "motor" do movimento popular, tanto na cidade como no campo, onde se criaram estímulos e impulsos para a formação de Associações de movimento popular. Isto permitiu e permite uma dinâmica importantíssima para a Igreja; pois onde os setores populares entram nela, de forma organizada, passam a questioná-la como questionam o governo, o partido e o sindicato. Percebe-se desta forma um movimento "ad intra" e "ad extra", no que diz respeito à abertura e participação democrática.

Essa abertura e todo processo de relacionamento também não deixam de ser uma mudança sem dificuldades ou conflitos na prática. Muitas vezes é desejada teoricamente e não aceita na prática. Os conflitos surgem desde questões pessoais de relacionamento, passando pelo conflito com a hierarquia até os conflitos por questões sociais. Uma das dificuldades que também aí aparecem volta-se para as lideranças que interiorizaram um relacionamento verticalista a que estão sujeitas há anos. Tal forma de relacionamento é tão interiorizada e sem alternativas, que muitas vezes na medida em que se sai de uma posição facilmente se ocupa o extremo oposto: em que se encontrava. De dominado passa-se a dominador... E experimenta-se neste sentido a questão da auto-suficiência de líderes, quando começam a adquirir projeção. No momento da decisão o saber de alguém acaba tornando-se privilégio, que se põe à frente e acima dos outros. Tanto saber como poder encaram-se como privilégios, que estão na base da diferenciação social vigente.

Podemos dizer que na Igreja Pentecostal de certa forma pro-

cura-se viver o aspecto da democracia, na medida em que a separação entre pastor e o povo desaparece, permitindo a qualquer pessoa que se sinta inspirada a pregar a Palavra. A separação entre aquele que sabe desaparece pelo fato de que não há necessidade de uma faculdade específica para tornar-se Ministro da Igreja. Desaparece a distância entre doutor e o que "não é doutor"; entre o que interpreta a escritura e o que ouve. Pode-se dizer dessa forma que a estrutura religiosa rompe com a estrutura social capitalista apenas no plano simbólico. Este "*desaparecer as diferenças*" no plano simbólico faz com que o povo seja, pelo menos formalmente, o protagonista da vida religiosa, com destaque social. A Igreja proporciona ainda um espaço especializado ao migrante vindo do interior para a grande cidade, que recebe um forte impacto conflitivo do processo industrial, encontra um abrigo e possibilidade de relação afetiva mais intensa, direta e pessoal. Aí as pessoas se conhecem, se apreciam e se apoiam mutuamente. Aparece aqui o forte sentido da proteção do grupo onde quem freqüenta o culto recebe toda atenção e ajuda. A comunidade se torna o espaço de identificação e de proteção para quem vive neste contexto caótico e turbulento da grande cidade.

A DEMOCRACIA NO MOVIMENTO SINDICAL

Dentro da conjuntura atual inegavelmente uma das categorias ou organizações, que se destacam no enfrentamento e na explicitação dos conflitos, são os sindicatos. Trata-se de um sindicalismo novo, que vai surgindo com características completamente diferentes do sindicalismo de vinte anos atrás, e que se torna visível especialmente na região industrial da grande São Paulo. Um sindicalismo que foi se estabelecendo em meio a um processo amplamente conflitivo de achatamentos salariais, repressão, recessão econômica, governo através de pacotes, expansionismo e lucro das multinacionais, autoritarismo, etc. Vai se constituindo um sindicalismo que fora de qualquer dúvida não parece repetir a experiência do período populista, onde o Estado era o seu interlocutor mais direto. Hoje vai se solidificando cada vez mais um sindicato combativo, que procura dirigir e assumir as lutas do povo, promovendo a união de todas as categorias, fazendo avançar as lutas que garantam não só os direitos individuais dos trabalhadores como também um processo eleitoral democrático, na escolha de chapas representativas e combativas. É através da união consciente em bases democráticas que as oposições vêm lutando para a derrota dos "pelegos", ao recusar propostas de chapas coniventes e responsáveis por toda a história de traição à luta das categorias e dos trabalhadores de forma geral.

Nesta linha de pensamento, em que a democracia sindical vem

acontecendo, limito-me aqui a apresentar uma proposta de democracia na luta sindical elaborada pela CUT e extraída do jornal QUINZENA (118), onde sinteticamente apresento pontos que já vêm sendo concretizados em parte na luta sindical atual.

1. UM SINDICATO LIVRE E DEMOCRÁTICO

- Sindicato desatrelado do Ministério do Trabalho ou de qualquer órgão do Estado.
- Cujos estatutos sejam definidos pelos trabalhadores em Assembléias.
- Cuja sustentação financeira venha da contribuição espontânea dos sindicalizados.
- Que as decisões importantes para a categoria sejam tomadas em Assembléias e, quando necessário, sejam realizados seminários e reuniões por fábricas, esgotando-se todos os recursos para que a categoria esteja bem esclarecida para tomar decisões nas Assembléias.

2. SINDICATO COMBATIVO

- Sindicato que organize os trabalhadores a partir de suas bases, incentivando a criação de comissão de fábricas, eleitas pelos próprios trabalhadores e organicamente independentes do sindicato.
- Que se relacione politicamente com comissões de fábrica, sendo que estas só terão contas a prestar com a categoria e deverão praticar os princípios da democracia operária, vindo a se constituir em embriões do futuro poder operário, mesmo que para resguardar os seus

quadros e sua estrutura tenha que utilizar métodos combativos. Vale dizer que o poder operário aqui referido não se limita ao poder dentro das fábricas, mas o poder que aponta para a direção de toda a sociedade, sendo necessário portanto que esses embriões de poder locais que são as comissões de fábrica, se articulem com outras comissões formando as inter-fábricas, os conselhos regionais e zonais.

- Que estimule e que dirija as lutas dos trabalhadores por melhores salários, melhores condições de trabalho, por condições seguras de trabalho e salubridade nas fábricas.
- Que lute por assistência médica decente dentro das empresas e sob o controle dos trabalhadores.
- Que construa organismos permanentes de pressão, no sentido de que o Estado e a Previdência assumam a responsabilidade de fornecer assistência médica digna desse nome. Quando conseguir que seja de boa qualidade e confiável a assistência médica e odontológica do Estado e da Previdência, os sindicatos poderão transformar seus departamentos médicos-odontológicos em órgãos de assessoria dos trabalhadores, deixando de ser um grande ambulatório, uma peça auxiliar do INAMPS.

3. SINDICATO CLASSISTA

- Um sindicato voltado para os interesses da classe operária da cidade e dos trabalhadores do campo como um todo

e não só voltado para os interesses imediatos da categoria.

- Que busque a unidade de luta com outras categorias e os demais trabalhadores oprimidos, para pressionar o Estado e seu Parlamento, garantindo conquistas salariais e políticas (direito de greve, liberdade e autonomia sindical).
- Que não mascare a realidade, que torne explícita a luta de classes na qual vivemos (luta do capital contra o trabalho) e que a única solução definitiva dos trabalhadores passa pela transformação do sistema capitalista e a implantação de um sistema de plena liberdade e igualdade entre todos; sistema este em princípio socialista como etapa necessária para a construção de uma sociedade que represente uma verdadeira associação de homens livres.

4. SINDICATO INDEPENDENTE

- Um sindicato autônomo, sem ligação, pacto ou aliança com a classe patronal.
- Que não seja aparelho de nenhuma organização partidária ou religiosa.
- Que represente a massa trabalhadora oprimida e não especificamente o interesse de organizações políticas ou religiosas, mas que seja aberto para todas as correntes de pensamento, fomentando o embate de idéias e concepções.

A DEMOCRACIA NO PARTIDO POLÍTICO

Como já se evidenciou anteriormente, o autoritarismo foi a marca fundamental ao longo do processo político do Brasil afastando os cidadãos da definição direta de seus destinos, e consequentemente acentuou a contradição entre a demagogia absolutista do poder e a possibilidade de participação efetiva.

Em consequência disso, na esfera da organização política da sociedade, pode-se afirmar que a maioria dos partidos tem funcionado como instrumento de constituição do poder visando sobre tudo a defesa do interesse de setores da classe dominante na sociedade e no Estado. E neste contexto, define-se a perpetuação de esquemas onde as minorias concentram cada vez mais os recursos e mecanismos de poder sobre as maiorias, resultando no concreto, que poucas instituições e poucos dentro da instituição julgam-se no pleno direito de decisão. Vale dizer neste sentido, que a crise da democracia é a expressão de uma crise mais ampla, onde é obedecida uma dinâmica "*ditada de fora*" norteada pelos mecanismos do capital transnacionalizado, que acelera a incompatibilidade entre o liberalismo e a democracia que desejamos.

É verdade porém, que nem todos os partidos tenham desenvolvido a sensibilidade para efetivação de uma participação popular aberta, ampla e irrestrita. Muitos continuam envolvidos e inconsistentes em questões imediatas de poder, falando uma linguagem

tecnocrática que transcende aos interesses do povo. E apesar disto, dizer que os partidos não estão interessados na causa popular ou que não oferecem qualquer apoio aos movimentos populares seria injusto e evidencia o desconhecimento do dinamismo que o processo pluripartidário adquiriu nos últimos anos. Vários partidos (uns mais amplamente e outros menos), procuram trabalhar a partir das bases com o objetivo de ampliação da participação no poder. Eles representam novas experiências no sentido de mostrar que não só é possível como também necessário desenvolver a política a partir das bases, com o apoio indispensável do movimento popular.

Militando nesta direção, tais partidos entendem que é de fundamental importância criar algo novo a partir das bases, reconhecendo de outro lado a importância do fortalecimento e apoio da organização partidária para o crescimento da força popular. Tal postura política indica que o que importa realmente são os movimentos populares com todos os seus desdobramentos, deslocando para um segundo plano a importância da organização partidária. Desta forma, o movimento popular é aquele que virtualmente vai determinar a dinâmica do partido. Uma abertura neste sentido vai reestruturando o processo participativo na dinâmica interna dos partidos. A "retranca" determina a manutenção do "status quo" vigente que resulta em conservadorismo anti-democrático, que nunca beneficiou a classe popular. De outro lado o espaço que as classes populares vão conquistando na sociedade depende de uma luta política mais ampla, cujo respaldo só é legítimo quando representa realmente o pensamento e os interesses da classe popular.

Verifica-se que na luta pela democracia nos partidos, o princípio básico é o poder de decisão pelo voto exercido como direito de cidadania, que transforma não só os destinos da nação como a estrutura e representatividade do próprio partido. Esta influência é determinada a partir das condições sociais e ideológicas em que se dá o seu exercício. Se houver um jogo intenso de poder e processo constante de manipulação onde as forças sociais ou os meios de produção determinam os resultados desta eleição, vale dizer que o voto torna-se um mero exercício de formalidade ilusória. Porém, se há uma consciência clara dentro do processo de todos os mecanismos e forças atuantes em questão, o voto torna-se um passo real e concreto na possibilidade de alcançar significativas transformações sociais. Visto sob este prisma, as eleições em qualquer instância não serão mera rotina que mascara o significado eleitoral; pelo contrário, serão um momento decisivo no trabalho de explicitação das diferenças sócio-políticas, ideológicas ou pessoais. A partir daí, a campanha, tanto interna como pública, vai explicitar quem são os políticos profissionais, quais são seus interesses, sua promoção, seu compromisso com o povo e por que razão se filiam ao partido. Isto significa que o voto como gesto político autêntico no interior das forças sociais para ser consciente e eficaz, deve brotar de uma análise correta e transparente da correlação entre as forças em questão. Fora desta perspectiva, as eleições partidárias tornam-se mera rotina ou rodízio de cargos e postos de comando entre vários setores e grupos de uma mesma classe social dominante, que se apresenta como portadora e representante da "vontade geral dos cidadãos", da necessidade social, ou da "mudança histórica".

Deduz-se a partir daí a importância de um trabalho de conscientização no partido, pois o conhecimento é uma forma de poder. O voto consciente altera o caráter da representação e faz aparecer novos sujeitos políticos na esfera partidária. A conscientização permite desvendar o real. E neste sentido o trabalho de reflexão política nas bases e suas múltiplas atividades, iniciam a importante tarefa no conhecimento (conscientização) e articulação sólida da força coletiva. Tal dinâmica portanto, revela de maneira concreta o surgimento de um verdadeiro poder local nas comunidades e uma base democrática para a mudança de uma raiz histórica na vida política nacional.

Dentro desta perspectiva de pensamento, vemos que a Nova República abriu espaço para instauração de uma maioridade política para a escolha de nossos representantes. Se de um lado isto é uma conquista de fundamental importância e nos devolve a sensação de participação; de outro lado é preciso constante vigilância dos erros repetidos; ou seja, eleições "viciadas" pela corrupção de gastos fantásticos com propagandas demagógicas. Isto evidencia a existência de uma dificuldade permanente e quase insolúvel: como provar a origem da fonte pagadora ou agência financeira das campanhas? Tal questão nos dá uma idéia da fragilidade de nossa democracia. Construí-la é tarefa de cada cidadão consciente. Acompanhar a política, opinar, discutir com os representantes no governo é obrigação de todos; porém sabemos que grande parte da população tem verdadeiro "pavor" de falar em política. E isto indica que há um longo caminho a ser percorrido, na conquista deste direito e dever de todos.

A DEMOCRACIA NAS LUTAS DO POVO

Pode-se constatar que a democracia na sua totalidade é um processo que vai sendo construído lentamente, onde a meta não é em primeiro lugar a conquista do poder em si, mas, a difusão de um modelo de sociedade que requer a participação intensa de todos; não apenas na execução de tarefas, mas sobretudo na elaboração de reais propostas de soluções e no estabelecimento de prioridades que lhe dizem respeito. Isto acontece na medida em que o movimento popular estabelece um nível de organização com capacidade crítica de avaliar seus problemas e alternativas de solução. E por esta razão não resta dúvida de que toda mudança social em direção à democracia se dá prioritariamente na ação e pela ação dos trabalhadores da classe popular. Isto vai se confirmado cada vez mais pela forma como vem surgindo a mobilização e organização nos meios operários, rurais e das periferias urbanas "*de baixo para cima*", naturalmente sob o influxo de diversas forças políticas, sindicais e religiosas. Isto indica claramente uma convergência democrática onde constrói-se o poder popular alternativo, frente ao poder estabelecido das tradicionais classes dirigentes. O que este poder popular pleiteia, com todas as suas lutas, é justamente a transformação da sociedade brasileira numa sociedade onde haja oportunidades iguais e indistintas para todos. Vemos neste sentido que muitos passos já foram possíveis e continuam sendo dados, na continuidade e avanço deste projeto participativo.

Verifica-se, no entanto, que neste processo democrático há ainda uma grande defasagem entre o poder popular em formação e o controle dos atos públicos, especialmente no que se refere à conduta tanto de agentes como de entidades que permanentemente lesam a sociedade e permanecem na impunidade. Tal impunidade penal é decorrente de um "status social", reconhecido oficialmente, e que na prática garante posição econômica e cargo público na ignorância da idoneidade moral do indivíduo que o exerce. Mesmo com esforço gigantesco, o poder judiciário não consegue se desvencilhar dessa rede de preconceitos e discriminação, em função da posição social e do poder econômico que o determinam.

Para uma possível mudança neste sentido, haveria a necessidade de uma "espécie de juri popular" em que todos os casos de ação visivelmente fraudulenta e corrupta da administração pública pudessem ficar sob a competência deste "tribunal do povo", nos casos em que a justiça oficial se revela emperrada e ineficiente pelos laços que a determinam. Tribunal este onde o povo tivesse o direito de destituir do cargo a quem o mesmo confiou o poder. Vemos pois que o povo só tem o direito de eleger e não de destituir, e da mesma forma o dever de pagar todas as taxas e impostos e é privado do direito (na prática) de estar informado sobre o uso e destino dos bens que lhe pertencem. E neste sentido há necessidade de que toda planificação seja eminentemente em função de interesse público. Desta forma não pode ser confiada exclusivamente a agentes estatais sem ligação com os grupos ou categorias que constituem a classe popular e a sociedade como um todo. Importa neste sentido que os planos de desenvolvimento, regionais, estaduais e nacionais, contem em sua elaboração com a par-

ticipação obrigatória de representantes da comunidade. Somente desta forma é que a política de desenvolvimento deixará de ser tarefa estritamente burocrática, para se tornar gerência do interesse coletivo.

A verdadeira democracia exige que todos os projetos e estruturas pré-montadas que dizem respeito aos interesses do povo, resultem de processos democráticos constituídos nas bases, que levem em conta as formas de organização e decisões internas das bases: forma de delegação de poderes e execução de tarefas. É necessário que se leve em conta a existência de uma verdadeira rede extremamente densa de estruturas de base. Nessa rede a democracia vai sendo praticada pelas classes populares em diferentes momentos como: na fábrica, nos bairros, nos comitês, Associações, grupos de apoio etc. A grande dificuldade que persiste é a de unir estas práticas diretas e de bases, com os canais alternativos de representação que permitam (como já foi mencionado acima), aos setores populares da sociedade civil, controlar o Estado, reestruturar e recriar partidos que se articulem com os movimentos e organizações populares, sem descaracterizá-los; mantendo com os mesmos uma relação de desatrelamento e sem manipulação.

Evidencia-se na prática, que sem grandes dificuldades a nível de bairros, de vilas, ou grupos, o povo tem condições de apresentar reivindicações realistas que visem atender as suas carências mais imediatas. E à nível local o povo tem condições de estabelecer um diálogo mais efetivo com as autoridades municipais, que de uma forma ou de outra tem suas raízes plantadas

em meio a este povo, com ele convive, e conhece de perto seus problemas. É pois participando em nível local que se treina o cidadão para o exercício da democracia. Isto exige das diversas organizações o debate com a população e vizinhança, abertura para aceitação e discussão de opiniões contrárias, visando especialmente a busca de soluções efetivas para os problemas sem esperar por soluções paternalistas dos poderes públicos. E neste sentido, o simples reivindicar pode tornar-se alternativa anti-democrática, na medida em que favorece a acomodação ou isolamento do indivíduo. Verdadeiramente democrático será pois o desafio de encontrar saída para os problemas e assumir conjuntamente, de acordo com o direito e o dever que lhe cabe.

Da mesma forma, a luta deve acontecer (e já vem acontecendo) dentro dos mesmos princípios de participação, tanto em níveis estaduais como federais. Isto se efetiva através de Federações com visão mais abrangente dos problemas da classe; com competência de encaminhamento aos órgãos estaduais que compatibilizam a solução dos problemas reivindicados com os demais interesses da coletividade estadual. Estabelece-se desta forma o elo com os órgãos públicos estaduais.

Verifica-se no entanto, que muitas vezes a presença participativa destas Federações é apenas simbólica, esporádica e ocasional, a critério do administrador público, quando o ideal seria que houvesse uma participação efetiva em Conselhos consultivos ou administrativos que colaborassem na definição de políticas e prioridades, a serem efetivadas por cada pasta estadual.

A nível federal, as diversas organizações e Confederações devem repercutir suas reivindicações, propostas e demandas, sem pulverizar as reivindicações desta ou daquela base local, junto ao poder federal. Para tanto, é necessário que as Confederações contem com o acesso regular a todos os órgãos públicos federais correspondentes aos interesses e problemas que representam. E isto consequentemente os possibilitaria participar na fiscalização e definição das políticas de cada órgão.

O que procuramos evidenciar até aqui é que a democracia se constitui em algo novo, que vai sendo construído a partir do povo. Fundamentalmente é ele o responsável pela construção da mesma em nossa sociedade. Apresento aqui algumas transformações que vão acontecendo neste processo de vida e de luta (os tópicos foram extraídos da fonte indicada) (119).

A VOZ E A VEZ DO Povo

As mobilizações onde o povo tem vez e voz são importantes porque:

- Atingem as questões do bem comum de todo o povo.
- Fazem conhecer a realidade social, política, econômica, religiosa e cultural da região, do Estado e do Brasil.
- Treinam os líderes desde o pequeno grupo até os corajosos animadores de uma multidão ativa e consciente.
- Ajudam a descobrir as causas, as raízes, os culpados e as consequências das injustiças e dos problemas que fazem o povo viver oprimido e sofrido.
- Criam a união e a organização popular em cima de questões do bem comum.

- . São a luta pacífica para conquistar soluções e vitórias entre as classes trabalhadoras.
- . Elaboram documentos concretos da verdade entre o povo, verdadeiras constituintes.
- . Descobrem que a vida melhora com direitos e deveres iguais para todos.
- . Constroem a verdadeira escola da vida, inclusive contradizendo e condenando o sistema escolar oficial.
- . Apoiam os corajosos. Animam os desacreditados.
- . Despertam os indecisos e inconscientes.
- . Descobrem os amigos e os inimigos do povo trabalhador.
- . Desenvolvem as qualidades de cada pessoa participante - o povo é inteligente e capaz de fazer a sua história.
- . Impulsionam para agir diante dos compromissos sociais.
- . Fazem viver o sabor de conquistar as vitórias com esforço, luta, coragem, sofrimento e participação.
- . Comprometem as pessoas, umas com as outras, pois sozinho ninguém melhora na vida; um povo consciente e unido sente-se forte diante do sistema dos poderosos exploradores.
- . Denunciam o sistema individualista dos ricos exploradores e anunciam a fraternidade na justiça, no amor, na união, na combinação e na participação, onde "*se trabalha para viver e não se vive para trabalhar*".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizando esta abordagem, quero dizer sem ser pessimista, que um trabalho a mais nas estantes de uma Universidade em nada ou pouco modificará a realidade, se não houver ao menos o esforço de quem o elaborou, em tentar colocá-lo em prática. Poderá ser uma gota d'água num conjunto que apresenta projetos arrojados e corajosos, provocando mudanças significativas num determinado contexto, como por exemplo a Pedagogia Libertadora desenvolvida por Paulo Freire.

Meu trabalho não é de forma alguma pretensioso em nenhuma instância. Posso dizer que o objetivo principal foi apenas contribuir para o desenvolvimento de uma reflexão crítica frente ao contexto social, político e econômico em que vivemos e especificamente onde lutam e lutaram as organizações populares.

Um segundo aspecto dentro desta mesma perspectiva, foi mostrar a abrangência do tema democracia, que quando reduzido ao conceito de mera participação no sufrágio eleitoral, torna-se uma ideologia a serviço dos interesses dominantes. É pelo voto que a democracia vai sendo instaurada. É necessário porém, que não seja um voto de mera obrigatoriedade civil ou para com o patrão, mas um voto consciente que não permita a ascensão ao poder apenas de quem detém a máquina econômica nas mãos. E neste sentido, Wanderley a define como "*negação da dimensão ideológica da economia, da política e do regime*".

Nesta dimensão, foi possível perceber que o povo não tem nas mãos a arma do poder econômico, mas a arma da democracia, que vem se solidificando no processo das organizações populares que vai sendo gestado atualmente. Vê-se entretanto, que há um longo caminho a ser percorrido até que seja formada uma nova consciência frente à conjuntura nacional, e de quem está sendo elevado ao poder. É necessário um pensar que não fortaleça uma mentalidade individualista, gananciosa e masoquista de alguns privilegiados, mas que leve a construir uma sociedade altruísta, voltada para um coletivismo despretensioso, que não repita os esquemas vigentes. Que a única pretensão seja o bem-estar e o desenvolvimento integral de todos, sem marginalização.

Esta tarefa de formar a nova consciência é tarefa de todas as instâncias da sociedade, que embora admita e reconheça os absurdos existentes, acomodou-se em parte a um sistema perverso e desumano, que continuamente vai sendo realimentado. É neste sentido de fundamental importância o trabalho da Educação Permanente em todos os níveis. Uma Educação que seja crítica do sistema e desvende toda ideologia que submete e despersonaliza o indivíduo.

A Educação crítica é a educação que lança e relança para o conflito e suscita divergência de pensamento, que é o signo da possibilidade democrática. Pois a divergência no pensar e no compreender a realidade desvela as contradições que, quando não são trabalhadas ou ignoradas em função do sistema, servem como instrumento de desarticulação e fechamento dos indivíduos no individualismo: individualismo este que é "alma" que sustenta e dinamiza o sistema, possibilitando e facilitando a manipulação e alienação

do indivíduo, caracterizado por Marx. A partir daí a consciência vai sendo determinada pelo contexto em que se insere e não permite divisá-lo de outra maneira. O indivíduo vê a realidade conforme assimilou ou foi assimilado pelo próprio sistema. Na medida em que tenha a possibilidade de participar de um contexto crítico diferente, nova consciência poderá nascer. E na medida em que nasce uma nova consciência o indivíduo passa a falar, denunciar, dizer quem fez, o que fez, designar o alvo e vai realizando aquilo que diz Michel Foucault: "*se estabelece a primeira inversão do poder*". O poder de falar, de se manifestar, é o poder que abre espaços de participação do proletariado, no poder que Gramsci denomina hegemonia. Isto por sua vez exige o domínio intelectual que segundo ele é papel dos intelectuais orgânicos nas massas. E neste sentido Michel Foucault estabelece uma relação entre o campo do saber e do poder, ao afirmar que não há uma relação de poder sem a constituição correlata de um campo de saber e nem um saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo, relações de poder.

Para Dussel todo saber deve ser um saber crítico voltado para a causa da libertação de todas as estruturas possíveis que oprimem o homem no contexto histórico mundial do momento: saber que exige a instauração de um novo sentido de mundo, novos códigos culturais e históricos, para que uma nova sociedade possa ser gestada; uma nova sociedade que exige uma restauração global das relações entre as grandes potências e os países periféricos, relações estas determinadas pela eliminação da exploração, expliação e desrespeito aos direitos fundamentais dos povos.

Esta nova sociedade já vai sendo gestada no interior dos

movimentos populares, através das práticas de solidariedade e partilha. Estes vão mostrando ao Brasil e à América Latina o caminho da instauração da plena democracia. Caminho este que começa pela transformação "*microscópica*" do poder, disseminado em toda a sociedade e nas instituições segundo Foucault. Poder este ao qual ninguém escapa e que mais se exerce do que se detém. Esta transformação lenta e progressiva envolve sempre mais as organizações do meio popular e aos poucos revela efeitos globais, a ponto de tornar-se preocupação de fundamental importância nas grandes potências. O caminho é penoso e lento, porém uma grande esperança nos contagia e torna-se a razão fundamental da minha identificação com a causa dos oprimidos.

NOTAS E REFERÉNCIAS

1. CHAUÍ, Marilena. Cultura e Democracia. Ed. Moderna Ltda. São Paulo, 1981. p.93
2. WANDERLEY, Luiz Eduardo. Educar para transformar. Educação Popular. Igreja Católica e Política no Movimento de Educação de Base. Ed. Vozes, Rio de Janeiro, 1984. p.259
- * Para Paulo Freire o "poder nunca é concedido se não for reclamado. A justiça social, tem que ser estabelecida através do conflito. A razão e a ética poderão suavizar o conflito, mas não poderá eliminá-lo. Sem uma clara visão de poder e do conflito, a pessoa que busca a justiça acaba sendo ingênua, inoperante e sentimental. FREIRE, Paulo. Educação para a Justiça. Ed. Loyola, 1979. p.85-86
3. KAREL, Kosik. Dialética do Concreto. 4 ed. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra, 1986. p.38
4. DUSSEL, Enrique. Ética Comunitária liberta o pobre. Ed. Vozes. Rio de Janeiro, 1986. p.98
5. idem, p.98
6. DUSSEL, Enrique. Método para uma Filosofia da Libertação. Ed. Loyola, 1986. p.25

7. idem, p.28

8. idem, p.29

9. idem, p.30

10. idem, p.32

11. FURTER, Pierre. Educação e tempo presente. Ed. Vozes, 1973.

5 ed. p.136-137

12. GRAMSCI, Antonio. In Maquiavel. A Política e o Estado Moderno. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1984.
p.183

(Segundo ele existia no Império Romano uma democracia imperial territorial na concessão de cidadania aos povos conquistados, etc. Não podia existir no Feudalismo em virtude da constituição de grupos fechados).

13. MACCHIOCCHI, Maria Antonieta. A Favor de Gramsci. Ed. Paz e Terra, 1980. p.146

14. idem, p.147

15. GLUCKSMANN, Christinne. Gramsci e o Estado. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1980. p.208-209

16. idem, p.211

17. MACCIOCCHI, Maria Antonieta. A Favor de Gramsci. Ed. Paz e Terra, 1980. p.147
18. idem, p.154
19. idem, p.155
20. idem, p.156
21. GRAMSCI, Antonio. Os Intelectuais e a Organização da Cultura. 4 ed. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, p.3
22. idem, p.9
23. MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. Textos sobre Educação e Ensino. Ed. Moraes, São Paulo, 1983. p.96
24. idem,p.94
25. MARX, Karl. O Capital. Livro I, Cap. VI (inédito). Livraria Editora Ciências Humanas Ltda, São Paulo, 1978. p.20-21
26. idem, p.21
27. idem, p.53

28. MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã e outros textos filosóficos. Ed. Estampa, Distribuidora no Brasil Ed. Martins Fontes. São Paulo, 3 ed. p.26
29. idem, p.26
30. MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. Ed. Avante. p.39
31. MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. Textos sobre Educação e Ensino. Ed. Moraes, São Paulo, 1983. p.18
32. FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. 7 ed. Ed. Graal, Rio de Janeiro, 1988. p.71
33. idem, p.75-76
34. idem, p.71-72
35. DUSSEL, Enrique. Para uma ética da libertação latino-americana. Ed. Loyola, São Paulo V. IV. p.159
36. idem, p.161
37. idem, p.171
38. idem, p.172-173
39. idem, p.82

40. DUSSEL, Enrique. Filosofia da libertação na América Latina.
- p.81
41. idem, p.101
42. MARX, Karl. Manuscritos econômicos e filosóficos. In Os Pensadores. V. XXXV Ed. Abril Cultural, São Paulo, 1978.
p.35
43. idem, p.37-38
44. MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. Teses sobre Feuerbach. Ed. Avante, Lisboa, 1981. p.59
45. GRAMSCI, Antonio. Maquiavel. A política e o Estado moderno. 5 ed. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1984.
p.22
46. idem, p.23-24
47. idem, p.29
48. FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Ed. Graal, Rio de Janeiro, 1988. p.12
49. FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir - história da violência nas prisões. 5 ed. Ed. Vozes, Rio de Janeiro, 1987.
p.29

50. FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Ed. Graal, Rio de Janeiro, 1988. p. 75
51. idem, p.184
52. DUSSEL, Enrique. Filosofia da libertação na América Latina. Ed. Loyola, São Paulo. p.20
53. idem, p.77
54. idem, p. 77
55. idem, p.79
56. idem, p.150
57. idem, p.155
58. idem, p.60-61
59. idem, p.59
60. MARX, Karl. Manuscritos econômicos e filosóficos. In Os Pensadores. V. XXXV, Ed. Abril Cultural, 1978. p.48
61. MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. Textos sobre educação e ensino. Ed. Moraes, São Paulo, 1983. p.27
62. idem, p.39

63. GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1982. p.7
64. idem, p.7
65. idem, p.13
66. FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir. 5 ed. Ed. Vozes, Rio de Janeiro, 1987. p.17
67. FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Ed. Graal, Rio de Janeiro, 1988. p.17
68. idem, p.171-172
69. idem, p.21
70. idem, p.189
71. idem, p.170
72. idem, p.171
73. DUSSEL, Enrique. Filosofia da libertação na América Latina. Ed. Loyola, São Paulo. p-172
74. idem, p.182
75. DUSSEL, Enrique. Método para uma filosofia libertadora. Ed. Loyola, 1986. p.211

76. idem, p.196

77. idem, p. 209

78. idem, p.210

79. BRANDÃO, Carlos R. Saber e ensinar. Ed. Papirus, São Paulo.
p.164

80. idem, p.118

81. WANDERLEY, Luiz Eduardo W. Educar para transformar. Ed. Vozes, 1984. p.226

82. WANDERLEY, Luiz Eduardo W. In Movimento popular, política e religião. Ed. Loyola, 1985. p.11-12 (Cadernos da AEC, nº 10)

83. CARDOSO, Ruth Correa Leite. In Revista Brasileira de Ciências Sociais. nº 3, Fev/87, Publ. ANPOCS at. Mov. Soc. na AL. p.28

84. idem, p.28

85. DUSSEL, Enrique. Filosofia da libertação da América Latina. Ed. Loyola, São Paulo. p.171

86. idem, p.99

87. BADALONI, Nicola. In Política e História em Gramsci. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1978. p.11
88. FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Ed. Graal, Rio de Janeiro, 1988. p.7
89. idem, p.7
90. BRANDÃO, Carlos R. Saber e ensinar. Ed. Papirus, São Paulo. p.30
91. WANDERLEY, Luiz Eduardo W. Educar para transformar. Ed. Vozes, 1984. p.339
92. idem, p.349
93. KOWARICK, Lúcio. A expoliação urbana. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1979. p.59
94. _____, Lúcio. Lutas urbanas e movimentos populares. alguns pontos para a reflexão. In ESPAÇOS E DEBATES, Revista de Estudos Regionais e Urbanos. Cortez Editora, Jan/Ab. 83, nº 8. p.55
95. DOÍMO, Ana Maria. Movimento social e urbano, igreja e participação popular. Ed. Vozes, 1984. p.28
96. idem, p.30

97. PAIVA, Vanilda P. Educação popular e educação de adultos.
Ed. Loyola, São Paulo, 1983. p.230
98. idem, p.232
99. MANFREDI, Silvia Maria. Política e educação popular. Ed.
Cortez/Autores Associados, São Paulo. p.31
100. DOÍMO, Ana Maria. Movimento social urbano, igreja e parti-
pação popular. Ed. Vozes, 1984. p.29
101. JACOBI, Pedro. Movimentos sociais urbanos na década de 80:
mudanças na teoria e na prática. In ESPAÇOS E DEBATES, ano
III, nº 10, Cortez Ed. São Paulo, 1984. p.84
102. idem, p.29
103. Jornal "Estado do Paraná" de 20 de junho de 1979, constando
em arquivo na Casa da Memória - Curitiba.
104. Arquivo do Centro de Formação Irmão Araújo - História do MAB
(Rua Dr. Muricy, 542, 9º andar, 900 - Curitiba).
105. Jornal "Gazeta do Povo" de 21 de setembro de 1981. Arquivo
da Casa da Memória - Curitiba.
106. Jornal "Correio de Notícias" de 01 de fevereiro de 1985. Ar-
quivo da Casa da Memória - Curitiba.

107. Jornal "Boca no Trombone". Artigo: A periferia cresceu, se organizou e mudou muito, de 15 de setembro de 1980. (Jornal da chamada imprensa alternativa criado por jornalistas provindos do extinto "Correio de Notícias"). Matéria escrita em seu primeiro número.
108. Casa da Memória de Curitiba. Arquivo de documentos sobre as Associações de Moradores.
109. Jornal "Estado do Paraná" de 7 de agosto de 1980. Arquivo da Caixa da Memória - Curitiba.
110. Jornal "Gazeta do Povo" do dia 13 de março de 1986. Arquivo da Casa da Memória - Curitiba.
111. Jornal "Correio de Notícias" de 5 de março de 1986. Arquivo da Casa da Memória - Curitiba.
112. CHAUI, Marilena. Cultura de Democracia. Ed. Moderna Ltda, São Paulo, 1981. p. 61
113. WEFFORT, Francisco. O populismo na política brasileira. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1978. p.159
114. IANNI, Octávio. O colapso do populismo no Brasil. Ed. Civilização Brasileira, 2 ed. 1971. p.209-11
115. idem, p.65
116. idem, p.69

117. Depoimento extraído do arquivo pessoal da colega de turma e pesquisadora de Educação Popular da UFPr. Noeme Moreira de Oliveira.
118. Jornal "Quinzena" editado pelo Centro de Pastoral Vergueiro de São Paulo, sito à Rua S. Daniel, 62. Caixa Postal 42761, SP. A matéria está no nº 23 de 16 de abril de 1987.
119. Jornal "Mundo Jovem", nº 176, Set/85. Artigo: Importância das mobilizações populares elaborado por Ricardo Camatti.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues e outros. A questão política da educação popular. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1984.
- _____. Saber e Ensinar. Ed. Papirus, São Paulo.
- CANCLINI, Néstor Garcia. As culturas populares no capitalismo. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1983.
- CARNEIRO, Moaci Alves. Temas de educação comunitária. Ed. Vozes, Rio de Janeiro, 1988.
- _____. Educação comunitária: faces e formas. 2.ed. Ed. Vozes, Rio de Janeiro, 1987.
- CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia. Ed. Moderna Ltda. São Paulo, 1981.
- COUTINHO, Carlos Nélson. A democracia como valor universal. Ed. Ciências Humanas, São Paulo, 1980.
- DADOS, Revista de Ciências Sociais. Publicação do Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, Ed. Campus, v. 27, n.2, 1984.

- DOIMO, Ana Maria. Movimento social urbano, igreja e participação popular. Ed. Vozes, 1984.
- DUSSEL, Enrique. Filosofia da libertação na América Latina. Ed. Loyola, São Paulo, 1980.
- _____. Caminhos de libertação latino-americana. Ed. Paulinas, São Paulo, 1984, v. I, II, III e IV.
- _____. Para uma ética da libertação latino-americana. Ed. Loyola, São Paulo, v. I, II, III, IV e V.
- _____. Método para uma filosofia da libertação. Ed. Loyola, São Paulo, 1986.
- ESCOBAR, Henrique C. O Dossier - últimas entrevistas. Ed. Taurus, Rio de Janeiro, 1984.
- ESPAÇO & DEBATES. Revista de Estudos Regionais. V. 8, Ed. Cortez, São Paulo.
- ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. 8.ed. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1982.
- FERRI, Franco. Política e história de Gramsci. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, v.1, 1978.
- FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. 7.ed. Ed. Graal, Rio de Janeiro, 1988.

- FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. 5 ed. Ed. Vozes, Rio de Janeiro, 1987.
- _____. História da loucura. Ed. Perspectiva, São Paulo, 1987.
- _____. A arqueologia do saber. 3.ed. Ed. Forense-Universitária, Rio de Janeiro, 1987.
- FREIRE, Paulo Adriano Nogueira & MAZZA, Débora. Na escola que fazemos. Ed. Vozes, Rio de Janeiro, 1988.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 11.ed. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1982.
- FURTER, Pierre. Educação e tempo presente. 5.ed. Ed. Vozes, 1973.
- GADOTTI, Moacir. Concepção dialética da educação. 5.ed. Cortez Editora, São Paulo, 1987.
- GRAMSCI, Antonio. Concepção dialética da história. 6.ed. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1986.
- _____. Os intelectuais e a organização da cultura. 4 ed. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1982.
- _____. Maquiavel, a política e o Estado Moderno. 5 ed. Ed. Civilização Brasileira, 1984.

- GLUCKSMANN, Christinne B. Gramsci e o Estado. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1980.
- IANNI, Octávio. O colapso do populismo no Brasil. 3 ed. Ed. Civilização Brasileira, 1971.
- KOSIK, Karel. Dialética do concreto. 4 ed. Ed. Paz e Terra, 1986.
- KOWARICK, Lúcio. A expoliação urbana. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1980.
- LASKI, Harold J. O manifesto comunista de Marx e Engels. 3 ed. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1982.
- LAPASSADE, Georges. Grupos, organizações e instituições. Ed. Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1983.
- MACCIOCCHI, Maria Antonietta. A favor de Gramsci. 2 ed. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1980.
- MANFREDI, Sílvia Maria. Política e educação popular. Cortez Editora, São Paulo, 1981.
- MARX, Karl. O Capital. Crítica da Economia Política (livros 2 e 3), Ed. Diftel S/A, São Paulo, 1984.
- . Contribuição à crítica da Economia Política. 2 ed. Ed. Martins Fontes, São Paulo, 1983.

- MARX, Karl. As lutas de classes. Ed. Catedra, Rio de Janeiro, 1986.
- _____. Os Pensadores. v. XXXV.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. Seguido das "Teses sobre Feuerbach", Edições Avante, Lisboa, 1981.
- _____. Textos sobre educação e ensino. Ed. Moraes Ltda. São Paulo, 1983.
- MARX, Karl, ENGELS & LENIN. Escritos militares. 1 ed. Global Editora, São Paulo, 1981.
- MOISÉS, Álvaro José e outros. Alternativas populares da democracia: Brasil anos 80. Ed. Vozes, em Co-edição com CEDEC, Rio de Janeiro e São Paulo, 1982.
- MONTORO, Franco. Da democracia que temos para a democracia que queremos. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1974.
- PAIVA, Vanilda e outros. Perspectivas e dilemas da educação popular. 1 ed. Ed. Graal, Rio de Janeiro, 1984.
- PEREIRA, William C. Castilho. Dinâmica de grupos populares. 2 ed. Ed. Vozes, Rio de Janeiro, 1984.

- REZENDE, Jô. Como se faz a luta de bairros. Ed. Vozes, Rio de Janeiro, 1985, Coleção Fazer, nº 12.
- SANTUCCI, Antonio A. Novas cartas de Gramsci. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1987, Coleção Pensamento Crítica. v.71.
- SAVIANI, Dermerval. Escola e Democracia. 14 ed. Ed. Cortez, Rio de Janeiro, 1986, Coleção Polêmicas do nosso tempo.
- SOUZA, Herbert José de. Construir a utopia: proposta de democracia. Ed. Vozes/IBASE, 1987, Coleção Fazer nº 28.
- VELHO, Otávio Guilherme. O fenômeno urbano. 3 ed. Zahar Editores, 1976.
- WANDERLEY, Luiz Eduardo W. Educar para transformar. Ed. Vozes, Rio de Janeiro, 1984.
- WEFFORT, Francisco. O populismo na política brasileira. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1978.

ÍNDICE

SUMÁRIO	ii
RESUMO	v
ABREVIATURAS	viii
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 - METODOLOGIA	
POR QUE O CAMINHO DIALÉTICO	9
SÍNTese ESTRUTURAL DA TEMÁTICA	23
CAPÍTULO 2 - ESTUDO TEÓRICO PARA A FUNDAMENTAÇÃO DE QUESTÕES REFERENTES A DEMOCRACIA, PODER, SABER E ALGUNS CONCEITOS	
DEMOCRACIA EM GRAMSCI	30
DEMOCRACIA EM MARX	37
DEMOCRACIA EM MICHEL FOCAULT	47
DEMOCRACIA EM ENRIQUE DUSSEL	52
PODER	
O PODER EM MARX	57
O PODER EM ANTONIO GRAMSCI	61
O PODER EM MICHEL FOCAULT	66
O PODER EM ENRIQUE DUSSEL	75
SABER	
O SABER EM MARX	81
O SABER EM ANTONIO GRAMSCI	85
O SABER EM MICHEL FOCAULT	89
O SABER EM ENRIQUE DUSSEL	98

ALGUNS CONCEITOS	
CONCEITO DE MOVIMENTO POPULAR	106
CONCEITO DE IDEOLOGIA	109
CONCEITO DE EDUCAÇÃO DE BASE	114
CAPÍTULO 3 - CONTEXTO HISTÓRICO DOS MOVIMENTOS POPULARES	
ORIGEM DOS MOVIMENTOS POPULARES NO CONTEXTO GLOBAL	117
CONTEXTO HISTÓRICO E EVOLUÇÃO DOS MOVIMENTOS POPULARES NO BRASIL A PARTIR DE 1930	121
HISTÓRICO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE CURITIBA	133
UMA HISTÓRIA DE CONFLITOS	140
A AÇÃO POPULISTA E DEMOCRACIA NA BASE	151
CAPÍTULO 4 - O PROCESSO EDUCATIVO NO INTERIOR DAS ORGANIZAÇÕES POPULARES	
A ORGANIZAÇÃO INTERNA DAS ASSOCIAÇÕES	160
O PROCESSO EDUCATIVO PARA A DEMOCRATIZAÇÃO	167
A REPRODUÇÃO DO PODER PELA ESTRUTURA VIGENTE	175
O PODER VIGENTE REPRESENTADO PELO PADRÃO HIERÁRQUICO ESTABELECIDO	178
O AGENTE EXTERNO E O PODER NAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES.	182
A REPRODUÇÃO DO PODER PELO BAIXO NÍVEL DE FORMAÇÃO NA BASE	187
A AÇÃO NA BASE	191
RELAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES COM A POLÍTICA	200
CAPÍTULO 5 - A PROPOSTA DE DEMOCRACIA	
A DEMOCRACIA NA ESCOLA	211
A DEMOCRACIA E A PRÁTICA RELIGIOSA	217
A DEMOCRACIA NO MOVIMENTO SINDICAL	222
A DEMOCRACIA NO PARTIDO POLÍTICO	225

A DEMOCRACIA NAS LUTAS DO PVO	229
CONSIDERAÇÕES FINAIS	235
NOTAS E REFERÊNCIA	239
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	251